

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico - CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais

LUCAS DE OLIVEIRA

O capital dos pobres: *Endowment Fund* como inovação para a formação de poupança de longo prazo no Banco Palmas

Florianópolis, 2016

LUCAS DE OLIVEIRA

O capital dos pobres: *Endowment Fund* como inovação para a formação de poupança de longo prazo no Banco Palmas

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Armando de Melo Lisboa

FLORIANÓPOLIS, 2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 ao aluno Lucas de Oliveira na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Armando de Melo Lisboa

Prof. Randolfo Pontes

Prof. Daniel Vasconcelos

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao professor Dr. Armando de Melo Lisboa, amigo que o vento naturalmente aproximou em momentos especiais. Precursor da economia solidária é um patrimônio da intelectualidade brasileira e, ao mesmo tempo, louvado por figuras como Joaquim Melo, a quem também dedico este trabalho.

Armando Lisboa é um intelectual ativo, extremamente envolvido e dedicado, com uma escuta ativa muito aguçada e treinada na prática da economia solidária e da cátedra. Preocupado com as condições do país, sempre se posiciona de maneira equilibrada mas não menos apaixonada, sendo um dos escribas mais citados em trabalhos acadêmicos da UFSC, influenciou fortemente o desenvolvimento das moedas sociais, inclusive do Palmas, já que o próprio Joaquim Melo declarou que foi em um evento sobre moedas sociais organizado pelo Armando Lisboa que então ele viu que poderia fazer algo semelhante no bairro, inicialmente com o clube de trocas.

Joaquim Melo é um herói que está saindo do anonimato. Ainda jovem seminarista e estudante de teologia, decide viver em função dos pobres e vai morar, na segunda metade da década de 70, no Conjunto Palmeira, um bairro que era um lixão e para o qual pescadores tinham sido removidos da orla para construções empresariais.

Joaquim Melo lidera lutas populares por saneamento, saúde, urbanização, construção das casas e mais um cem número de melhorias. No final da década de noventa, após muitas vitórias o povo questiona como sair da pobreza e daí surge a idéia de fazer um banco.

A frase de autor desconhecido - não sabendo impossível foi e fez - nunca encontrou sentido tão justaposto quanto no caso de Joaquim e o Banco Palmas. Por sua abnegação, sua luta em favor dos mais necessitados e sua coragem de não ficar preso a dogmas e falatórios, focando em resultados reais para o Conjunto Palmeiras e as periferias do Brasil, e por muito mais que está implícito, este trabalho é dedicado a você. Obrigado Joaquim Melo.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a minha mãe Matilde Roza de Oliveira por sempre me dar todo seu carinho e me ensinar a valor do trabalho. Ao meu pai Luiz de Oliveira por sempre ter feito o melhor por nós e me ensinar o valor do bar. Minha irmã Lílian Gonçalves Roza de Oliveira, por ser a melhor irmã do mundo, me apoiando de todas as formas e ao meu cunhado Rogério Gonçalves por ser tão bacana e cuidar tão bem de minha irmã.

Ao meu amigo, irmão e guru, Daniel Feliciano Ferreira, por me apoiar nos caminhos dos grandes desafios de nosso tempo.

Quero agradecer especialmente a Rose Nascimento, por me incentivar a retomar os estudos em um momento crítico, pagando meu último ano do ensino médio e o cursinho pré-vestibular. Ao Adilson Souza e seu filho Ari Parrinha, meu irmão, por me mostrarem outras moradas da sabedoria.

Ao meu querido amigo Sérgio Furlan, grande parceiro que me ensinou a importância da moeda e a necessidade de transformá-la buscando estabilidade.

Ao meu querido parceiro de músicas e idéias, o Dr. Itamar Rios e sua esposa Dra. Ivete Ioshiko Masukawa, bem como sua família, por me darem o privilégio de compartilhar um pouco de suas inspiradoras presenças.

Ao Deputado Estadual Marcos Vieira, pelas conversas, idéias, seriedade com que tratou o tema, além dos conselhos minuciosos e pró-ativos. Ao querido Jakzam Kayser pela iluminação. Aos amigos Carlos Eduardo W. Guerra, João Gabriel B. Abrantes, Igor Vinícius, Dakini Mesquita e Juliana Argenta, por se envolverem, interessarem, e me ajudarem tanto na seleção e construção dos argumentos e na revisão. Serei eternamente grato a vocês meus queridos amigos!

Ao Dr. Armando de Melo Lisboa que abriu sua biblioteca para mim e me guiou, sem o qual não seria possível este trabalho, inclusive porque pagou minhas passagens aéreas para ir ao Ceará conhecer o Banco Palmas, o que foi decisivo no projeto.

Quero ainda, agradecer a todas as pessoas que participaram da vaquinha virtual para que eu pudesse bancar as 8 diárias referentes aos dias que fiquei no Ceará. Roberto Martins, Guilherme Botelho, Maristela Prado Gerent, Rafael Lima, Antônio Rossa, José Silva, Dirce M. De Freitas, Hélios Lima, Prof. Dr. João Randolpho Pontes, Prof. Dr. Daniel Vasconcelos, Mônica Corrêa, Iara Germer, Guilherme Frederico Borges Lins, Luís Antônio Ramos, Luciano Formighieri, Paulo Ricardo Monteiro e Jacques Andrade. Obrigado pela generosa contribuição dada a este trabalho.

“Tu é comum, eles têm Fundo,
Pra acumular, com o respaldo da lei”

Djavan – Imposto (VIANA, 2007)

RESUMO

O Capital diz respeito a um estoque bem definido pela propriedade de ser investido com expectativa de retorno acrescido. Pobre é uma condição estabelecida tecnicamente por critérios variáveis de consumo, renda e bem estar, medidos por organismos como ONU, Banco Mundial e os Estados Nacionais. O Capital dos Pobres diz respeito ao estoque de recursos que os pobres podem agregar e investir. O Banco Palmas foi o primeiro banco comunitário do Brasil e hoje tem uma carteira de sucesso servindo de exemplo a mais de 140 bancos abertos refletindo sua metodologia. Apesar de parcialmente regulamentados e reconhecidos, enfrentam a dificuldade de não poderem captar poupança, proibidos pelo Banco Central. Este trabalho se propõe analisar a viabilidade de idéias alternativa para a formação de poupança de longo prazo nos Bancos Comunitários, empregando a filosofia do *Endowment Fund* combinado à emissão de moedas sociais como forma de multiplicar seu poder de constituição de *funding*. Tramitam na Câmara Federal e no Senado Federal matérias que debatem a regulamentação tanto do *Endowment Fund* (traduzido como Fundos Patrimoniais Vinculados), quanto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, fato que aumenta a importância e abrangência deste trabalho. Modelar-se-á a idéia de *Endowment Fund* como inovação para formação de poupança de longo prazo para o perfil do Banco Palmas, testando sua viabilidade econômica.

palavras-chave: Banco Comunitário – Microcrédito – Economia Solidária - *Endowment* - Poupança de Longo Prazo – Fundos Patrimoniais Vinculados

ABSTRACT

The concept of capital relates to a stock well defined by the property of being invested with an expected return added to it. Poverty is a condition set by varying technical criteria involving consumption, income and welfare, which are measured by organizations such as the UN, World Bank and also the National States. The capital of the poor, in this case, refers to the stock of resources that the poor can add and invest. Banco Palmas was the first community bank in Brazil and has today a successful portfolio acting as an example to other more than 140 community banks opened reflecting its methodology. Although partially regulated and recognized, these institutions face the difficulty of not being able to capture savings, since they are prohibited by the Central Bank. This study aims to analyze the feasibility of adopting alternative ideas for long-term savings forming in community banks, using the *Endowment Fund* philosophy combined with the issue of social currency as a way to multiply its power to constitute *funding*. There are materials being processed by the Federal Chamber of Deputies and Federal Senate that discuss the regulation of both the *Endowment Fund* (translated as Equity Earmarked Fund) and the Community Development Banks, which increases the importance and scope of this work. The *Endowment Fund* idea will be modeled as innovation for long-term savings forming for the profile of Banco Palmas' public, testing its economic viability.

keywords: Community Bank - Microcredit - Solidarity Economy - *Endowment Fund* - Long Term Savings - Equity Funds Earmarked

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO	10
1.1.1	TEMA E PROBLEMA.....	10
1.2	JUSTIFICATIVA	11
1.3	OBJETIVOS	11
1.3.1	Objetivo Geral	11
1.3.2	Objetivos Específicos	12
1.4	METODOLOGIA.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	O CAPITAL DOS POBRES	15
2.2	AS RAÍZES BIOLÓGICAS E ANTROPOLÓGICAS DOS JUROS.....	23
2.3	CAPITAL, JURO E CRÉDITO.....	29
2.4	POUPANÇA.....	43
2.5	MOEDA.....	51
3	<i>ENDOWMENT</i> – FUNDO PATRIMONIAL VINCULADO	62
3.1	ORIGEM DAS POUPANÇAS PERPÉTUAS	63
3.2	LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL	64
3.3	PARADIGMA À ECONOMIA SOLIDÁRIA - PROJETOS DE LEI NO BRASIL.....	65
3.4	<i>ENDOWMENT</i> DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP - AMIGOS DA POLI.....	69
3.5	O INDIVÍDUO COMO CAUSA	69
4	A EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS	73
4.1	CONTEXTO.....	73
4.2	EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS	74
4.3	RESTRICÇÕES LEGAIS	80
4.4	MOEDAS SOCIAIS, VÁCUO LEGAL	81
4.5	BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS MOEDAS SOCIAIS.....	84
5	FIDELIZAÇÃO COMO INOVAÇÃO PRÓ-POUPANÇA DE LONGO PRAZO .91	
5.1	O PARADOXO DE JOAQUIM – POUPANÇA: COMO FORMAR SEM CAPTAR? 91	
5.2	INVESTIGANDO UMA FÓRMULA DA PERPETUIDADE ALTERNADA	95
5.3	APLICANDO AO INDIVÍDUO	96
5.4	APLICANDO AO BANCO PALMAS	97
7	CONCLUSÃO.....	99
	REFERÊNCIAS.....	101
	ANEXOS	1122

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este trabalho busca estudar uma inovação financeira criada para o Banco Palmas (Fortaleza-CE) com o objetivo de formar poupança de longo prazo (SEGUNDO, 2010). A novidade está em fazer de uma fidelização dos clientes um *Endowment Fund* que pode ser ampliado pela emissão de moeda eletrônica (E-Dinheiro) para a formação de *funding*.

Primeiramente será apresentado o Tema (formação de poupança de longo prazo) e o Problema a ser investigado: “O paradoxo de Joaquim” ou como formar poupança sem captar poupança? – O caso do Banco Palmas.

Tornou-se um discurso lugar-comum dizer que um dos grandes problemas do Brasil é a baixa poupança interna, além de suas características de curto prazo (DANTAS, 2011). Sem entrar no mérito do debate, o trabalho aqui apresentado aponta uma opção teórica no que se refere à formação de poupança de longo prazo, o *Endowment Fund* (SOTTO-MAIOR, 2012), seus princípios fundamentais, sua natureza e seu manejo, adaptados ao Banco Palmas (SIMIONI, 2015).

1.1.1 TEMA E PROBLEMA

O tema é a geração de poupança de longo prazo no Banco Palmas (TV BRASIL, 2010), e o problema é verificar se o *Endowment Fund* serve como uma metodologia alternativa capaz de funcionar com os princípios de manutenção do valor poupado, investimento com gestão eficiente de riscos e ainda saques mensais para a causa, neste caso, a acumulação para resgatar indivíduos e famílias da linha da miséria.

O ineditismo do projeto colabora na força do tema, dado o momento em que o país debate muito sobre como melhor aplicar os recursos dos programas assistenciais do Estado (SOTTO-MAIOR, 2012). No caso de vislumbrar resultados significativos, então poder-se-á pensar na sua generalização como uma tendência alternativa/complementar para os problemas de poupança, previdência, manutenção de um patrimônio, ou política pública de formação de poupança de longo prazo.

O desenvolvimento deste estudo ajudará o poder público no sentido de debater a legislação que neste momento está em discussão no Congresso Nacional, tanto acerca dos

Endowment Fund quanto dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. O problema desta pesquisa é conseguir encontrar os limites do *Endowment Fund* como instrumento de acumulação, para propor a legislação mais ampla e completa, que permita a utilização desta estratégia pelo maior número de agentes na economia nacional (BRASIL, 2015).

A proposta do *Endowment* como estratégia de enriquecimento perpétuo trabalha também neste plano subjetivo, qual seja, ajudar a sociedade a desenvolver uma cultura de poupança, participação, decisão, investimento. Portanto, o problema/questão que se impõe: é possível aplicar o modelo de *Endowment Fund*, como estratégia de acumulação perpétua ao público do Banco Palmas?

1.2 JUSTIFICATIVA

No último Censo do IBGE, a maioria da população vivia com até cinco salários em 2010. Ou seja, a maioria da população está vulnerável a crises, desemprego, inflação, ou seja, em constante risco de quebra do equilíbrio econômico-financeiro (IBGE, 2010).

Por isso um mecanismo que permita a acumulação, ainda que captando frações infinitesimais do consumo, se for eficientemente gerido a ponto de gerar saques mensais acima da linha da miséria em um espaço de tempo, então tal ferramenta poderá ser utilizada como inovação financeira para formação de poupança no longo prazo.

Tanto o Banco Comunitário quanto o *Endowment Fund* encontram-se em desenvolvimento regulatório no Brasil. Como ambos possuem intersecções de filosofia (o tratamento coletivo, sustentação de uma causa no longo período, o princípio do crescimento constante do patrimônio com saques mensais perpetuamente, etc), denotando um magnetismo entre as duas instituições, pode o Banco Comunitário se valer desta ferramenta para a resolução de um problema prático, a saber, a constituição de poupança de longo prazo?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Examinar os mecanismos do *Endowment Fund* na formação de poupança de longo prazo aplicado ao Banco Palmas.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Realizar uma revisão bibliográfica da questão da renda, poupança e moeda.
2. Descrever as características típicas da estrutura denominada *Endowment Fund*.
3. Descrever a experiência e características do Banco Palmas.
4. Propor uma inovação combinando um programa de fidelização dos clientes, o *Endowment Fund* e a emissão de créditos do E-Dinheiro no Banco Palmas.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica, alicerçada em publicações de livros, revistas, jornal, vídeos e redes eletrônicas disponíveis. Utilizou-se também de revisão bibliográfica centrada no Banco Palmas e *Endowment Fund*. No caso do Banco Palmas, os dados foram coletados *in loco*, em uma vivência entre os dias 02/06 a 10/06/2016, em Fortaleza-Ceará, onde foi possível assistir as atividades, entrevistar os atores e acessar os registros históricos e os dados contábeis a fim de se aproximar ao máximo do ambiente pesquisado, buscando a melhor maneira de introdução do *Endowment Fund* para que seja possível criar um modelo aplicado às condições do Conjunto Palmeiras.

A pesquisa foi exploratória no sentido que abre caminho em um tema nascente no país, ainda sem legislação específica e com aplicação limitada a poucas instituições. Busca mostrar uma visão geral aproximada por meio de levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudo de caso. Pode, no mesmo sentido, ser encarada como pesquisa para a inovação, na medida em que propõe a "introdução de novidade no ambiente produtivo, seja ela produto ou processo, que traga melhoria significativa ou crie algo novo".

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa, pois descreve detalhes de uma situação. A pesquisa é também quanti-qualitativa, pois mede com números e cenários as hipóteses levantadas a respeito do problema da pesquisa.

Na primeira parte do trabalho são descritos os Objetivos Gerais e Específicos bem como a Justificativa do presente trabalho, a Metodologia empregada para abordar o Banco Palmas como um experimento controlado, um laboratório, onde seja possível modelar a idéia da formação de poupança de longo prazo como um programa de fidelização dos clientes.

A Metodologia vai do nano (o conceito de raízes biológicas dos juros e trocas intertemporais), passando pelo específico (exemplo da poupança numa sociedade não

monetária), para chegar ao agregado do Banco Palmas (através de modelo) como forma de projetar a inovação.

Para tal a fundamentação inicia refletindo acerca das raízes biológicas dos juros, os paralelos entre como este processo acontece no desenvolvimento e crescimento na natureza, refletindo a sistemática dos custos e lucros observados nas trocas intertemporais. Foi utilizada a obra “O valor do amanhã, ensaio sobre a natureza dos juros” (GIANNETTI, 2012).

O raciocínio prossegue com o exemplo primitivo da formação de poupança em uma sociedade não-monetária (CARDIM et al, 2007, p. 317). É apresentado o caso dos índios Kuikuro, que desenvolveram um sistema de gestão de plantios (particularmente o pequi) pensando no longuíssimo prazo, como um sistema de poupança precaucionária (GIANNETTI, 2012, p. 144).

A revisão teórica e bibliográfica avança para a questão da moeda, juro e poupança, e, finalmente, a descrição do Banco Palmas e dos *Endowment Fund* (que sempre compararemos, neste trabalho, a uma “árvore financeira”), para modelar a formação de poupança de longo prazo sem captar poupança (o que será chamado de “o paradoxo de Joaquim”).

O exercício teórico prossegue investigando a possível combinação de duas tecnologias financeiras. De um lado o “E-Dinheiro” (moeda eletrônica do bairro que funciona via celular), já em pleno uso, e de outro o *Endowment Fund* (um Sistema de Rendas Perpétuas), visando gerar uma inovação que permita o acúmulo de capitais na formação de poupança, mesmo sem depósito à vista ou, dito de outra forma, sem captação de poupança. Ainda amplificar-se-á a acumulação através da emissão de créditos (E-Dinheiro) lastreados no *Endowment Fund*.

Por fim, a conclusão traz análise na qual são apresentados os resultados e as perspectivas para a continuidade das investigações: a viabilidade do projeto e a necessidade de estudos avançados para determinar uma fórmula da perpetuidade alternada pela emissão de créditos do E-Dinheiro.

Mas, antes de entrar diretamente no tema, o trabalho fará uma revisão teórica dos assuntos mais pertinentes à engenharia financeira envolvida, desde a questão da moeda, a partir de um plano filosófico (BINSWANGER, 2011), remontando às origens em Oresme e Copérnico (2004). De Schumpeter (1997) são emprestados os conceitos de crédito, juro, poupança e inovação. De Keynes (1996) no que diz respeito à poupança, juro e moeda. E “A desestatização do dinheiro” (HAYEK, 2011), dando suporte ao pensamento moderno de atitude liberal.

Uma vez consolidada a idéia acerca da moeda, avanço sobre a bibliografia do Banco Palmas, sua experiência e metodologia, a moeda social, seus produtos e a legislação vigente

serão observados à luz da teoria econômica. Por fim, o problema da poupança de longo prazo apoiado em monografias, teses de doutorado, artigos científicos, documentos, palestras, vídeos, além do suporte da página do Banco Palmas, entrevistas *in loco*, documentos contábeis primários extraídos diretamente, além de manuais de matemática financeira para a elaboração da projeção de cenários.

Na estrutura do trabalho pretende-se explicar descritivamente também o conceito de *Endowment Fund*, debater alguns exemplos de sua aplicabilidade para cimentar o caminho da utilização de sua tecnologia e sua filosofia no desenvolvimento da inovação proposta. Os trabalhos utilizados são monografias sobre *Endowments* no Brasil, particularmente a monografia de Rafael Suieshi (2012) e a dissertação “*Endowments* no Brasil: a importação de uma estratégia de sustentabilidade” de Felipe Sotto-Maior (2012).

Encaminhando para a parte final do trabalho, será apresentada a idéia dos Sistemas de Rendas Perpétuas e sua adaptação aos modelos em geral utilizados na literatura da matemática financeira, modelando ao perfil do Banco Palmas.

Refletiremos o caso da formação de poupança que não são tomadas estritamente como tal, por meio da fidelização de clientes, como nos cartões de pontos de alguns supermercados ou milhas em empresas aéreas.

Por fim, a conclusão traz análise na qual são apresentados os resultados e as perspectivas para a continuidade das investigações além da viabilidade do projeto gerando uma expectativa para um indivíduo na linha da pobreza formar uma Poupança de Longo Prazo total de R\$ 21.960,00 (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais) em 44,3 anos, aplicados a 1% para garantir o valor de R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos) necessários para romper a linha da pobreza – *ceteris paribus*.

Para o Banco Palmas a expectativa a 2% ao mês, é de o *funding* ser aproximadamente R\$ 169.183,50 (cento e sessenta e nove mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos) em 10 anos; R\$ 2.504.831.756,65 (dois bilhões, quinhentos e quarto milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) em 50 anos, e 362.146.774.704.549,00 (trezentos e sessenta e dois trilhões, cento e quarenta e seis bilhões, setecentos e setenta e quarto milhões, setecentos e quatro mil e quinhentos e quarenta e nove reais) em 100 anos. Este efeito é ainda dobrado e ampliado pela perpetuidade alternada na emissão de créditos do E-Dinheiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O CAPITAL DOS POBRES

Para definir a primeira parte do título da monografia, “O Capital dos Pobres” impõe-se detalhar mais o significado das palavras “*Capital*” e “*Pobre*”. No primeiro caso o termo imediatamente remete a Karl Marx, por evidente associação com sua obra mais famosa, O Capital (MARX, 1985), embora, em princípio, não pareça bom método buscar a definição de um termo na bibliografia de quem lho nega virtudes. No segundo caso, para além da idéia de definição do que queira dizer materialmente a palavra “pobre”, desprezando moral, ética, valores, talentos, beleza, destreza ou força, no sentido em que Marx emprega (como o sujeito despossuído de capital), não lhe restando outra coisa para vender além de sua própria sua força de trabalho. A provocação deliciosa de que existe algum capital dos pobres, ou que ninguém seja tão miserável que não reúna uma soma que pague correspondentemente os gastos totais de sua vida ou que, agregado com as dos demais pobres, possa formar uma fortuna é o alvo desta investigação.

“Marx não fez do capital a idéia comumente admitida em economia política”, diz seu parceiro, “segundo a qual o capital é um conjunto de meios de produção, sendo ele próprio um produto; Marx procura expressar uma idéia histórico-dialética, penetrando no jogo de metamorfoses dos conceitos e da história” (ENGELS, 2002). Na análise que faz Marx das formas econômicas no seio das quais se operam o processo de circulação das mercadorias, a moeda aparece como a forma última e superior.

Este produto último da circulação das mercadorias é a primeira forma sob a qual se manifesta o capital. Do ponto de vista histórico, o capital ergue-se por toda parte contra a propriedade territorial, sob a forma de dinheiro, como numerário, como capital mercantil e capital usurário... O mesmo fenômeno desenvolve-se diariamente aos nossos olhos. Na sua primeira entrada em cena, isto é, na sua primeira aparição no mercado, quer se trate do mercado de mercadorias, do de trabalho ou de moeda, o capital reveste sempre a forma dinheiro, a forma de um dinheiro que, por processos determinados, deve transformar-se em capital. (ENGELS, 2002)

Marx despreza a mobilidade social, já que concebe uma divisão entre classes estritamente definida pelo papel que jogam no processo de produção social dos bens necessários à reprodução da vida, não sendo possível, portanto, o burguês trabalhar para viver, nem o trabalhador viver da renda do capital. Mas de fato a definição de pobre em Marx combina

menos com a de operário proletário e mais com a do selvagem lumpemproletariado, no “18 Brumário de Luís Bonaparte” Marx define mais claramente lumpemproletariado:

Lado a lado com roués decadentes, de forma duvidosa e de origem duvidosa, lado a lado com aventureiros rebentos da burguesia, havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos das galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maquereaus (alcoviteiros), donos de bordéis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de faca, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida e desintegrada, atirada de ceca em meca, que os franceses chamam la bohème; com esses elementos afins Bonaparte formou o núcleo da Sociedade de 10 de Dezembro. “Sociedade beneficente” no sentido de que todos os seus membros, como Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa; esse Bonaparte que se erige em chefe do lumpemproletariado, que só aqui reencontra em massa, os interesses que ele realmente persegue, que reconhece nessa escória, nesse refugio, nesse rebotalho de todas as classes a única classe em que pode apoiar-se incondicionalmente, é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte “*sans phrase*”. (Marx, 1974, p. 373).

Na natureza do pensamento de Marx a maioria da população - algo que seria hoje entendido como os “marginalizados e excluídos” - que não o proletariado e, menos ainda, os operários organizados em fábricas, era desprezível, sem cultura e nem consciência de classe. Um marxista mais contemporâneo, Paul Singer¹ (2012) dirá que “o pobre é portador de soluções e que, portanto, nós devemos fomentar a capacidade produtiva e criativa que eles têm. Para nós isso é uma visão de negócios sociais”. Não é impossível que exista lógica e ambos concordem mesmo expressando contrários.

Modernamente, para definir a extrema pobreza, o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) considera os critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Os dois organismos baseiam-se em uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa (MÁXIMO, 2014). Isso daria - embora atualmente haja muita controvérsia sobre estes números - aproximadamente 10.452.383 pessoas, ou 5,5% da população brasileira em 2014, vivendo com R\$ 77,00 (Setenta e Sete Reais) por mês na época (MÁXIMO, 2014). Atualizando para 2016, US\$ 1,90 (um dólar e noventa centavos) por dia, ou seja, aproximadamente R\$ 7,32 (sete reais e trinta e dois centavos), ou R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos) por mês.

Segundo Simioni (2015):

¹ Economista, ex titular da (SENAES) Secretaria Nacional da Economia Solidária.

A noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação, seja ela somente material seja também em nível social, a partir dos recursos que estão disponíveis para tal indivíduo. O principal método de mensuração de pobreza é o componente monetário de pobreza. Tal modelo é bastante limitado, porém é o mais utilizado por sua facilidade em mensurar os níveis de pobreza. O Banco Mundial define que a pobreza é a privação pronunciada de bem-estar, utilizando a renda per capita de US\$1,25 por dia para limitar a linha da pobreza extrema. É evidente que a limitação da renda é um dos principais fatores para uma baixa qualidade de vida e para viver em condições precárias, porém somente ela não é suficiente para indicar as reais necessidades dos pobres. O fator monetário pode ser utilizado como o pontapé inicial para a análise dos níveis de pobreza. (SIMIONI, 2015, p.18).

Assentando a análise nas modernas abordagens aparecem brechas para propor soluções, na medida em que dentro do pensamento marxista, por exemplo, não haveria saída para o problema fora da revolução - e qualquer tentativa seria ilusão pequeno-burguesa. A moderna abordagem encontrou um pouco mais do que vagabundos sem valor entre os pobres, e hoje reconhece que muita riqueza existe e circula entre os pobres, que não a retém permitindo que ela vaze destruída no consumo, sem gerar ativos.

Em um capítulo dedicado a analisar o conceito de pobreza nos dias de hoje, em seu “Estudo de caso do Banco Palmas” (SIMIONI, 2015) mostra a evolução do entendimento do conceito de pobreza. Aborda as três concepções desenvolvidas ao longo do século XX, a saber: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa. Atualmente, a terceira concepção, mais abrangente, trata a pobreza como privação relativa, enfatizando o aspecto social (Ibidem, p.18)

Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1999 diz que:

ser pobre não significa somente a privação de renda [...] a renda é um meio – e não um fim – para que seja possível possuir uma vida digna e com um nível de bem-estar aceitável. A renda deve ser utilizada para obter capacidades e reduzir privações. Estas capacidades indicam a forma como os indivíduos utilizam seus bens para obter satisfação ou felicidade (SEN, 2000. Apud SIMIONI, 2015).

Aqui há uma noção que não deveria passar despercebida do público, qual seja, que o bem estar humano, a saúde, deveriam estar acima de qualquer barreira financeira, ainda que

“*there’s no such thing as a free lunch*”²”, também toda fome tem um preço e é mais caro que um lanche.

De acordo com o Banco Mundial, 14,5% da população mundial vive com menos de US\$1,25 por dia, ou seja, em torno de 1,2 bilhão de pessoas estão abaixo da linha da extrema pobreza. Além disso, 800 milhões de pessoas são consideradas vulneráveis e podem retornar a ser pobres caso haja mudanças estruturais, podendo elas serem econômicas ou algum desastre natural, por exemplo (SIMIONI, 2015, p. 19).

O ponto é que, na lógica de Marx, a existência do lumpemproletariado é uma necessidade para o capitalista, na medida em que esta horda aumenta o exército de reserva do proletariado, ou a massa de pessoas dispostas a trabalhar por salários e direitos menores do que aqueles garantidos pelo luta corporativa (muitas vezes sindical) em defesa da mais-valia relativa (os direitos para além do salário) e do salário. A existência do exército de reserva do proletariado pressiona os salários aos níveis mínimos, próximos da escravidão ou do custo de uso, para empregar uma expressão keynesiana.

Todavia, a experiência do Banco Palmas aposta na capacidade que o povo pobre tem de, na linha do que colocou Singer (2012), com pouco ou nada de dinheiro, desenvolver eficientes esquemas tecnológicos de sobrevivência a baixo custo. Antecipando o “Paradoxo de Joaquim”, que veremos à frente, Keynes (1996, p. 136) dirá que:

Quanto maior for a propensão marginal a consumir, maior será o multiplicador K^3 e, por conseqüência, maior distúrbio causará sobre o emprego uma variação do investimento. Isso parece conduzir-nos à conclusão paradoxal de que uma comunidade pobre, poupando apenas uma parte muito pequena de suas rendas, está mais exposta a flutuações violentas do que uma comunidade rica, na qual a poupança represente uma proporção maior da renda e, portanto, o multiplicador seja maior (...) como conseqüência disso, quando a atitude psicológica da comunidade a respeito do consumo é tal que induz, por exemplo, a consumir nove décimos de um incremento de renda, o multiplicador k é igual a 10, e o emprego total causado (por exemplo) por um incremento de obras públicas será dez vezes superior ao emprego primário proporcionado pelas próprias obras públicas, supondo que não haja redução de investimentos em outros setores.

2 Ver discussão em VASCONCELOS, Cláudio Lins de. A origem da frase “não existe almoço grátis”. 2010. Disponível em: <[3 O \$k\$ é o multiplicador de investimento. Ele nos indica que, quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a \$k\$ vezes o acréscimo do investimento, e, sujeito a algumas simplificações, entre o emprego total e o emprego diretamente ligado ao investimento \[...\] O conceito de multiplicador foi introduzido, pela primeira vez, na teoria econômica por R. F. Kahn, em seu artigo versando sobre “The Relation of Home Investment to Unemployment” \(Economic Journal, junho de 1931\).](https://direitoemidia.wordpress.com/2010/09/10/leitura-de-fim-de-semana-a-origem-da-frase-“nao-existe-almoco-gratis”/”>https://direitoemidia.wordpress.com/2010/09/10/leitura-de-fim-de-semana-a-origem-da-frase-“nao-existe-almoco-gratis”/”>. Acesso em: 27 jun. 2016.</p>
</div>
<div data-bbox=)

De certa forma estamos debatendo a essência das palavras “Capital” e “Pobre”, como se uma fosse o oposto da outra. Quem tem capital não é pobre, quem é pobre não tem capital. Marx, Keynes, Singer, Joaquim, todos eles interagiram com estas categorias e deram-lhes tratamento próprio. Mas indubitavelmente, ainda que Marx resista um pouco, a princípio, é impossível negar a existência de valor *per se*, mesmo lá onde só exista um humano e nenhum capital.

No livro “História do Brasil com Empreendedores”, Jorge Caldeira (2009) dedica um capítulo ao “Fiado dos Pobres”. Nele demonstra como, entre outros, Guilherme Pompeu de Almeida – O Banqueiro do Sertão⁴ - financiou desde pequenos empréstimos até as Entradas e as Bandeiras (CALDEIRA, 2006) na base do fiado. É evidente que a soma agregada do total dos fiados no Brasil constitui, ontem e hoje, uma fortuna.

Leite Cordeiro (apud CALDEIRA, 2006), descreve, por exemplo:

Aos 24 de Setembro de 1704 entrou na minha fazenda Antônio Fernandes Cubas, que mandei vir de Itu, para trabalhar, e fazer-me peruleiras; e lhe mandei na dita vila de Itu sessenta mil réis em dinheiro, que e mandou pedir; e me deve o dito dinheiro para me ir satisfazendo no que avençar nas obras que me fizer de barro. Concertou-se comigo em um cruzado de feitio de cada uma das peruleiras que forem a meu contento; e do mais que fizer com telhas e tijolos, e mais obras, que lhe darei o terço de tudo; eu lhe disse, que o milho, e feijão, e sal lhe não havia de custar cousa alguma; o mais, como é aguardente carne, etc., que lhe assistiria eu pelo preço que corresse, a sua custa. (p.242)

Aqui parece ficar claro uma brecha, um indicativo de que, por meio do contrato no “fio do bigode” (CALDEIRA, 2009, p. 310), do “fiado dos pobres” (ibidem, p. 241) e do recurso do “resgate, a instituição da troca com nativos” (ibidem, p.203), o “serviço de alianças” (Ibidem, p. 213) e outros comportamentos típicos que podem se estabelecer entre homens livres (e até mesmo entre homens livres e escravos⁵), permitiu-se ir “juntando capital” (Ibidem, p. 191), e com o tempo a acumulação permitiu uma riqueza tal que foi capaz de produzir o primeiro banqueiro do Brasil, no Sertão de Santana do Parnaíba, São Paulo (CALDEIRA, 2006).

4 Guilherme Pompeu de Almeida, foi o primeiro banqueiro do Brasil e um dos homens mais ricos de seu tempo. Jorge Caldeira escreveu uma biografia detalhada de sua vida: “O Banqueiro do Sertão” (CALDEIRA, 2006)

5 “A existência de uma porta com tais dimensões, vista assim, indica que havia, entre senhor e escravo africano, algo mais que a pura hierarquia aristotélica e sua variação corporativista. As frestas na direção da liberdade são mais um indício da existência de alguns aspectos contratuais até mesmo na feroz faina de extrair produção do escravo africano”, e continua, “E, uma vez que essa produção era extraída, parte dela passava a circular numa economia em que havia homens livres...” (CALDEIRA, 2009, p. 229)

Sendo uma relação entre dependentes, a ligação entre o padre dono da terra e o fornecedor dos insumos cerâmicos é também uma relação contratual entre dois homens livres: o oleiro é reconhecido como um produtor independente; os meios de produção estão sob seu controle; aquilo que ele produzia era mercadoria a ser vendida; os ganhos do produtor derivavam da participação na venda da produção, sem capital, o oleiro era empreendedor. (CALDEIRA, 2009, p. 242)

Caldeira (2009) irá ainda refletir o fato de Caio Prado Júnior “negar por principio a existência de nexos econômicos entre pessoas livres”, de forma que só lhe resta afirmar que “a população livre na economia colonial histórica era formada por ‘desqualificados, indivíduos de ocupação incerta ou aleatória’, que, no conjunto, seriam apenas inúteis e, na estrutura da sociedade, inexistentes. De novo: é errôneo imaginar essas afirmações como explicações da história – ou esse tipo de argumento como análise marxista. É dos trechos do autor em que ressoam de modo nítido as diatribes elitistas de Oliveira Vianna” (CALDEIRA, 2009, p. 239).

Embora Caldeira pareça querer defender Marx, ou expor Caio Prado Junior, por trás de ambos (e de Oliveira Vianna também), ecoa o positivismo, a noção de religião da humanidade, missão histórica salvadora, dirigismo iluminado contra algo (opressores, ignorância, etc). Pelos trechos citados acima, ainda que sem querer, Caio Prado acaba concordando e praticamente empregando as mesmas palavras para designar o povo ou, como a análise marxista repetiria por todo o século: “*Le Brésil n’a pas de peuple*”⁶⁷.

Esta reflexão sobre pobreza nos conduziu ao sertão do Brasil seiscentista, um lugar sem Estado, domínio da herança genética de João Ramalho, o fundador de São Paulo, homem que teve 29 esposas indígenas e mais de 100 filhos. Em sua obra “O Banqueiro do Sertão”, Jorge Caldeira demonstra que São Paulo era a última periferia do Paraguai, o lugar mais pobre do Brasil, localizado no sertão ermo, longínquo da costa e distante da Coroa. Neste ambiente

6 Abre-se um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Esses dois primeiros grupos são os dos bem classificados na hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização e vários setores, os outros a massa trabalhadora. Entre essas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização compõem-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis, e inadaptados; indivíduos das ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o “povo brasileiro” e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país naquela sentença que ficaria famosa: ‘*Le Brésil n’a pas de peuple*’ (CALDEIRA, 2009, p. 230).

7 Sobre isso, ainda, “a população total do Brasil seria de 4,39 milhões de pessoas (se considerados os índios livres, registrados por estimativa, como habitantes), ou 3,59 milhões (com sua exclusão). No primeiro caso, a composição dessa população seria a seguinte: 56,6% de homens livres; 18,2% de índios livres; 25,2% escravos. Ainda que desprezados os índios como moradores do Brasil (o que é duvidoso do ponto de vista econômico, já que produziam para o mercado interno via resgate e serviços), as proporções seriam de 69,1% de pessoas livres e 31,1% de escravos” (Ibidem, p.230)

Guilherme Pompeu de Almeida pôde, com um capitalismo tupiniquim, produzir uma das maiores fortunas do mundo ocidental em seu tempo. O fato de hoje não ser mais da Bahia, ou do Rio de Janeiro, mas sim de São Paulo a liderança econômica da produção de riqueza no Brasil, segundo Caldeira (2006), tem a ver com este fato. Tal é a afirmação de que endogenamente na pobreza do sertão e da periferia, em meio ao samba, ao futebol e à indústria do crime, esconde-se uma enorme riqueza presente e futura. É de tirar o sono.

Por fim, cabe conceituar inovação na perspectiva de Schumpeter:

o conceito (*de inovação*) engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2) Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3) Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio. (SCHUMPETER, 1997, p.76)

A proposta de fidelização dos clientes do Banco Palmas pode ser encarada como a introdução de um novo bem, haja vista que não há um produto “poupança de longo prazo”, ou “sistema de rendas perpétuas” disponível no mercado de microcrédito. Também pode ser enquadrado como um novo método de produção de valor, de dinheiro e crédito, mediante a forma de operar por *Endowment Fund*. A proposta busca trabalhar também no sentido de criar este mercado de poupança de longo prazo, qual seja também criar a consciência coletiva e civilizatória da importância da formação de poupança voluntária, precavonária, algo educativo e pedagógico que pouco se vê em nossa sociedade.

Porém, o mercado de microcrédito no Brasil sofre das mesmas restrições que o mercado global, a saber, que o sistema é feito não para intermediar relação entre entes superavitários e deficitários, mas sim para emprestar dinheiro para quem tem dinheiro. Os condicionantes acabam sendo decisivos na concessão do empréstimo.

A inspiração original de encontrar novos mecanismo para aprovação de microcrédito vem de Muhamed Yunus, premio Nobel da paz, que criou o *Greeming Bank*, para emprestar às pessoas de baixa renda. O Banco Palmas foi além. Inicialmente criou um cartão de crédito

aceito apenas no bairro e com limite garantido pela associação de moradores. Depois criou a moeda Palmas, que foi alvo de perseguição da mais alta autoridade monetária do país, o Banco Central. Por fim conquistou seu direito à existência e acabou por ajudar ao BACEN a encontrar uma forma mais moderna de se relacionar com esta nova atividade bancária surgida ao qual se nomeou por BANCO COMUNITÁRIO de DESENVOLVIMENTO. Atualmente coordena uma rede de 140 Bancos Comunitários atuando em todos os Estados do Brasil.

Como 48% população está desbancarizada, ou seja, sem acesso ao crédito por falta de cadastro, pré-requisitos das instituições bancárias como residência fixa, renda, garantias (FSP, 2015), a inovação da moeda eletrônica via celular pode surgir no ambiente onde as pessoas estão, reconhecendo a riqueza que é produzida ali, frações que estariam escapando do cálculo do PIB, mas que assim vira riqueza expressa em lastro. As metodologias que substituem os procedimentos burocráticos bancários para que possa atender ao crédito com uma administração de risco profissional (SIMIONI, 2015) ganharam espaço principalmente com o aprofundamento das parcerias com os Bancos Públicos, mas, principalmente, o Banco Público é que deve ter aprendido também como encarar o risco com mais humanidade.

Esta inovação (o Banco Palmas) permitiu que todo o bairro fosse inundado por uma onda de inovações. O banco emprestava dinheiro e gerava crédito, mas começou a se perguntar: qual o nosso mapa de consumo e produção? Como gerar aquelas atividades que hoje não nos complementa. Com o progressivo aumento da velocidade da moeda foi possível criar uma incubadora pra permitir que todos os projetos necessários à uma organização comunitária produtiva pudessem ser financiados pelo banco. Dentre os produtos do Banco Palmas destacam-se:

- Fundo de Crédito Solidário;
- Moeda Social Circulante Local;
- Feiras de Produtores Locais;
- Seguro de vida;
- Incubadora de Projetos Sociais;
- Capacitação em Economia Solidária.

Particularmente, destes projetos, focaremos no que se convencionou chamar de O Fundo de Crédito Solidário, o *funding* produzido com os resultados positivos das operações de empréstimo produtivo. Destacaremos também a Incubadora de Projetos Sociais, porque são fundamentais na multiplicação dos resultados positivos possíveis neste ambiente.

Segundo a monografia de Simioni (2015):

notou-se que os negócios sociais, quando criam soluções para problemas sociais com a comunidade na qual estão inseridos, além de potencializarem seu impacto, serão muito mais efetivos nas suas atividades. A esta criação de novas idéias feitas pela base da pirâmide dá-se o nome de *grassroots innovations*. Os negócios sociais voltados para a redução da pobreza – como no caso dos bancos comunitários – estão inseridos nesta ótica, e as *grassroots innovations* estão inseridas na perspectiva dos Sistemas de Inovação. Logo, os negócios sociais também estão inseridos nesta perspectiva [...] É possível encaixar o Banco Palmas dentro das três características principais das *grassroot innovations* (SMITH et al., 2012): 1) atende especificidades locais ao mesmo tempo em que visa ser escalável e aumentar sua difusão, com a criação de outros bancos comunitários pelo Brasil; 2) é uma solução apropriada para situação existente que se deseja transformar, ou seja, ele consegue mediante seus projetos e banco de microcrédito criar uma rede de “prossumidores” e aumentar a prosperidade socioeconômica do bairro; 3) seus objetivos visam mudanças estruturais, como a inclusão financeira de pessoas até então excluídas do sistema financeiro convencional, e a redução da pobreza do Conjunto Palmeira (SIMIONI, 2015, p. 67).

O importante é o movimento de lastro que ocorre neste processo. Quando entra um real no caixa do Banco Palmas, ele pode fazer parte de uma reserva destinada a lastrear, clonar, o valor da moeda, de forma que nunca mais esta moeda poderá ser consumida, pois se alguém exigir o seu resgate ela deverá estar lá para que isso seja feito. A conversibilidade é o que garante o processo e a credibilidade.

Porém, a tesouraria se aperceberia que não ocorre de todos os detentores de direito em E-Dinheiro correrem ao banco ao mesmo tempo para sacar o valor de conversibilidade. Ou seja, é possível administrar o lastro. Assim o dinheiro que garante o E-Dinheiro, passa a ser também emprestado, investido, garantindo uma remuneração, uma taxa de juros.

2.2 AS RAÍZES BIOLÓGICAS E ANTROPOLÓGICAS DOS JUROS

Giannetti (2012) realiza um exercício primordial de se questionar sobre a essência dos conceitos financeiros que dominam nossa economia. Não é um sofisma filosófico, as estruturas matemáticas observadas na natureza fornecem a fonte primordial de nosso entendimento de mundo, seja ele financeiro ou não. De forma que muitos dos escritores econômicos lançaram mão do lastro na natureza para validarem seus argumentos.

O ponto é que estes seres primitivos se reproduzem não por meio de fusão, mas por fissão celular, ou seja: um dado organismo replica autonomamente o seu DNA e então se divide em dois clones, cada um recebendo uma cópia exata da mesma informação genética e, depois, repassando-a à geração seguinte e assim sucessivamente *ad infinitum*. Ao invés de dois seres distintos se juntando para gerar um, o que temos aqui é um mesmo organismo se dividindo em dois por meio de fissão ou cissiparidade (GIANNETTI, 2012, p. 18).

A noção de infinitude ou perpetuidade é algo presente na vida, embora sua existência não seja possível contemplar fora da filosofia, se não fosse algo natural seria difícil nomeá-la. A imortalidade das bactérias e das informações genéticas são dois exemplos dados como exponenciação na natureza (Ibidem, 2012).

E Giannetti (2012) segue dizendo que:

Uma bactéria comum pesa cerca de um trilionésimo de grama e consegue se dividir em duas a cada quinze minutos (96 duplicações/dia). Isso significa que, em pouco mais de um dia e meio de reprodução irrestrita, uma única bactéria seria capaz de gerar uma prole com um peso total equivalente ao do planeta Terra! Felizmente o furor reprodutivo das bactérias (uma máquina de multiplicar capaz de levar qualquer agiota ao delírio) encontra um obstáculo a altura: o paredão malthusiano dos limites impostos pela escassez de espaço, alimento e outros recursos vitais. Trata-se, porém, não de “morte programada”, ou seja, a morte natural causado por fatores inerentes ao organismo e que alcança mesmo que ele viva num ambiente idílico de abundância e proteção, mas de “morte provocada” – a morte violenta causada, por assim dizer, de fora pra dentro e que não teria lugar num mundo menos avaro e hostil que o nosso (Ibidem, p.18).

Parece claro que o autor busca sustentar a defesa da idéia de que crescimento em taxas de juros compostos é algo também observável na natureza: “Não é demais dizer: cada célula viva do nosso corpo traz consigo os efeitos e a memória entranhada de bilhões de anos de experimentação por parte de suas ancestrais⁸” (Ibidem, p. 19). Esta idéia é cara, porque

⁸ Cada célula existe no mundo, afirma o biólogo Max Delbrück (Nobel de medicina e filosofia em 1969), “consiste mais num fato histórico do que físico, [pois] carrega consigo as experiências de bilhões de anos de experimentação por parte de suas ancestrais” (citado por Georgescu-Roegen, *Entropy law and economic process*, p.125). Na mesma linha, Kirkwood argumenta: “cada célula no meu corpo (e também no seu) é o produto de uma cadeia ininterrupta de divisões celulares que remonta no tempo aos primórdios da vida na Terra. Os ingredientes celulares que foram sendo renovados e substituídos inúmeras vezes, não podem ter progressivamente acumulados os danos e estragos de um processo natural de desgaste, pois isso os condenaria a ter perecido há muito tempo. Isso prova, para

combate outra idéia subentendida, a de que os juros simples são naturais e os juros compostos não.

Porém o “experimento vitorioso da especialização celular e do sexo como meio de reprodução trouxe consigo uma seqüela perturbadora [...] a morte como corolário da existência” (GIANNETTI, 2012). A idéia insistente é que a regra não está inflexível: podemos observar diferentes fenômenos, do crescimento exponencial à senescência, da leitura fractal ao tratamento lógico formal binário. Com o sexo ganha a morte, com a perpetuidade da espécie, a perecibilidade do indivíduo. As trocas acontecem o tempo todo, e a velha máxima (no mundo tudo se transforma ou *Panta Rei*⁹) continua sendo um pilar estrutural sobre os quais se levantam as dinâmicas inovações.

Mas no mundo financeiro a troca intertemporal consegue reverter o fenômeno da ordem dos eventos, manipulando os valores para o presente e o futuro, buscando maximizar vantagens das carteiras de ativos e minimizar riscos. A linguagem do mercado financeiro toma emprestadas as noções da biologia e as converte em alquimia. Comer o fruto que ainda não se plantou ou amadurecer o fruto podre é uma questão de dinheiro e taxa.

Antecipar custa, retardar rende. Os mecanismos da troca intertemporal na natureza pertencem as duas modalidades básicas. A primeira é “usufruir agora, e pagar depois”. O benefício antecipado no tempo, ao passo que os custos chegam depois. É o caso, por exemplo, da relação entre vigor juvenil e senescência no ciclo da vida (p. 25) da fúria orgiásticas dos marsupiais (p. 39), ou do animal impaciente que abocanha a fruta verde antes que algum aventureiro lance mão (p. 40). A segunda categoria de troca inverte os termos da primeira: “pagar agora, usufruir depois¹⁰”. Os custos percebem o benefício. É o caso, por exemplo, da espermateca e da retenção de gordura pelo organismo animal (pp. 30-1); o cortejo pré-acasalamento e dos cuidados que cercam a chegada da prole (p.40), ou do entesouramento compulsivo dos roedores (Ibidem, pp. 41-2).

Estes exemplos recheiam de raízes biológicas os juros, um fator de crescimento constante sobre um valor principal de capital. “Limitar a categoria *juro* a ‘pagamentos devidos por

além de qualquer dúvida, que a Segunda Lei da Termodinâmica [Lei da Entropia] não condena automaticamente os seres vivos à morte pelo desgaste natural” (Time of our lives). O lance decisivo nesta trajetória foi a separação das células dos organismos vivos em duas categorias *Fundamentais* definidas por sua função biológica: as células normais do corpo ou somáticas (grego soma: “corpo”) e as células germinativas ou gemens (latim germen: “semente”), encarregados da função única e específica de transmitir a informação genética ou DNA do organismo para as gerações seguintes. (GIANNETTI, 2012, p. 163)

9 *Panta Rei* (tudo flui): expressão utilizada por Heráclito de Éfeso para explicar a dialética (MINIKOVSKY, 2009).

10 dizem respeito aos capítulos do livro “O valor do amanhã” (GIANNETTI, 2012)

empréstimos em dinheiro’ seria (...) uma compreensão parcial e obtusa que não faz justiça à variedade, riqueza e fascínio do fenômeno” (GIANNETTI, 2012).

Em “Poupança e investimento em uma economia não-monetária” (Cardim et al, 2007, p.317) o debate se dá sobre a hipótese teórica de haver capital na forma de poupança e investimento numa economia não-monetária. Para tal faz uso do trigo como uma agricultura simples, produtora de um único bem. Neoclassicamente falando, as vantagens desta descrição é a determinação da produção no período presente em função da produção imediatamente anterior; com uma única unidade de conta, não há problema de preços relativos na determinação.

Em “*Puedén los campesinos ser banqueros?*”, Gentil e Fournier (2004) dedicam um capítulo ao que chamam “*Las sociedades indígenas de previsión, prioridad a la política de desarrollo*” (Ibidem, 2004, p. 13) onde desenvolvem uma descrição do “*El fondo común de las sociedades de previsión*” que a partir de 1936 gerou seu próprio banco promovendo crédito agrícola e utilizando-se de um modelo internacional.

Mais antiga ainda é a tradição Kuikuro no Brasil. A inspiração original deste trabalho vem do exemplo dos índios Kuikuro, o grupo mais populoso do alto Xingu (FRANCHETTO, 2012), que com simplicidade criaram um sistema misto de poupança e previdência através da plantação de pequis (principalmente). É um exemplo real de poupança em uma sociedade não-monetária. A tradição secular destes índios é que, ao nascer uma criança, planta-se para ela 50 pés de pequis. O pequi é uma árvore que dá um fruto base para vários produtos como alimentos, óleos, tintas, e outros que podem ser utilizados pelo índio para consumir ou trocar. O pequi tem um tempo razoável para atingir a maturação e começar a dar frutos, 10 anos. Sua vida produtiva pode chegar a 400 anos, o que garante uma boa herança por muitas gerações.

Quando crescerem filhos e netos, a gente passa para eles cuidarem do plantio. Eu vou plantar 50 pés para minha caçula e ela vai poder começar a colher os frutos daqui uns dez anos. (GLOBO NATUREZA, 2011)

Esta é uma noção primitiva de uma eficiente poupança de longo prazo, exprimida acima pelo Cacique Afukaká (XINGU, 2009), importante para indicar e intuir o tipo de inovação financeira que será testada neste trabalho refletindo o paralelo dos índios e trazendo-os para a realidade do Banco Palmas.

Quando o índio toma a deliberada providência de empreender¹¹ (CALDEIRA, 2009), tratar a semente e os brotos, limpar a mata derrubando eventualmente árvores, e roçar, rasgar a terra, plantar a semente, regar e zelar, por longos 10 anos, o faz na expectativa racional de que a produção futura será compensadora. Um sistema tão simples, que depende unicamente da combinação da vontade humana, o solo, o sol, a água, o carbono, os sais minerais, a natureza.

Enquanto a árvore trabalha seqüestrando sol, carbono, água, sais minerais e devolvendo parte do oxigênio, operando trocas e revisitando as raízes biológicas dos juros (PASSANEZI, 2008), a criança indígena cresce, como um lastro que garantirá o valor futuro (valor humano), pois ela em breve trabalhará e cuidará para que as árvores continuem produzindo frutos nos 400 anos de vida útil, e ambas em ritmos diferentes, mas em função uma da outra, já que o pai semeou o solo e sem ele não haveria a planta que lhe devolve o fruto, que talvez semeie após matar a fome, porque uma parte se destina a sua ampliação, a fecundar em outras glebas. A semente se separa do fruto e cercada pela vigília humana traça uma trama, uma amálgama de ganha-ganha que não finda no final do período com a morte do homem, que alimentará a árvore¹² após dela se alimentar por gerações até que ela mesma morra, devolvendo ao solo e ao ar aquilo de que se serviu para se animar em vida (GIANNETTI, 2012).

As raízes biológicas dos juros repousam teoricamente neste paralelo. A idéia de poupança e previdência mesmo em uma sociedade não monetarizada, é precedida pela própria relação de trocas intertemporais nos organismos vivos. O depósito da semente é precedido pelo conhecimento técnico, saber qual semente, qual árvore, manipulá-la, o local certo de plantar, como plantar, como regar, como limpar o terreno, enfim, um cem número de conhecimentos da tecnologia produtiva de como sobreviver nos trópicos – e o esforço do trabalho e do acúmulo. Busca-se este apelo filosófico e antropológico para facilitar o entendimento do que é uma poupança de longo prazo.

A tradição de formação de Poupança de longo prazo no Brasil é pequena, mas buscando no nosso brasileiro mais profundo, possamos nos render a superioridade intelectual dos índios em criar poupança de longo prazo e partir de sua sabedoria para criar um produto moderno, inovação que vise este objetivo. Como experimento foi escolhido o Banco Palmas por ser

11 O sentido empregado por Caldeira é o de que o verdadeiro espírito empreendedor nacional vem do índio errante brasileiro

12 Raul Seixas, "Canto para minha morte" (...) Oh morte, tu que és tão forte, que matas o gato, o rato, e o homem. Vista-se com a tua mais bela roupa quando vieres me buscar... E que meu corpo seja cremado, e que minhas cinzas alimentem a erva, e que esta erva alimente outro homem como eu, porque eu continuarei neste homem, e nos meus filhos (...)

mais simples para modelar num sistema de perpetuidade via *Endowment Fund*, o que chamarei de árvore financeira daqui para frente, para abraçar o termo e homenagear os Kuikuro¹³.

Todo conhecimento que antecede a aplicação da semente no solo é uma acumulação primitiva de capital. Todo esforço de defesa da plantação de espécies oportunistas, animais, queimadas, etc., são depósitos à vista não retornáveis. O saque é a retirada dos frutos, produtos que são nada mais que os lucros, pequenas frações em peso daquilo que é a árvore em si, suas raízes, seu tronco, suas folhas.

O valor principal, a árvore em si (caule, raízes, galhos) não pode ser consumida, destruída, queimada, derrubada. É como o valor principal que entra no *Endowment Fund* (árvore financeira), não pode mais ser tocado, não pode ser mais consumido. Somente os lucros mensais estarão disponíveis para o consumo, ou o fruto. Assim, como numa plantação de pequi no inverno a produtividade pode ser zero, no verão pode ter superprodução e a sazonalidade disciplina o saque e aponta o nível de rendimento necessário.

É como se plantássemos uma árvore financeira, que cresce a uma velocidade mais rápida que a dos saques mensais, tendo uma projeção importante de impacto no longuíssimo prazo.

"Eles tem um ciclo agrícola de curto, médio e longo prazo, com uma utilização sustentável da terra. É muito sofisticado e projeta uma paisagem cultural de longuíssimo prazo para gerações futuras" (MILANEZ, 2013)

E prossegue, "Quando acaba a plantação da mandioca, que é assim: plantou, arrancou, plantou, arrancou; aí a terra fica fraca. Como a terra está fraca, a gente planta para os nossos netos. Plantamos a semente do pequi. Os avós deixam pros netos, pro futuro" (Ibidem, 2013).

Não está claro que para cada tipo de cultura empregada na terra existe um equipamento de inteligência acoplado, que age na experiência que faz o cacique entender porque não um e sim outro produto a plantar. A visão de longo prazo se combina com a de curto prazo na utilização racional e experimental dos meios produtivo. Assim resume, Afukaká (Ibidem, 2013):

Para plantar o pequi, primeiro a gente faz um desenho de um jacaré na terra, e dentro dele a gente planta varias sementes de pequi. Aí o pequi cresce bem. Quando sai a muda, a gente tira a muda do jacaré e vai plantar na roça. Esse

¹³ Os judeus e árabes também desenvolveram sistema semelhante plantando Oliveiras; os carijós também com o garapuvu, que plantam para a criança ter uma canoa quando adulto e porque, finalmente também é sistematicamente o exemplo mais usado para explicar o que seria modernamente o *Endowment Fund*, e a constituição de *funding*. Resta ainda o nome do banco (Palmas) e, menos importante, o sobrenome do autor (Oliveira), de forma que tinham muitas árvores no meu caminho...

pequi, ele tem muitas variedades. Variedades que não existem fora do Parque do Xingu. Uma delas é um pequi que não tem espinho. É muito bom, a gente gosta muito. Só tem no parque. Mas agora a Embrapa quer patentear. Mas isso é produto nosso, do nosso manejo, dos índios da região. A gente gosta muito de comer pequi. Tem pequi que a gente usa para fazer óleo, e a castanha também usamos para comer. Na roça velha, quando fica capoeira, tem muito remédio. É muito importante para nós também. Quando a roça acaba, ali fica com muito remédio, muita planta, cipó, que a gente usa como remédio. Os mestres do remédio, que a gente chama *Embuta Oto*, usam toda essa área que era floresta e virou capoeira, para pegar remédio. Então quando a gente derruba uma mata a gente faz comida. Depois, a gente planta pequi, vai ter um pequizal pros netos. Quando a gente não planta pequi, essa área vira remédio, fica uma mata de remédio. Se não for mata de remédio, daí cresce o sapé, que a gente usa para fazer o teto da casa. Depois de mais um tempo, ali virou floresta de novo. Essa área que foi roça volta a ser floresta. Na floresta que não foi cortada ainda tem muita coisa importante para nós, principalmente a copaíba. E também material para construção de casa.

Ou seja, é possível apropriar-se do processo de desenvolvimento de juros, tal como na natureza, constituindo, como os índios Kuikuro, um ativo que trabalhe sozinho com poucas intervenções humanas. Estas pistas dão uma direção de onde pretende chegar o trabalho: plantar árvores de dinheiro dentro do Banco Palmas.

2.3 CAPITAL, JURO E CRÉDITO

Na analogia com os Kuikuro o fruto é tratado como a renda ou produto final, acabado, do fenômeno dos juros. Uma análise tão intuitiva pode parecer infantil, mas talvez seja justamente neste fato que resida sua força, pois não é algo natural reconhecer que, assim como na natureza, se não houver ganhos nas trocas intertemporais humanas, não deve haver motivo fluído para que o processo econômico se dê.

Segundo Schumpeter (1964), para deixar o exemplo do comunismo primitivo tribal e partir para a sociedade escravagista, a análise do conteúdo econômico em Aristóteles se tornou um problema para os economistas posteriores em virtude do senso comum pré-científico, que produziu julgamentos de valor nas fronteiras intransponíveis de suas reflexões. As categorias de rendas produzidas por trabalho livre não eram algo para se pensar, eram uma anomalia referida sucintamente. As demais categorias, como as de artesãos, comerciantes, lojistas e agiotas são observadas por um filtro político e ético ainda hoje persistente, mas que embora não é nosso objeto.

Para Aristóteles, os juros não constituíam estes fragmentos. Ele aceitava o fato empírico dos juros sobre os empréstimos monetários e não via problema em tal prática. Jamais classificou os empréstimos de acordo com os vários desígnios a que eles são capazes de servir e não parece ter observado que um empréstimo para financiar o consumo é muito diferente de outro que financia o comércio marítimo (*foenus nauticum*). Ele condenou o juro – que igualava, em todos os casos, à usura – sob o fundamento de que não há justificativa para que o dinheiro, um mero instrumento de troca, aumente, ao passar de mão em mão (o que, porém, não acontece). No entanto, ele jamais respondeu à pergunta de por que o juro, apesar de tudo, era pago. Esta questão foi resolvida pela primeira vez pelos doutores escolásticos. A eles pertence a honra de terem sido os primeiros tanto a nos reunir fatos sobre o juro como no desenvolver das bases de uma teoria a este respeito (SCHUMPETER, 1964, p. 93).

Já Marx considerava que o juro era uma qualidade de mais-valia que a mera propriedade do capital em si proporcionava, embora seu proprietário fique fora do processo de reprodução que, portanto, o capital proporciona separado de seu processo (MARX, 1983, p. 282). Esta idéia daria respaldo ao exemplo dos Kuikuro, que se separam do capital para aferir depois seus ganhos. Mas, ainda que tenha uma noção de propriedade, há também solidariedade entre as gerações e matemática que pode conectar um a outro na analogia.

O juro é então o lucro líquido [...] que a propriedade do capital como tal proporciona, seja ao mero prestamista que fica fora do processo de reprodução, seja ao proprietário que emprega seu próprio capital produtivamente. Mas, também a este ele proporciona esse lucro líquido, não enquanto capitalista funcionante, mas à medida que é capitalista monetário, prestamista a si mesmo de seu próprio capital portador de juros, como capitalista funcionante. Assim como a transformação de dinheiro e de valor em geral em capital é o resultado perene, sua existência como capital é o perene pressuposto do processo de produção capitalista. Por sua capacidade de transformar-se em meios de produção, ele comanda constantemente trabalho não-pago e transforma, por isso, o processo de produção e de circulação das mercadorias na produção de mais-valia para seu proprietário. O juro é, portanto, apenas expressão do fato de que o valor em geral – o trabalho objetivado em sua forma social geral –, o valor que no processo real de produção assume a figura de meios de produção, confronta como poder autônomo a força de trabalho viva, sendo o meio de apropriar-se de trabalho não pago; e de que ele é esse poder ao confrontar o trabalhador como propriedade alheia. Por outro lado, porém, na forma do juro essa antítese ao trabalho assalariado está apagada; pois o capital portador de juros como tal tem como sua antítese não o trabalho assalariado, mas o capital funcionante; o capitalista prestamista, como tal confronta diretamente o capitalista realmente funcionante no processo de reprodução, e não o trabalhador assalariado que, exatamente na base da produção capitalista, é expropriado dos meios de produção. O capital portador de juros é o capital enquanto propriedade em confronto com o capital enquanto função. Mas, à medida que o capital não funciona, ele não explora os trabalhadores nem entra em antagonismo com o trabalho. (MARX, 1983, p. 283)

Quando Marx coloca que o juro é resultado da existência perene do capital, e que este se apropria do trabalho não pago ao longo do processo de produção e que, portanto, o capital portador de juros entra em confronto com o capital enquanto função, isto equivale a dizer que, vencendo este, morre aquele. De tal maneira, Marx representa “O trabalho” versus “O Capital”, e sua perspectiva é a defesa dos meios produtivos, sem os quais não adianta revolução comunista. Neste sentido, os juros atrapalham como um constante canto da sereia e buscando retirar a energia do capitalista na produção, trocando-a pela preguiçosa e sem virtudes aplicação a juros.

Parece uma incongruência marcante entre realidade e a teoria o fato de que justamente os empresários, os empreendedores, os meios produtivos tenham sido, em última instância, o fundamento, a razão e o sucesso da prática dos juros, via crédito produtivo. Mas para Marx o juro concorre, disputa, é inimigo das forças produtivas.

Marx queria libertar os homens do jugo do trabalho, segundo se supõe. Na ditadura do proletariado, que utilizaria o nome de socialismo, categorias como capital, juro e crédito, seriam palavras estranhas, vazias ou de conteúdo diferente. É por isso que Marx trata com tanta violência os economistas que propõem aos trabalhadores que invistam parte de seus ganhos como uma forma de liberdade futura.

Da circunstância de que o juro confronta o ganho empresarial, e o ganho empresarial, o juro, de que ambos se confrontam mutuamente, mas não com o trabalho, segue que ganho empresarial mais juro, isto é, o lucro e, por conseguinte, a mais-valia, baseiam-se em quê? Na forma antiética de suas duas partes! O lucro, porém, é produzido antes de sua divisão ser feita e antes de se poder tomá-la em consideração [...] O capital recebe sua forma pura de fetiche, D – D’ como sujeito, como coisa vendável. Primeiro, devido a sua existência perene como dinheiro, uma forma em que todas as determinações do mesmo estão apagadas e seus elementos reais se tornam invisíveis. Dinheiro é justamente a forma em que a diferença entre as mercadorias como valores de uso está apagada e por conseguinte também as diferenças entre os capitais industriais que consistem nessas mercadorias e suas condições de produção; é a forma em que valor – e aqui capital – existe como valor de troca autônomo. No processo de reprodução do capital, a forma-dinheiro é remanescente, um mero momento de transição. No mercado monetário, ao contrário, o capital existe sempre nessa forma. – Segundo, a mais-valia produzida por ele, aqui novamente na forma de dinheiro, lhe aparece como algo que lhe cabe como tal. Gerar dinheiro parece tão próprio ao capital nesta forma de capital monetário, quanto o crescer, às árvores. (MARX, 1983. p. 294)

Se Marx conhecesse os Kuikuro, talvez algo mudasse na sua teoria, já que o primeiro item (dinheiro perene) não existe neste exemplo e no segundo item concorda perfeitamente, e

o juro então lhe pareceria de fato um processo natural, tão natural quanto as árvores de pequis devolverem muitos furtos para uma semente. Se o juro não fosse um fruto legítimo ele não se efetuaria na ponta do galho ou, como na linha de Schumpeter, ninguém apanharia um fruto podre ou que não existe, ninguém pagaria o custo do juro.

É esse enraizamento do juro do capital monetário como numa coisa (como aparece aqui a produção da mais-valia pelo capital) que tanto ocupa Lutero em sua briga ingênua contra a usura. Depois de expor que se poderia exigir juro quando, por não se efetuar a restituição no prazo determinado, resultam despesas para o prestamista, que por sua parte está obrigado a pagar, ou quando, pelo mesmo motivo, este perde um lucro que poderia ter realizado pela compra (MARX, 1983, p. 230).

Por que não dar às mãos com a Santa Mãre Igreja? A condenação do juros, como já fizera Aristóteles, a igreja, Lutero, obviamente poderia indicar o contrário da idéia em Marx. Mas não, Marx acusa de inocente Lutero por se rebelar contra a usura, mas ele mesmo à sua própria maneira conduz um debate de forma infantil acerca do uso positivo que o trabalhador poderia fazer dos juros.

Diz Marx (1983, p. 295) que “A concepção do capital como valor que reproduz a si mesmo e se multiplica na reprodução, em virtude de sua propriedade inata de ser um valor que dura e cresce eternamente – portanto, por força da qualidade oculta dos escolásticos -, levou às fabulosas idéias do Dr. Price, que deixam muito para trás as fantasias dos alquimistas; idéias em que Pitt acreditava seriamente e das quais fez, em suas leis sobre o *sinking fund*, os pilares de sua administração financeira”.

O dinheiro que porta juros compostos cresce, a princípio, lentamente; mas, uma vez que a taxa de crescimento se acelera continuamente, após algum tempo ela se torna tão rápida que escarnece de todo poder de imaginação. Um pêni, emprestado no dia do nascimento de nosso Salvador, a juros compostos de 5%, já teria alcançado agora uma soma maior que a que estaria contida em 150 milhões de globos terrestres, todos de ouro sólido. Mas, emprestado a juros simples, só teria aumentado, no mesmo período, para 7 xelins e 7 ½ pence. Até agora, Governo preferiu melhorar suas finanças por este último caminho, em vez de pelo primeiro. (PRICE) in (MARX, 1983, p. 296).

Antes de reunir um pouco mais de elementos para criticar, Marx tenta ridicularizar expondo tais palavras como impropérios despropositados. Tal idéia ficará mais clara após a próxima citação seguida do seu comentário:

O enorme crescimento dos juros compostos do Dr. Price, ou das forças humanas que aceleram a si mesmas, pressupõe, se deve produzir esses efeitos enormes, uma ordem indivisa ou ininterrupta, uniforme, por vários séculos. Tão logo o capital é dividido, cortado em vários rebentos, que seguem crescendo, começa novamente todo o processo de acumulação de forças. A natureza distribuiu a progressão da força por uma órbita de cerca de 20 a 25 anos, que cabem, em média, a cada trabalhador individual (!). Depois de decorrido esse período, o trabalhador deixa sua órbita e ele deve agora transferir o capital ganho pelos juros compostos no trabalho a novo trabalhador, na maioria dos casos, a vários trabalhadores ou aos filhos. Estes têm de aprender a vivificar e a aplicar o capital que lhes coube, antes de poderem extrair dele juros compostos propriamente ditos. Além disso, uma quantidade enorme do capital que a sociedade burguesa ganha, mesmo nas comunidades mais dinâmicas, é acumulada gradualmente por longos anos e não empregada para a expansão imediata do trabalho. Antes, pelo contrário, depois de juntada uma soma considerável, ela é transferida a outro indivíduo, a um trabalhador, a um banco, Estado, sob a designação de empréstimo, e quem o recebe, ao pôr o capital em verdadeiro movimento, retira dele juros compostos e pode facilmente empenhar-se em pagar juros simples a quem o cede. Finalmente, contra essas progressões imensas, em que as forças humanas e seu produto poderiam multiplicar-se, se vigorasse somente a lei da produção ou da parcimônia, reage a lei do consumo, da avidez e da dissipação. (MULLER, A. Op. Cit., III, p. 147-149. Apud MARX, 1983, p. 298)

Tal descrição parece se aproximar muito daquilo que veio a se constituir como Caixas Operárias (ZOLA, 2006) e contemporaneamente os chamados Fundos de Pensão e Previdência. Mesmo com algumas falências e quebras, é inegável que estes sistemas deram certo. Existem Fundos desse tipo que já são tão velhos quanto Marx e, hoje, o Fundo Previ¹⁴, por exemplo, é o maior Fundo de Investimento do Brasil, vigésimo quinto do mundo, tendo se apropriado nas privatizações de boa parte das empresas públicas, além da própria Companhia Vale do Rio Doce, que virou apenas Vale, considerada uma das maiores empresa do Brasil e uma das maiores do mundo. Estes Fundos fazem exatamente o que está dito acima por Muller: reúnem recursos dos trabalhadores; investem com eficiência; determinam regras de sustentabilidade e crescimento; permitem saques mensais futuros; estabelecem regras de solidariedade entre as gerações. Ao contrário do Sistema Público de Previdência, que se encontra em constante crise, os Fundos de Pensão e Previdência seguem soberanos em suas atividades, sendo expressão última do movimento em que o trabalhador busca tornar-se investidor.

Apesar disso, Marx não previu este processo, e o que viu ridicularizou:

¹⁴ Fundo de Pensão e Previdência dos funcionários do Banco do Brasil, Fundado em 1906.

É impossível reunir mais disparates delirantes em poucas linhas. Para não mencionar a cômica confusão entre trabalhador e capitalista, valor da força de trabalho e juro do capital etc., a diminuição dos juros compostos deve ser explicada pela circunstância de que o capital é “emprestado”, onde proporciona “então juros compostos”. O procedimento de nosso Muller é característico do romantismo, em todos os campos. Seu conteúdo consiste em preconceitos cotidianos, tomados da aparência mais superficial das coisas. Esse conteúdo falso e trivial deve então ser “elevado” e poetizado mediante uma terminologia mistificadora. (MARX, 1983, p. 298)

A idéia segundo a qual “quem ri por último, ri melhor” não existe em ciência, já que o tempo é infinito. Tudo leva a crer que, entretanto, não tendo se estabelecida a barbárie nestes séculos, Muller estava certo e quem seguiu seus conselhos, enriqueceu ou garantiu uma passagem pela vida com padrões menos selvagens de existência.

Para Marx, que morreu na miséria, o processo de acumulação via juros compostos só poderia ser concebido se a parte do lucro correspondente fosse sistematicamente retransformada em capital, ou seja, fosse capaz de absorver mais trabalho novo, ainda que houvesse desvalorização do capital no processo de determinação do valor das mercadorias, pois “todo capital existente aparece, portanto, como o resultado não de um longo processo de poupança de capital, mas como resultado de um período de reprodução relativamente curto” (Ibidem, p. 298). Destaca ainda Marx que, como os rendimentos marginais do trabalho são decrescentes, a taxa de lucro diminui, portanto, exigindo maiores esforços na apropriação de uma mais-valia cada vez mais crescente pressionada pela constância dos juros implícitos e do rendimento decrescente do trabalho, para que a renda do capitalista se mantenha a mesma.

É claro que nenhum trabalho, nenhuma força produtiva, nenhum engenho e nenhuma arte podem satisfazer às exigências avassaladoras dos juros compostos. Mas toda poupança é feita do rendimento da capitalista, de modo que essas exigências são de fato constantemente feitas e a força produtiva do trabalho se recusa, com a mesma constância, a satisfazê-las. Por isso, estabelece-se constantemente uma espécie de equalização. (Labour Defended Against the Claims of Capital. p. 23. De Hodgsking.) in (MARX, 1983, p. 299)

Numa linha oposta, Fisher (1986) escreve: “Um amável crítico, Prof John B. Canning, sugere que *‘The Nature of Capital and Income’* deveria ter sido chamado de *‘The Nature of Income and Capital’* e que a temática deveria ter sido apresentada na ordem inversa, visto que renda é a base do conceito capital-valor e é, de fato, o conceito mais fundamental na ciência

econômica”. É claro que, aqui, a renda não pressupõe moeda. O rendimento do trabalho é algo ainda presente num mundo anterior ao da moeda. Fisher busca no mundo biológico a sua inspiração:

O corpo humano, porém, não é comumente considerado como um objeto próprio, e apenas os eventos conscientemente localizados em outros objetos que não o corpo humano são geralmente admitidos como renda psíquica. Entretanto, a máquina humana ainda desempenha um papel, na medida em que, mediante atividade intencionais, produz ou ajuda a produzir outros objetos que são fontes materiais de eventos desejáveis – alimentos, casas, ferramentas e outros bens – que por sua vez colocam em movimento uma cadeia de operações, cujo efeito final é registrado em nosso fluxo de consciência. Desse ponto de vista, a consideração importante é que os seres humanos estão sempre lutando para controlar o fluxo de sua vida psíquica ela apropriação e utilização de materiais e forças da Natureza. (FISHER, 1986, p. 13)

A obsessão em corresponder, ter lastro, ser algo natural permeia a discussão de boa parte dos economistas na investigação deste tema. Mas existe um vetor, existe um sentido e direção que Marx não observou nesta mesma ordem, qualificando capital não como produto das rendas, senão, ao contrário.

Enquanto seu capital funciona como capital, ele pertence ao processo de reprodução, está imobilizado nele. O capitalista, sem dúvida, é seu proprietário, mas essa propriedade não o capacita, enquanto o emprega como capital para a exploração de trabalho, a dispor dele de outra maneira. O mesmo acontece com o capitalista monetário. Enquanto seu capital está emprestado e atua, portanto, como capital monetário, proporciona-lhe juro, parte do lucro, mas ele não pode dispor da soma principal. Isso se evidencia tão logo o tenha emprestado, por digamos, um ano ou vários e recebe juros em certos prazos sem restituição do capital. Mas, mesmo a restituição aqui não faz diferença. Se o capital lhe é restituído, tem de emprestá-lo sempre de novo, enquanto precisar ter o efeito de capital – no caso, de capital monetário – para ele. Enquanto se encontra em suas mãos, não proporciona juros e não atua como capital; e enquanto proporciona juros e atua como capital, não se encontra em suas mãos. Daí a possibilidade de emprestar o capital por tempo perpétuo. As seguintes observações de Tooke contra Bosanquet são por isso inteiramente falsas. (Metallic, Paper, and Credit Currency. p. 73) in (MARX, 1983, p. 277-8)

Marx, ironicamente, toca enfim em termos que estão na essência deste projeto. A idéia de “capital por tempo perpétuo”, antes para negá-la. Uns supõe e agem, ainda que nada possa ser perpétuo, a atitude sustentável, passa por inserir o hábito do perpétuo, seja com a natureza, nos recursos, nos excessos, nas finanças. O tratamento moderno que Schumpeter vai dar ao tema, por exemplo, inclui o pensamento sobre ciclos econômicos circulares e o papel que o

crédito (logo, o juro) terá no desenvolvimento da inovação tecnológica, considerando o fato do “crédito adicional” levantado por Keynes para que o ciclo seja mitigado ao ser influenciado pelo lado monetário (SHUMPETER, 1997). Marx foca no decrescimento marginal dos retornos do trabalho, maquinaria era algo, inovação é outro algo, é um pulo-do-gato, que Schumpeter lançará mão para conectar juro e inovação, logo, sair do ciclo, contrariar a tendência de rendimentos marginais decrescentes do trabalho, voltarei a isso.

No capital portador de juros, o movimento do capital é contraído; o processo intermediário é omitido e assim um capital = 1000 é fixado como uma coisa que, em si, é = 1000 e, em determinado período, se transforma em 1100, como o vinho na adega após certo tempo também melhora seu valor de uso. O capital é agora coisa, mas como coisa capital. O dinheiro tem agora amor no corpo. Tão logo esteja emprestado ou também investido no processo de reprodução (desde que proporcione ao capitalista funcionante, como seu proprietário, juros separadamente do ganho empresarial), acresce-lhe o juro, esteja dormindo ou acordado, em casa ou em viagem, de dia ou de noite. Realiza-se assim no capital monetário portador de juros (e todo capital, quando a sua expressão de valor, é capital monetário ou vale agora como expressão do capital monetário) o desejo impiedoso do entesourador. (MARX, 1983, p. 285)

Aqui parece ter ocorrido um deslize, porque entesourador e investidor são tomados como a mesma pessoa e, obviamente, o entesouramento, ou o ato de retirar e esconder as riquezas que circulariam, em muito se diferencia do ato de investir ou de dispor suas reservas em uma poupança. Desta forma, o marxismo acompanha a análise até aqui, porém se torna cada vez mais inconveniente. Se de um lado existem muitas estradas, de outro, uma estrada sem saída. O marxismo patina enquanto lógica a esta altura.

A definição de Adam Smith, por exemplo, é muito mais fluída:

Em um país em que, embora os ricos, ou seja, os donos de grandes capitais, desfrutam de muita segurança, e os pobres, ou seja, os donos de capitais pequenos, não têm praticamente nenhuma segurança e além disso estão sujeito, sob pretexto de justiça, a serem pilhados e saqueados a qualquer momento pelos mandarins inferiores, o volume de capital empregado nos diversos setores de comércio jamais pode ser igual aquilo que a natureza e a extensão desse negócio comportaria (SMITH, 1996, p. 4.).

Aos pobres assim definidos como “donos de pequenos capitais” permite-se que possam tornarem-se ativos no processo de construção da riqueza. Não se trata de retirá-los da posição

de vítimas, mas sim de afirmar sua condição de ser sujeito, de emancipar-se, empreender. Em sustentação desta definição, Irving Fisher (1986, p. 34) dirá:

Defino riqueza como consistindo em objetos materiais possuídos pelos seres humanos (incluindo, se desejarem, os próprios seres humanos). A propriedade pode ser dividida e distribuída entre diferentes indivíduos em forma de direitos de participação, ações, obrigações, hipotecas, e em outras formas de direitos de propriedade. Qualquer que seja a forma em que a propriedade é distribuída e simbolizada em documentos, o grupo inteiro de direitos de propriedade é simplesmente meio para um fim-renda. A renda é o alfa e o ômega da Economia. (FISHER, 1986, p.34)

Colocando vetor e termo no capital, vemos que o fenômeno é produto da renda, que pode nascer sem o capital, que pode lograr por infinitos combinados de acordos, contratos, parcimônia e sacrifícios.

A renda é o fator mais fundamental em nossa vida econômica. A derivação do valor de todos os bens ou agentes duráveis envolve o desconto ou capitalização de renda, como um dos passos. Consequentemente, a própria taxa de juro, em termos de renda fundamental, pareceria tão mais próxima quanto nós possamos praticamente chegar a qualquer padrão básico no qual expressar uma taxa de juro real [...] Uma outra idéia persistente é a de que obter juro é, necessariamente e sempre, obter uma vantagem desleal do devedor. Esta noção é um pouco mais do que a obviamente verdadeira idéia de que a taxa de juro, como qualquer outro preço, pode ser exorbitante. A argumentação é de que não deveria haver juro algum. Esse pensamento é recorrente através da história. Parece natural que apenas o que foi tomado emprestado deve ser devolvido. Por que qualquer acréscimo? O juro é, portanto, considerado antinatural. (FISHER, 1986, p.34)

Fisher recoloca o tema nos trilhos e prepara o terreno para que as abordagens de Keynes e Schumpeter possam encerrar um circuito de diálogo sobre a noção de capital, de juros e de crédito, numa perspectiva abrangente, na qual a existência do juro, do empreendedor e da inovação irá transcender o fluxo circular econômico, provocando as grandes transformações e mudanças de que nos servimos enquanto processo civilizatório.

Suponha que uma árvore de 25 anos valha 15 dólares, e tenha sido plantada a um custo de 5 dólares o trabalho. O trabalhador recebeu 5 dólares, quando a árvore foi plantada. O capitalista que o pagou recebeu 15 dólares, 25 anos mais tarde e, portanto, usufruiu um aumento de 10 dólares o valor, que é o juro sobre seus 5 dólares de investimento, o custo de plantar a árvore. Por que o trabalhador que plantou a árvore não recebe esse acréscimo de 10 dólares, em vez do capitalista? [...] Consideremos o caso da árvore que foi plantada com o valor de 5 dólares de trabalho e que, 25 anos mais tarde,

valia 15 dólares. O socialista, virtualmente, pergunta: Por que não deve o trabalhador receber 15 dólares ao invés de 5 dólares por seu trabalho? A resposta é: Ele pode recebê-los, contanto que ele espere anos. Como diz Bohm-Bawerk: “A proposição perfeitamente justa de que o trabalhador deve receber o valor total de seu produto pode ser entendida como significado também que o trabalhador deve agora receber o total presente de seu produto, ou deve receber o total valor futuro de seu produto no futuro. Mas, Rodbertus e os socialistas o expõem como se significassem que o trabalhador devesse receber agora o total valor futuro de seu produto”. (FISHER, 1983, p. 29)

Tudo nos indica que a teoria recomenda fortemente a utilização da busca por juros compostos como instrumento da reprodução e ampliação da renda e, tirada a mística de ladrões de trabalho, os capitalistas são meros intermediários do trabalho, que compram o trabalho, num determinado tempo e vendem seus produtos, em outro (Ibidem, p. 30).

Mas não existe vácuo, e mesmo nas condições de pobreza mais extrema, o provérbio popular se impõe sobre a retórica: “Ninguém é tão pobre que não possa ajudar. Ninguém é tão rico que não precise de ajuda” (O CRUZEIRO, 1960). Tomando a frase pela negativa, pode-se afirmar que hoje nas periferias se opera, mediante a pressão da demanda, crédito e juro nas piores condições de agiotagem e que a instalação de serviços bancários adequados seria antes, uma condição para a superação da pobreza, ou por outro lado, uma amarra real para que as populações ampliem seu padrão de consumo. Sem contar o fato, que salta aos olhos, de ser algo extremamente antidemocrático e cruel não permitir que a população mais carente e necessitada possa formar poupança, em geral nem sequer possuem uma conta no banco, ou quando possuem é um banco com seus próprios objetivos de desenvolvimento. Permitir que as comunidades possam formar poupança para investir e lucrar com juros compostos, multiplicador monetário, crédito anormal, emissão de moedas, e toda parafernália tecnológica e bancária, seria um ato de libertação das poderosas forças produtivas existentes nas periferias.

A cobrança do juro sobrevive a toda oposição: Apesar da persistência da idéia de que o juro é algo antinatural e indefensável, apesar da oposição dos socialistas e de outros que se rebelam contra o sistema econômico existente, apesar de todas as tentativas para proibir a cobrança de juros, não há e nunca houve, em toda a história registrada, qualquer tempo ou lugar, sem a existência de juro. (Fisher, 1983, p. 40-1)

A virada do crédito, do juro e do capital para uma análise mais aprofundada e positiva, no sentido de isenta de paixões anteriores, vem dos escolásticos, passará por Fischer (1983), por Keynes (KEYNES, 1996), mas receberá em Schumpeter o estado da arte no que se refere a

colocar o lugar dos juros e o papel que ele ocupa hoje no processo de criação de riqueza e valor, como locomotiva das expectativas, instrumento mais ou menos acessível, conforme varia a democracia (que quer dizer, em última análise, democracia material). Aquilo que fora ridicularizado em Marx firmara-se como torrente irrefreável e construtora da exuberância moderna.

Keynes dirá: “talvez não seja apenas um acidente o fato de que a raça que mais fez para trazer a promessa de imortalidade para o coração e a essência de nossas religiões tenha também sido a que mais fez pelo princípio do juro composto” (Keynes) in (Essays, p.371). Em um trecho diferente da polêmica com o Dr Price, Marx acabará com concordar com ele, dizendo por fim que:

Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o mutuário de capital monetário. Em termos gerais, o negócio bancário, sob esse aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas, de dinheiro, que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital monetário. Por outro lado, eles concentram, perante todos os prestamistas, os mutuários, ao tomar emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, por um lado a centralização dos mutuários. Seu lucro consiste, em geral, em tomar emprestado a juros mais baixos do que aqueles a que empresta. (MARX, 1984, p. 303)

De outro lado Schumpeter domina um entendimento mais profundo do papel que a oferta de moeda por meio do crédito e por meio do conceito de velocidade, desde Cantillon, joga como crédito, particularmente bancário, acelerando o processo e baixando a taxa de juro. As dificuldades lógicas que se escondem nesta afirmativa aparentemente simples são um pouco reduzidas pela ênfase que o autor põe no caso em que os banqueiros apenas emprestam o que os depositantes, no momento, não necessitam – caso de depósitos a prazo fixo, como diríamos, de modo que uma determinada soma em dinheiro apenas prestou serviços durante certo tempo.

Nem mesmo a ortodoxia mais conservadora dos teóricos pode negar que a estrutura da indústria moderna não poderia ter sido erigida sem ele, que ele torna o indivíduo até certo ponto independente dos bens herdados, que o talento na vida econômica “cavalga sobre suas dívidas, em direção ao sucesso”. Nem é para ofender ninguém a conexão estabelecida aqui entre o crédito e a realização de inovações, uma conexão a ser elaborada posteriormente. Pois é tão claro a priori como está estabelecido historicamente que o crédito é primariamente necessário às novas combinações e que é por estas que ele força seu caminho dentro do fluxo circular, de um lado, porque foi necessário originalmente para a fundação do

que agora são as empresas antigas, e de outro, porque seu mecanismo, uma vez em funcionamento, também se apodera das combinações antigas por razões óbvias. (SHUMPETER , 1997, p.79)

O juro ganha uma noção quase heróica e a postura escrita de Schumpeter não poderia ser mais justa, concisa e corajosa, desembaraçada de dogmas para defender o empreendedor, a inovação; coloca o juro na condição de motor dos processos. “Mesmo o banqueiro”, figura pouco simpático à literatura, “que emprestava desembolsando o dinheiro depositado que ele não fez mais que coletá-lo de inúmeros pequenos pés-de-meia, onde estagnavam, ao passá-lo a alguém que o haveria de pôr em uso...” (SCHUMPETER, 1964, p.392) é apresentado na dimensão daquele que compra o risco, que põe movimento onde antes o represamento, o entesouramento contribuía negativamente na economia, não gerando investimento, contribuindo para a inflação, a elevação das taxas de juros, enfim, um ciclo negativo para a economia.

Ele emprestava a mesma soma várias vezes antes que o primeiro mutuário houvesse pago; isto é, ele não fazia apenas sucessivos empregos da soma que lhe fora confiada; antes, a soma, nestas circunstâncias, satisfazia simultaneamente a muitos empregos [...] Dos bancos já não se diz mais que “emprestam seus depósitos” ou “o dinheiro dos outros”, mas que “criam”, depósitos ou notas de banco: surgem como para fabricar dinheiro menos que aumentar sua velocidade – o que é uma idéia completamente descabida – agir em nome de seus depositantes. (SHUMPETER , 1997, p.79)

A atividade bancária acelera a criação de riqueza construindo um ritmo e uma expectativa de crescimento. E assim como um alquimista, cria a riqueza necessária para dar o pulso inicial ao organismo. Este crédito novo nasce numa nova estrutura, produto de novas combinações, impossíveis no fluxo circular normal da economia.

A estrutura de crédito se projeta não apenas além da base existente de ouro, mas também além da base existente de mercadorias. Novamente esse fato como tal não pode ser negado. Só a sua significação teórica pode ser posta em dúvida. A distinção entre crédito normal e anormal é, contudo, importante para nós. O crédito normal cria direitos ao dividendo social, que representam e podem ser pensados como comprovante dos serviços prestados e da entrega prévia de bens existentes. Aquela espécie de crédito, que é designada pela opinião tradicional como anormal, também cria direitos ao produto social, que, contudo, na ausência de serviços produtivos passados, só poderiam ser descritos como certificados de serviços futuros ou de bens ainda a serem produzidos. Assim há uma diferença fundamental entre as duas categorias, tanto em sua natureza como em seus efeitos. Ambas servem ao mesmo propósito como meios de pagamento e são externamente

indistinguíveis. Mas uma abarca meios de pagamento para os quais há uma contribuição correspondente ao produto social, a outra abrange meios de pagamento aos quais não corresponde até agora nada — ao menos nenhuma contribuição ao produto social, mesmo que essa deficiência seja freqüentemente compensada por outras coisas. (SCHUMPETER, 1997, p.106)

A pressão da opinião senso comum sobre rigidez dos desencaixes visaria, obviamente, o mundo de um padrão tipo “dólar-ouro”, o que é um inconveniente que nada tem a ver com a saúde (ou falta dela) de uma economia, que em geral, antes de tudo, precisa ser dinâmica, fluída, ter escala, movimentação, espaço para poupança, investimento e inovação. Contraditoriamente a desgraça da guerra acelerou consensos acerca do papel do crédito bancário, removendo as aparências paradoxais.

Talvez os fenômenos do pós-guerra e as discussões quanto ao papel do crédito bancário no auge e na depressão tenham removido, do que tenho a dizer, boa parte da aparência paradoxal. Hoje em dia todas as teorias do ciclo econômico consideram o fato do “crédito adicional” na prosperidade e têm em conta a questão levantada por Keynes de que o ciclo poderia ser mitigado ao ser influenciado pelo lado monetário (SCHUMPETER, 1997, p.101)

O retorno na margem, para cada unidade de capital investido e convertido em trabalho e meios de produção, finalmente reconvertido em produto com dado valor no mercado é o elemento ativo que determinará a disposição do empreendedor para buscar fundos disponíveis para novos investimentos, enquanto que a taxa de juros governa os termos em que esses fundos são corretamente oferecidos. (KEYNES, 1996, p.172)

Para efetivar plenamente suas preferências psicológicas temporais, um indivíduo depara-se com dois conjuntos de decisões a serem tomadas. A primeira relaciona-se com aquele aspecto de preferência temporal que denominei propensão a consumir, fator que, sob a influência dos diversos motivos expostos no Livro Terceiro, determina que parte de sua renda cada indivíduo consumirá e que parte reservará sob alguma forma de comando sobre o consumo futuro. (KEYNES, 1996, p.173)

A preferência pela liquidez é uma determinante urgente, de curtíssimo prazo, que se impõe sobre a parcimônia e representa ela mesma o sacrifício do leite derramado. As tragédias se atentam contra a previdência, toma de assalto a normalidade aumentando a demanda por capital. Só dinheiro sacia a preferência pela liquidez.

É claro que se alguém fosse dizer que o dinheiro é apenas um meio para facilitar a circulação dos bens e que nenhum fenômeno importante pode estar ligado a ele, isso seria falso. Se alguém criasse a partir daí uma objeção contra nosso raciocínio, então seria refutado imediatamente por nossa prova de que em nosso caso um emprego diferente do potencial produtivo do sistema não pode ser alcançado de outro modo que não por alteração no poder relativo de compra dos indivíduos (SCHUMPETER, 1997, p. 102).

O fenômeno do crédito para o financiamento do consumo, ou ainda do microcrédito como instrumento de ruptura com a condição de risco social, são instrumentos recentes. Historicamente esta ferramenta só estava à disposição das empresas e ao meio comercial. Particularmente o trabalho de Muhammad Yunus, o banqueiro dos pobres, ganhou muito destaque e obteve resultados convincentes, colocando uma legião de estudiosos e interessados em utilizar tais metodologias para uma nova abordagem para o problema social. No Brasil o Banco Palmas representa o expoente mais ousado destas experiências. Para adentrar neste universo que propõe crescimento e estabilidade perpétua ainda precisamos meditar a questão da poupança e da moeda, para só então detalhar o *Endowment Fund*. Por hora é importante fixar o conceito e as palavras proféticas de Giannetti:

Não foi a toa que os gregos escolheram o termo tokos (“filhotes; progênie”) para designar o fenômeno dos juros monetários: a procriação do dinheiro por meio do dinheiro. O fenômeno dos juros embute uma promessa de imortalidade. Se a poupança suntuária acena com a recompensa da vida eterna, a poupança reprodutiva não faz por menos. Ela traz consigo a promessa da renda eterna. (GIANNETTI, 2012, p. 147)

2.4 POUPANÇA

O homem mais rico da babilônia voltou-se então para um homem humilde que afirmara ser um vendedor de ovos: “Se você separar um de seus cestos e toda manhã colocar dez ovos, daí tirando toda noite nove ovos, o que acontecerá finalmente? – Com o tempo transbordará”¹⁵. (GLASON, 2015, p. 42)

Reza a lenda que Arkad era o homem mais rico da Babilônia e por este motivo, o rei pediu-lhe que ensinasse lições para que as pessoas do reino também enriquecessem. A primeira de suas lições foi constituir poupança. A segunda foi investir. A terceira reduzir os gastos. A quarta proteger o tesouro de perdas. A quinta fazer do lar um investimento lucrativo. A sexta assegurar renda para o futuro. A sétima aumentar a capacidade de ganhos (GLASON, 2015).

Este roteiro de poupança precaucionária parece ter inspirado a riqueza desde civilizações muito antigas, anteriores ao capitalismo. Mas antes a formação de poupança pode ser vista mesmo como uma imposição da natureza.

A natureza impõe limites. Não importa o quão rudimentar, nenhum agrupamento humano sobreviverá por muito tempo se não for capaz de transferir uma quantidade mínima de recursos do presente para o futuro. A razão é simples. A infância extralonga do animal humano – o prolongado e oneroso processo de maturação que se estende do nascimento até que ele esteja apto a se defender e prover o próprio sustento – estabelece o imperativo da manutenção de uma “rede protetora” que garanta alimento, abrigo e aprendizado durante os anos formativos. Esse mecanismo precisa contemplar não apenas a prole mas as grávidas e mães lactantes que inevitavelmente dependerão, por algum tempo, de amparo alheio (GIANNETTI, 2012, p. 127).

Giannetti (2012, p. 129) não observa sabedoria na atitude silvícola dos índios em princípios. Diz que a prática dos índios sul-americanos além de esporádica era curto-prazista, dedicada a culturas de rápido retorno do esforço despendido, como mandioca e banana.

Certamente a atitude já debatida dos *Kuikuro* contrapõe-se a esta idéia, bagunçando um pouco o quadro possível dos primitivos em relação ao amanhã. Mesmo assim, Giannetti (2012, p. 128) reconhece que “o simples fato de que essas culturas dispunham de um sistema de cálculo e marcação de passagem do tempo por meio das lunações é uma indicação clara de que estavam cientes, ao menos num sentido prático, da existência de ‘muitos amanhãs’”.

¹⁵ GLASON, George S. O homem mais rico da Babilônia. 19. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015. 157 p. Tradução Luiz Cavalcanti M. Guerra.

Diz-se que Esopo, por meio do conto da formiga e da cigarra, prestou uma grande contribuição à idéia de poupança. A formiga trabalha o verão fazendo poupança, a cigarra canta. Quando vem o inverno a cigarra morre¹⁶. Talvez de tanto passar por isso o registro no DNA dos camundongos fizeram deles entesouradores contumazes. “Um hamster que pesa cem gramas, por exemplo, é capaz de acumular até 25 kilos de cereais em sua toca. Este impulso irrefreável de entesourar – verdadeira mania compulsiva – ilustra à perfeição aquilo que Keynes batizou, ao classificar os motivos que nos induzem a poupar em vez de consumir, de instinto de ‘pura sovinice’ (*pure miserliness*)” (GIANNETTI, 2012, p. 41-2). Seguindo Giannetti (2012, p. 144) em outro trecho cabível segue que:

A poupança precaucionária é feita sob o signo da prudência. Ela reflete uma postura defensiva perante o futuro. O que se busca não é um amanhã radiante, mas precaver-se do pior: a garantia de um padrão de vida e bem-estar toleráveis, mesmo que as coisas tomem um curso ruim ou pior. Já o uso excedente visando finalidades simbólicas define o que podemos denominar poupança suntuária .

Neste sentido, apesar da geladeira, do fogão, e de métodos modernos de se precaver, parece que nossos semelhantes¹⁷ lograram mais êxito na sua tarefa de formar poupança. Mas só ao homem é dada a condição moderna de investir em poupança monetária. Marx, como vimos anteriormente, zombou da proposta da classe trabalhadora soubesse usar o investimento em favor de si mesma:

1 xelim, investido no dia do nascimento de “nosso salvador” (provavelmente no templo de Jerusalém), “a juros compostos de 6%, teria alcançado uma soma maior que a que poderia conter todo o sistema solar, se transformado numa esfera de diâmetro igual ao da órbita de Saturno”. (PRICE; MORGAN, 1812) in (MARX, 1983, p. 296)

16 Conto popular A Cigarra e a Formiga é uma das fábulas atribuídas a Esopo e recontada por Jean de La Fontaine

17 “Saqueador da metrópole / Tenaz roedor / De toda esperança / Estuporador da ilusão / Ó meu semelhante / Filho de Deus, meu irmão” (HOLANDA; LOBO, 2003)

Richard Price¹⁸, sobrevive na força e importância de seu trabalho, que ainda hoje é um instrumento no cálculo das amortizações de aposentadorias e financiamentos. Marx reside menos no instrumental da economia.

Keynes catalisa toda teoria definindo poupança como a renda não consumida, ou excedente da renda sobre o consumo. Desta relação deduz que a renda é igual ao consumo mais o investimento. Por outro lado, se a poupança é igual a renda menos o consumo, então a poupança só pode ser igual ao investimento (KEYNES, 1996, p.91).

A idéia de demanda efetiva e propensão marginal a consumir, ou seja, que de um incremento de uma unidade monetária você não terá uma demanda dividida entre efetiva (D_1) e a renúncia ao consumo (D_2), portanto o gasto crescerá mas em uma proporção menor. Então daí que surge o “paradoxo da parcimônia” (KEYNES, 1996, p. 332), pois se a poupança gera o investimento e quando o consumo vai a 0% a poupança vai a 100%, e vice versa, então numa condição onde todos poupassem ao mesmo tempo não haveria consumo e o investimento não receberia sua renda.

Adam Smith afirmou que a parcimônia aumenta o capital, que todo o homem frugal é um benfeitor público e que o crescimento da riqueza depende do excesso da produção sobre o consumo. Que estas proposições sejam, em grande parte, verdadeiras, é indiscutível¹⁹... Mas é evidente que não são verdadeiras em termos absolutos, e que os princípios da poupança, levados ao extremo, destruiriam o motivo para a produção. Se cada um se contentasse com o alimento mais simples, a roupa mais singela e a casa mais humilde, é certo que não existiriam outras espécies de alimentos, de roupas e de casas. (...) Os dois extremos são evidentes; e daí se deduz que há de existir algum ponto intermediário, embora os recursos da economia política não permitam determiná-lo, em que, levadas em conta a capacidade produtiva e a vontade de consumir, o motivo para aumentar a riqueza é máximo. (KEYNES, 1996, p. 332)

Keynes (1996, p. 127) esmiúça mais “oito motivos ou fins importantes de caráter subjetivo em virtude dos quais os indivíduos se abstêm de gastar sua renda”:

- (i) constituir uma reserva para fazer face a contingências imprevistas;

18 PRICE, Richard. Observations on Reversionary Payments. Londres: Ed. T. Cadell, 4ª ed., 1783; 6ª ed., 1803; e 7ª ed., 1812. Popularizou-se em razão da tabela price, de amortizações.

19 Prefácio aos Principles of Political Economy de Malthus, pp. 8 e 9.

- (ii) preparar-se para uma relação futura prevista entre a renda e as necessidades do indivíduo e sua família, diferente da que existe no momento, como por exemplo no que diz respeito à velhice, à educação dos filhos ou ao sustento das pessoas dependentes;
- (iii) beneficiar-se do juro e da valorização, isto é, porque um consumo real maior em data futura é preferível a um consumo imediato mais reduzido;
- (iv) desfrutar de um gasto progressivamente crescente, satisfazendo, assim, um instinto normal que leva os homens a encarar a perspectiva de um nível de vida que melhore gradualmente, de preferência ao contrário, mesmo que a capacidade de satisfação tenda a diminuir;
- (v) desfrutar de uma sensação de independência ou do poder de fazer algo, mesmo sem idéia clara ou intenção definida da ação específica;
- (vi) garantir uma *masse de manoeuvre* para realizar projetos especulativos ou econômicos;
- (vii) legar uma fortuna;
- (viii) satisfazer a pura avareza, isto é, inibir-se de modo irracional, mas persistente, de realizar qualquer ato de despesa como tal [...] Estes oito motivos podem ser chamados de: Precaução, Previdência, Cálculo, Melhoria, Independência, Iniciativa, Orgulho e Avareza; também poderíamos formular uma lista de motivos para consumir tais como: Prazer, Imprevidência, Generosidade, Irreflexão, Ostentação e Extravagância.

Da abrangência de Keynes nem mesmo a ostentação, que viria a se tornar palavra tão popular na no vocabulário da pós modernidade funk carioca, consegue escapar. Os motivos de agentes econômicos racionais dentro de um mundo econômico ideal onde as coisas convergem para o equilíbrio são embaralhados com os motivos mundanos. Mas Keynes destaca que este movimento tem vetor, sentido e direção.

A expectativa de um aumento no excesso do investimento sobre a poupança, dado o volume anterior de emprego e produção, induzirá os empresários a aumentar o volume do emprego e da produção. (KEYNES, 1996, p. 104)

Ou seja, é o investimento, o alfa e o ômega do processo. É ele que determina a poupança e, portanto, os movimentos seqüentes do processo de criação de valor por meio da produção. É um ponto de vista onde a expectativa passa a explicar melhor a reflexão dos agentes econômicos. De tal maneira não é mais a soma da parcimônia passada que determinará o investimento, senão a expectativa dos rendimentos futuros que um custo de capital presente pode proporcionar. Neste momento a teoria para de olhar o retrovisor e encara o horizonte à frente.

A idéia de que a criação de crédito pelo sistema bancário permite realizar investimentos, aos quais “nenhuma poupança genuína” corresponde, resulta,

unicamente, de se isolar uma das conseqüências do aumento do crédito bancário, com a exclusão das demais. Se a concessão de um crédito adicional a créditos já existentes permite ao empresário efetuar uma adição ao seu investimento corrente, que de outro modo não poderia ocorrer, as rendas aumentarão necessariamente e numa proporção que, em geral, excederá a do investimento suplementar. (KEYNES, 1996, p. 107)

Até o momento o esforço de condução do argumento buscava encontrar correspondentes biológicos que pudessem justificar o crescimento exponencial do capital. Ainda que não seja uma pré-condição para que o mecanismo funcione o correto entendimento de como se dá o processo de trocas e financiamento temporal tem seguido este caminho de investigação e legitimidade. Quando o crédito bancário, assim como todo ourives é levado a fazer, cria com papéis valores que não existem, em geral lastreados em uma promessa de pagamento futuro, ou em um projeto empresarial, uma heresia se impõe e o homem vence por meio da filosofia que a golpe de marretas vence suas limitações materiais e os inconvenientes, para aceitar uma inovação após outra, o papel moeda, o crédito, e hoje a moeda virtual.

Um crédito criado que permite exceder o nível dado de pleno emprego dos fatores de produção indicaria que o montante total de pleno emprego dos fatores de produção não são um quantum uno e indivisível, uma quantidade inflexível que uma vez chegada ao teto finda-se a possibilidade de combinações econômicas. Pelo contrário, a fome humana não parece ter fim. A lógica é justamente que o crédito criado permite que se exceda na criação de riqueza de tal forma a ultrapassar o investimento suplementar. Obviamente as necessidades dos empresários não podem estar submetida a parcimônia da formação da poupança, ou seja, do nível cultural que um povo tem para ter uma atitude de poupança voluntária. O empresário, em ritmo cada vez mais acelerado, principalmente no que se refere a inovação, precisa depender de enormes volumes, volumes estes que não estão acessíveis, principalmente em razão do formato engessado das grandes instituições bancárias.

A virtude fenomenal da criação do crédito bancário, chamado anormal por Schumpeter (1997), foi resumido em três tendências consideradas fundamentais por Keynes:

(1) aumento da produção; (2) alta no valor da produção marginal expressa em unidades de salário (o que em condições de rendimentos decrescentes deve necessariamente acompanhar um aumento da produção); e (3) alta da unidade de salários em termos de moeda (efeito que em geral acompanha a melhoria do emprego); e estas tendências podem afetar a distribuição da renda real entre os diferentes grupos. Mas estas tendências são características de um estado de produção crescente e se manifestam do mesmo modo quando o aumento da produção tem outra origem que não a

extensão do crédito bancário. Elas só podem ser evitadas se eliminarmos qualquer ação capaz de melhorar o emprego. (KEYNES, 1996, p. 107)

O erro implícito de estar amarrado a um valor fixo de uma poupança passada como instrumento da geração da riqueza futura perseguiu muitos autores economistas gerando medos e revoltas. Quando um indivíduo poupa não aumenta em quantidade igual o investimento agregado.

Toda tentativa de poupar mais reduzindo o consumo age de tal modo sobre as rendas que necessariamente anula a si mesma. E, sem dúvida, igualmente impossível à comunidade em sua totalidade poupar menos que o montante do investimento corrente, já que uma tentativa desta ordem fará subir necessariamente os rendimentos até um nível em que as somas que os indivíduos decidem poupar alcancem uma cifra exatamente igual ao montante do investimento. (KEYNES, 1996, P. 108)

Schumpeter (1964) conecta-se com clássicos e em suas investigações se pergunta como puderam por tanto tempo descrever o fenômeno da criação de crédito, relacionando-o com a poupança, sendo ela, a poupança, isso sim criada pelo do investimento. Não parece um erro tal grave conceitual inverter criatura e criador. Trocar os papéis, como se fizessem do homem o criador de Deus?

Bohm-Bawerk, sem dúvida, adicionou-lhe um novo ramo, mas substancialmente subscreveu as proposições de Turgot [...] esta teoria não foi somente assimilada pela grande maioria dos economistas: foi absorvida por eles, em sua plenitude. Como se Law²⁰ – e outros – nunca houvesse existido, um após outro os economistas passaram a repetir que apenas a poupança (voluntária) era criadora de capital. E um após outro não demonstraram a menor desconfiança para com a palavra “imediatamente”. Com efeito, porém – por mais condescendente interpretação que se possa fazer – esta não percepção vem a significar que qualquer decisão de poupar coincide com a decisão correspondente de investir, de modo que a poupança é transformada em capital (real) praticamente sem dificuldade e como coisa esperada ou que, considerada de modo diferente, a poupança equivalia a oferecer capital (real) [...] o grande divisor de águas – a mudança

20 John Law: Percursor da Idéia de uma Moeda Administrada. Fabricação de dinheiro! Crédito como criador de dinheiro! Evidentemente, estes conceitos revelam outras perspectivas teóricas. O projetador de bancos do século dezessete, principalmente os projetadores ingleses de bancos hipotecários e Law, que originariamente fora um deles, tem lampejos, variando em grau de precisão, da teoria esboçada de linhas atrás. Eles, no entanto, desencadearam completamente as potencialidades, no campo dos negócios, da descoberta de que o dinheiro – e, destarte, o capital, no sentido monetário do termo – pode ser fabricado ou criado. Sua reputação, por esta época e posteriormente, sofreu grandemente por causa do fracasso de seus esquemas – esquemas de Law, em particular – quando, no século dezenove, a reputação de idéias *Fundamentalmente* semelhantes sofreram associação com a atividade bancária fraudulenta e com os fracassos dos esquemas que se revelavam sem êxito sem ser fraudulentos ou incongruentes, tal como o *Crédit Mobilier* dos irmãos Pereire. Mas, desde que há um grande contraste entre um princípio econômico e um projeto de banco, estes fracassos não são evidência no campo da teoria (SCHUMPETER, 1997).

verdadeiramente capital – nessa dimensão da experiência social humana foi a descoberta e gradual consolidação de uma modalidade de poupança que, em contraste com as demais, é capaz de procriar, ou seja, é capaz de retroalimentar o processo produtivo que lhe deu origem, vivificando o mundo do trabalho, capitalizando-o e frutificando mais de si mesmo: a poupança reprodutiva. A mecânica do processo e o segredo dessa aparente magia podem ser elucidados por meio de um exemplo simples: a poupança reprodutiva. (SCHUMPETER, 1964, p. 398)

A poupança reprodutiva é a retro alimentação em si, ela alimenta-se de si mesma no sentido em que emprega-se na ocupação da renúncia presente para que algum seguimento produtivo possa alocar-lhe com maior eficiência. É como se este capital se colocasse disponível para captar frações de ganhos futuros a custas de renúncia presente. Este incrível papel cumprido pelo crédito por meio dos juros, evidencia que o ganho total é mais que as frações captadas pelos juros. São menores que a riqueza final gerada, de outra forma haveria (ou há) quebra econômica e o sistema não se hegemonizaria.

o fluxo de renda gerado é imune à ação do tempo e capaz de sustentar não só a ele na velhice como aos seus familiares e descendentes por toda a eternidade. “Dinheiro”, lembra Adam Smith, “faz dinheiro: quando se tem algum, é com frequência fácil ganhar mais; a grande dificuldade é conseguir esse algum”; ou, como, pondera John Stuart Mill, “os que acham fácil ganhar dinheiro não são os pobres, mas os ricos”. (GIANNETTI, 2012, p. 146)

A poupança voluntária e a poupança involuntária respondem inversamente pelo nível de civilização de uma sociedade. “A esperteza”, diz o adágio, “é sempre mais fácil que a virtude, pois ela toma o caminho mais curto para tudo” (GIANNETTI, 2012, p. 150)

A acumulação neste trabalho é tratada como o segredo da riqueza. A poupança é o reflexo desta idéia. O *Endowment Fund*, o instrumento ético. Para uma nação ou uma instituição qualquer, seu nível de poupança indicará em parte sua saúde financeira. Para as microfinanças de um indivíduo vale a mesma máxima, entretanto, um sujeito na linha da miséria não tem como poupar, suas necessidades estão além dos recursos. Então o Banco Palmas poderia criar uma espécie de “poupança” voluntária, enquadrado como um programa de fidelização dos clientes²¹, porque este sujeito em condições extremas precisa de um plano de longo prazo para seu restabelecimento. Então o Banco Palmas poderia abrir um *Endowment Fund* em favor do indivíduo como causa, com a intenção de acumular para investir e permitir retornos mensais, bem como solidariedade entre as gerações (passando de

21 Ver capítulo 6: Fidelização como inovação na formação de poupança de longo prazo

pai pra filho). Desde o início de uma nova vida, as pessoas poderiam contribuir para a acumulação primitiva de capital doando diretamente para o *Endowment Fund* de um recém nascido, e também todos os gastos feitos para a criança sofreriam poderiam sofrer impactos infinitesimais em seu favor. O dinheiro acumulado trabalha para a criança, se mantêm em expansão, devolverá saques mensais quando estiver maduro, assim como uma árvore de pequi, com a vantagem que uma arvore financeira não tem limites pra crescer nem data pra morrer.

Obviamente, os *Endowments* possuem fins não lucrativos, e deverão responder a algum tipo de necessidade do ser humano ou da sociedade, trazendo credibilidade ao processo na medida em que são percebidos como de natureza estratégica para os fins da organização (FORD FOUNDATION, 2001). Olhamos aqui para o indivíduo como o projeto, a necessidade em questão.

Segundo Kotler e Fox (1995), a sofisticação do processo de captação pode passar por três processos distintos. No primeiro, a captação de recursos é praticada como um pedido de ajuda para atender a determinada necessidade. No segundo estágio, o conceito de captação de recursos evolui. Inserem-se no contexto práticas de troca, ou seja, prêmios e ou bonificações passam a ser oferecidos aos doadores no intuito de fomentar as captações e ainda atrair outro perfil de doador. Por último, o processo de captação de recursos é entendido como um desenvolvimento, a instituição desenvolve uma ação de relacionamento com seus doadores prospectivos, tornando-se merecedora, isto é, passando a ser vista como instituição na qual os doadores conferem valor a sua contribuição, se lhes for dada a oportunidade (KOTLER e FOX, 1995).

O individuo deve passar por estas fases descritas por Kotler e Fox. O indivíduo na sua busca por romper com a miséria não encontra um apoio, uma estratégia de seguridade e perpetuidade, se sente e está totalmente desprotegido. Criador da idéia de valor mas desprovido de valor, o homem chega à miséria e qual a estratégia para sair dali? O *Endowment Fund* tomado para o indivíduo busca enquadrar-se entre brechas, ofertar ao *Banco Palmas* um produto que ajude a alcançar sua atividade fim. O Banco Palmas pode dar este passo e por meio de um programa de fidelização dos clientes (como fazem supermercados ou as empresas aéreas com as milhagens) criar uma perspectiva mínima de acumulação com rendas perpétuas para seus clientes através do E-Dinheiro. A teoria e a tecnologia não parecem se desagradar destes caminhos.

2.5 MOEDA

Em “Dinheiro e magia: uma crítica da economia moderna à luz do *Fausto* de Goethe²²” Biswanger (2011, p. 79-82) - com prefácio e posfácio de Gustavo H. B. Franco²³ - coloca que na obra máxima de Fausto, a verdade da pedra filosofal na obra da economia, é a criação de um valor monetário artificial. “Trata-se da criação de valor por meio de fatores que não são atribuíveis ao esforço humano e não podem, portanto, ser explicados de maneira causal, em termos econômicos. É por isso uma criação de valor que se baseia na bruxaria ou na magia” (Ibidem, p.79).

Esta noção de que os economistas se tornaram os alquimistas modernos é delicadamente trabalhada na obra que analisa Fausto. Todas as sociedades, mesmo as mais primitivas, encontram algum nível de envolvimento monetário. Criar moeda de produtos mais “líquidos” que outros, como o sal, ou o ouro, foi uma longa saga para no alto da plenipotência do padrão metálico sobre todas as atividades, eis que num passe de mágica, alquimia certa, seu valor é igualado ao de um papel pintado!

Biswanger (2011) mostra que esta interpretação não fora apenas uma inspiração filosófica, hermética, pelo contrário, uma necessidade objetiva.

O modelo de Goethe para Fausto como um criador de riquezas rápida é o escocês John Law²⁴, que em 1715 ganhou permissão do regente francês, o Duque de Orléans, para fundar o banco emissor da França. (Biswanger 2011, p. 82)

22 Poeta, dramaturgo, romancista e ensaísta alemão Johann Wolfgang Von Goethe.

23 Gustavo H.B. Franco é bacharel e mestre em economia pela PUC do Rio de Janeiro e Ph.D (1986) pela Harvard University. É estrategista-chefe da Rio Bravo e presidente do Instituto Millenium. Foi presidente do Banco Central do Brasil, e também diretor da Área Internacional do Banco Central e Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre 1993 e 1999. (<http://www.institutomillennium.org.br/author/gustavo-h-b-franco/>)

24 John Law: Percursor da Idéia de uma Moeda Administrada. Fabricação de dinheiro! Crédito como criador de dinheiro! Evidentemente, estes conceitos revelam outras perspectivas teóricas [...] Sua reputação, por esta época e posteriormente, sofreu grandemente por causa do fracasso de seus esquemas [...] Mas, desde que há um grande contraste entre um princípio econômico e um projeto de banco, estes fracassos não são evidência no campo da teoria [...] A interpretação da posição teórica de John Law em matéria de moeda e crédito [...] parecia chocar-se decisivamente com o restante de seus pontos de vistas, o “dinheiro não é o valor em vez do qual os bens são trocados, mas o valor por que eles são trocados” [...] então ele conclui que há outra vantagem além da modicidade e da ausência de preocupação a respeito de como alcançar e conservar [uma adequada oferta de moeda] esta vantagem é que a quantidade de dinheiro é totalmente administrável. (SCHUMPETER, 1964, p 393)

Marx, na mesma linha citará de Fausto em outra passagem igualmente reveladora sobre a natureza da moeda: “o dinheiro tem agora ‘amor no corpo’”²⁵. A qualidade intrínseca de se reproduzir infinitamente é comparada ao ato humano de amar, ou de doar-se socialmente. O dinheiro deixa de ser algo inerte, preso a constância e meia-vida dos metais, e passa a ser dinâmico, para além de depreciar-se, passa a multiplicar-se.

Foi um longo caminho na saga das moedas para chegar à produção do papel moeda “sem lastro”, do nada. Embora os chineses já utilizassem pelo menos desde a dinastia Tang (que se estendeu de 618 a 907 d.C.²⁶), o papel moeda no mundo ocidental demorará bastante para se tornar predominantemente hegemônico. Claro que na idade média, a natureza da profissão do ourives leva naturalmente para um progressivo acúmulo de ouro em seu cofre contra recibos emitidos em papel. Estes recibos que emitidos respectivamente em relação aos depósitos passaram a ser negociados diretamente no mercado, pelas vantagens de transporte, por serem mais fáceis de contar (unidade de conta), mais fáceis de trocar, continham os valores escritos, etc. Aos poucos fica evidente para o ourives que as pessoas não vão buscar seus depósitos em ouro, e que a demanda por papel é grande, de forma que emitir papel sem lastro não foi atitude de gênios do pensamento, mais o resultado mais ou menos funcional da atividade de ourives. (PORTUGAL, 2016)

Quando Schumpeter (1964, 90-1) comenta Aristóteles acerca da moeda, em uma das passagens diz o seguinte:

algumas mercadorias – tais como os metais – são mais apropriadas que outras para desempenharem esta função, renunciando, assim, algumas das passagens mais triviais dos manuais do século dezanove sobre homogeneidade, divisibilidade, portabilidade, estabilidade relativa do valor, etc. Todavia, as exigências desta regra de equivalência na troca levam naturalmente a considerar que o Instrumento de troca também será usado como medida de valor. Em resumo, lhe reconheceu, implicitamente pelo menos, sua utilização como um Depósito de Valor. Três das quatro funções da moeda, tradicionalmente relacionadas nestes manuais do século dezanove – a quarta é de servir como Padrão dos Pagamentos Posteriores – têm sua origem em Aristóteles. (SCHUMPETER, 1964, 90-1)

Schumpeter rende homenagens no sentido de que fragmentos deste pensamento de Aristóteles sobrevive até o final do século dezanove: “a respeito da moeda e também de outras

25 [Lieb' im Leibe.] Citação do Fausto I de Goeth. Estrofe de uma canção de bebedores, sobre uma rata que, tendo sido envenenada, sentia-se tão comprimida como se tivesse amor no corpo. (MARX, 1983, p. 295).

26 http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/o_surgimento_do_papel-moeda.html

instituições sociais. Ele a legou a toda linha de pensadores que descendem dele, incluídos os utilitaristas ingleses. E sobrevive, esporadicamente, até hoje”. (SCHUMPETER, 1964, p. 93)

Estes trechos ajudam são recortes de uma imensa saga pela qual a moeda, desde os tempos primitivos aos dias atuais, acompanha o processo relacional humano. A moeda apresenta-se como mecanismo totalmente funcional, a qual todas as civilizações, por caminhos diferentes chegaram. Sua relação com valor de uso e de troca, começa a perturbar a noção de um valor único e invariável das coisas, mesmo do dinheiro como coisa.

Essa impressão feita pelo príncipe e sob o seu comando deve ser executada com requinte, de modo que seja muito difícil falsificá-la ou reproduzi-la. Deve-se proibir, portanto, sob pena capital, que vassalo algum de sua terra e mesmo nenhum príncipe estrangeiro, vizinho seu, fabrique moeda de aspecto similar e de valor menor do que a dele, de tal maneira que o homem comum do povo não saiba distinguir ou discernir entre esta moeda estrangeira e a do príncipe. (ORESME, COPÉRNICO, 2004 p.43)

Toda a operação de produção e distribuição de moeda, exigia uma poderosa capacidade de mobilidade. A facilidade era a causa da busca da moeda, mas sua produção, conservação e transporte exigiam muito, se compararmos com o papel moeda ou com o dinheiro digital. Mais a frente, Oresme (2004, p. 44) fará questão de destacar que “a moeda não pertence somente ao príncipe”. Porque numa discussão no seio religioso de onde ele emanava seus pensamentos, era necessário responder por que Cristo ao ser perguntado sobre uma moeda romana, responde: “Devolvam a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus”²⁷. Ao que responde, concluindo:

a moeda pertence à comunidade e aos particulares. Assim diz e defende Aristóteles no sétimo livro da Política e Cícero, no final da Antiga retórica [...] devolver a César o que lhe pertence não é outra coisa senão prestar-lhe obediência, como diz o apóstolo São Pedro, na segunda Epístola; mas de algum tempo para cá essa obediência lhe foi retirada e tem prevalecido tão mau costume que cada um, além e acima das disposições do rei, oferece e pretende vender ou creditar seu dinheiro de ouro ou de prata como lhe apraz, independentemente, do preço estipulado pelo rei para os Estados seu reino. O arbítrio chegou a tal ponto que hoje em dia, não há homem, de qualquer

27Alguém, no entanto, poderia se opor a essa opinião lembrando que Jesus Cristo Nosso Salvador, quando lhe foi mostrado um denário, perguntou a quem lhe apresentara tal moeda: “De quem é essa imagem e essa inscrição?”, e, diante da resposta de que era de César, disse e sentenciou: “ Devolvam pois a César o que é de César, e a Deus as coisas que são de Deus.” Como se quisesse dizer que a César pertence tal moeda, já que a sua imagem está impressa nela. Porém, examinando bem toda esta seqüência do Evangelho, percebe-se claramente que não está dito que o dinheiro pertence a César porque está chancelado com a imagem, mas porque ele é tributo, e é apenas por isso que pertence a César, pois, como diz o Apóstolo: “A quem é devido o tributo que seja dado o tributo, e a quem é devido o imposto, seja dado o imposto.” Jesus Cristo, então, com a sua resposta, deixa claro a quem é devido o tributo, pois ele é devido àquele que milita e combate pela coisa pública, e que, para a defesa do reino e a utilidade pública, pode fabricar moeda. (ORESME, 2004, p. 45)

condição que seja, que saiba que tipo de dinheiro de ouro está recebendo, ficando a vontade de quem lhe entrega a moeda, que a vem de como se ela fosse riqueza natural, o que é frontalmente contra a instituição primeira da moeda e a razão pela qual ela foi criada e disciplinada... (ORESME, 2004, p. 45)

Oresme está analisando a questão historicamente dada, mas teoricamente, delimita uma noção muito importante que será utilizada no capítulo sexto desta monografia, quando será tratada a inovação proposta, a saber, “as expensas de quem a moeda deve ser fabricada” (ORESME, 2004).

Uma vez que a moeda pertence à comunidade, como já foi dito, ela deve ser fabricada às expensas da comunidade; e isso se faz adequadamente se as despesas incidem sobre a moeda de tal maneira que a matéria a ser amoedada, como o ouro quando é empregado para amoedar ou é vendido em troca de moeda, seja oferecida por um preço menor do que aquele que se obtém pela moeda, e isso de acordo com certo preço fixado pelos senhores oficiais peritos no assunto. (ORESME, 2004, p. 46)

No universo desta pesquisa tais inconvenientes físicos já foram superados pelos novos instrumentos de tecnologia da informação, o E-Dinheiro²⁸, por exemplo. Outras necessidades suprimidas foram a de centralizar a amoedação, ou possuir peritos. Se o mundo do papel moeda viria revolucionar estes conceitos, o mundo dos créditos e débitos virtuais e do dinheiro eletrônico, seria um passo rápido e quase automático. Particularmente a pergunta é se a comunidade pode tomar para si procedimentos de feitura e alteração das moedas, ao que parece atestar positivamente Oresme (2004).

Já que a moeda pertence à comunidade [...] ao parece que ela poderia fazer da moeda o que lhe aprouvesse, e sendo assim alterá-la e auferir com isso ganho ao seu prazer, e usar dela como das suas próprias coisas; isso, sobretudo, em caso de guerra e de resgate do seu príncipe prisioneiro, outro caso de adversidade, tendo essa comunidade necessidade de uma soma de dinheiro. Poderia, então, mediante a alteração da moeda, levantar tal soma, e tal ato não seria contra a natureza, nem tampouco, usura, considerando que não o faria isoladamente como um príncipe. E diante disso, cessariam e deixariam de ter lugar muitas das razões antes expostas contra a alteração da moeda. (ibidem, 2004, p.75-6)

Fica claro que Oresme tem em mente um processo tal que a comunidade possui a informação e a formação suficiente para compreender que fazer mais moeda, significará uma

28 E-Dinheiro – moeda eletrônica desenvolvida e projetada para ser utilizada no celular. Mais detalhes no capítulo 5

cobrança ou coleta, ou seja, os ônus e bônus de tal atitude devem representar um conteúdo social.

Ela, com efeito, acarretará, em pouco tempo, um ganho muito grande, já que ela é arrecadada, distribuída e chega ao destino rapidamente, não ocupando muitas pessoas, comportando poucas despesas e impedindo fraudes por parte dos coletores que a recolhem. Não se pode imaginar nenhuma outra maneira mais igualitária ou mais equilibrada, pois quem mais tem, mais paga; e, assim, é menos perceptível ou sensível para cada um individualmente, mais suportável, portanto, sem perigo de rebelião e sem descontentamento com o povo. Ela é também universal, uma vez que nenhum clérigo ou nobre, por privilégio ou outra razão, pode dela isentar-se, assim como fazem muitos que querem eximir-se de outras cobranças, criando invejas diversas, desavenças, processos, escândalos e muitos outros inconvenientes, que não acontecem com esse tipo de alteração da moeda. (ORESME, 2004, p. 76)

Oresme conclui que essas alterações podem ser feitas pelas comunidades, porém alerta: “parece-me, todavia, que ela, salvo sempre melhor juízo, possa ser decidida e feita apenas sob condições de que tal soma de dinheiro seja destinada a ser transportada e despendida em terras longínquas, entre gente com quem não se tenha nenhuma comunicação” (ORESME, p. 77). Ou seja, o fator confiança, credibilidade, é fundamental par este caso em que a alteração da moeda visa liquidar dívidas externas, problemas exógenos.

Mas e os problemas endógenos? E a pobreza mesma, não poderia ela ser liquidada com instrumentos de facilitação do acesso para o consumo? Copérnico (2004, p. 103) dirá que “apesar de serem inúmeros os desastres que causam a decadência dos reinos, principados e repúblicas, penso que os mais importantes são estas quatro: a discórdia, a mortalidade, a esterilidade da terra e desvalorização da moeda. Os três primeiros são tão evidentes, que ninguém ignora que são assim, mas o que [...] tem a ver com a moeda, poucos, apenas aqueles mais sensatos, se preocupam com ele. Isso porque destrói as repúblicas não de repente, mas aos poucos, por certo mecanismo que age escondido”.

Neste texto, que é de 1526, Copérnico tem um *insight* profético, quando enumera o quinto item dos cuidados na administração da moeda: “que se evite excessiva multiplicação da moeda” (COPERNICO, 2003, p. 116); o multiplicador monetário assim aparece nos escritos mais antigos da cultura monetária ocidental, através dos senhores escolásticos. Em fundamentos ali está a identificação dos problemas cruciais com os quais a economia até os dias atuais se defronta no campo da moeda.

Segundo Neuhaus (1977), refletindo sobre o pensamento de Adam Smith, diz que:

o progresso tecnológico que economiza o custo de manutenção da moeda leva diretamente a um aumento do produto líquido, assemelhando-se a uma inovação que aumenta a eficiência do capital físico. Uma dessas formas de progresso é a substituição da moeda metálica - ouro e prata - pelo papel-moeda e pela moeda escritural, na medida em que permite liberar recursos reais anteriormente ociosos. No modelo de Adam Smith, os metais preciosos liberados serão, presumivelmente, exportados para outros países que ainda cultuem o “bezerro de ouro”. (Ibidem, p. 222).

Smith, não muito diferentemente dos senhores escolásticos, refletia sobre um mundo onde a moeda ocupava um lugar muito menos significativo do que viria a ocupar. A função dos bancos, sua extensão, sua grandiosidade não foi possível tratar em Adam Smith, porque eles ainda não existiam nesta enorme escala.

Assim, o papel que Smith reservava aos bancos comerciais ainda era o de financiadores do comércio e do artesanato, o que provavelmente correspondia à realidade do momento, sem vislumbrar o papel que os bancos comerciais e de investimento viriam a ter como financiadores da revolução industrial. Sua análise da política ótima de portfólio dos bancos ignorava o fato de que o banqueiro pode cobrar um diferencial de juros como prêmio de risco, tendo em vista o prazo do empréstimo e o risco do empreendimento. Além disso, Smith ignora a noção de "transformação financeira", ou seja, o fato de que aos intermediários financeiros cabe, justamente, reconciliar as diferentes preferências quanto a prazos, riscos, remuneração, etc., de tomadores e prestadores de fundos. Assim, a característica de volatilidade e disponibilidade à vista dos depósitos não implica, necessariamente, que os bancos comerciais tivessem que se abster de qualquer operação de prazo mais longo. Para fazer justiça a Smith, porém, é preciso lembrar que a tecnologia financeira da época era rudimentar e que instrumentos como depósitos bancários a prazo ainda eram virtualmente inexistentes. (NEUHAUS, 1977, p. 225)

Em relação a pequenos bancos, propôs a proibição da emissão de papel moeda em denominações inferiores a 5 libras, alegando que sendo um regime com liberdade de entrada na indústria, era necessário evitar bancos com pouca solidez, gerando insolvências e a instabilidade. (NEUHAUS, 1977, p. 226)

É interessante observar que Smith considerava válido impor essa proibição para alcançar o objetivo maior de um sistema bancário estável e livre de maiores entraves regulatórios pelo governo. Argumentava que "este tipo de regulação pode, sem dúvida, ser considerado de certo modo como uma violação da liberdade natural. Mas a fruição da liberdade natural de alguns poucos indivíduos, que poderia prejudicar a segurança da sociedade como um todo, é, e deve ser, restringida pelas leis do governo, do mais livre ao mais despótico". (NEUHAUS, 1977, p. 226)

Poderia se argumentar que pelo princípio da “fruição da liberdade natural” de um todo de indivíduos poderia, caso ficasse provado que o benefício geral seria maior, contrariar a proposta de Smith propondo a liberação, e não a proibição, caminho aparentemente mais coerente com desregulamentação dos entraves governamentais. O caso do Banco Palmas, que será apresentado na seqüência, jamais seria possível neste contexto teórico de Smith, como também não o foi nos marcos regulatórios do Banco Central do Brasil.

Neste sentido, a prática de emissão de moedas no Banco Palmas, embora encontre indicativos diretos de como se operacionalizar e as possíveis vantagens de fazê-lo, teria pouco respaldo na teoria das escolas econômicas não fosse a contribuição mais explícita de Hayek acerca da desestatização da moeda (que será analisada logo mais).

Antes é preciso dizer sobre Keynes (1996) que:

os diferentes bens podem ter graus diferentes de prêmio de liquidez e a moeda pode incorrer em certo volume de custo de manutenção, por exemplo, o de custódia. É, porém, uma diferença essencial entre a moeda e todos os demais bens (ou a maioria) que, no caso da moeda, o seu prêmio de liquidez exceda de muito o seu custo de manutenção, ao passo que no dos outros bens seu custo de manutenção é muito maior que o prêmio de liquidez. (KEYNES, 1996, p. 222)

Esta afirmação é importante porque onde justamente as pobres populações modernas concentrarão algum tipo de bens ilíquidos também sofrerão da escassez do dinheiro. Como bem coloca Lisboa e Faustino (2008, p. 5):

numa sociedade complexa ela (a moeda) é imprescindível e irrenunciável, assim como os tubos de cano para a condução de água. O dinheiro continua necessário, mas ele carrega muito sangue (pois advém da exploração) além de ser extremamente poderoso, agindo como um fetiche, um incrível imã que magnetiza nossos corações e mentes, deformando nossas relações e a própria condição humana. Como quebrar o seu feitiço? Como lidar com ele? As trocas feitas através da moeda social são uma alternativa concebida, distribuída e gerida pelos próprios usuários que, ao intensificar suas funções como meio de circulação, contribui para aprofundar nossas relações de colaboração.

Será analisado com mais detalhe o caso das moedas sociais, mas demos este salto para o mundo atual, o mundo deste trabalho, para fixar a idéia de que a proibição da atividade bancária em pequena escala, por medo da perturbação que poderia provocar a entrada de instituições mais expostas à insolvência, carrega consigo também princípios de exclusão, já que a população que seria o público alvo destas instituições menores fica por vácuo, a mercê

do trabalho da agiotagem, tendo que pagar caro pelo dinheiro, porque, ao mesmo tempo, as grandes instituições bancárias não querem perder tempo com pequenos valores sem garantias.

Então, se é possível criar o meio circulante, a moeda corrente, que corresponda a trabalho e a consumo ativos, ainda que este crédito seja do nada, criado a futuro, pode encontrar respaldo na literatura econômica, embora seja enviesado e transversal. Como nesta passagem

Keynes (1996, p. 233) se questiona sobre o fato de ser o mundo:

tão pobre como é em bens de capital acumulados, apesar da ininterrupta poupança individual durante vários milênios, não deve ser explicado, na minha opinião, pela tendência da humanidade para a imprevidência, nem mesmo pelas destruições das guerras, mas, antes, pelos prêmios de liquidez que outrora tinha a propriedade da terra e que agora tem a moeda.

A Keynes não foge a percepção de que a moeda tem papel fundamental na explicação da pobreza. Sua liquidez opera um magnetismo de sorte que se o dinheiro chover entre os pobres, a tendência é que ele escorra para a concentração dos cofres bancários. Neste ponto Joaquim Melo, o fundador do Banco Palmas, tem uma descrição perfeita do fenômeno quando analisa o mapa de consumo e produção do bairro Palmeiras:

“não existe território pobre, o que existe é a perda de poupanças locais”. Então, nada mais justo que incentivar o comércio local e estimular o dinheiro a não sair do próprio bairro. Melo criou, então, uma moeda própria, a “Palmas”, aceita hoje até mesmo pelo Banco Central. (IMPORTA, 2016)

Aqui se adianta um pouco o ponto. Voltamos deste salto agora para a idéia contida em Hayek (2011), qual seja a desestatização do dinheiro. Aquilo que Adam Smith não chegou a vislumbrar (Bancos Centrais públicos monopolizando a emissão de dinheiro), para Hayek já era a regra do sistema vigente em seu tempo. De tal forma que, dentro de uma visão liberal concebe uma chamada “proposta prática”, a saber que o livre comércio de moeda tem o objetivo de:

impor uma disciplina – que hoje já se faz extremamente necessária – aos agentes monetários e financeiros existentes, tornando impossível, a qualquer um deles, por qualquer prazo, emitir dinheiro de um tipo substancialmente menos confiável e útil do que o emitido por qualquer outro. Tão logo o público se familiarizasse com as novas possibilidades, qualquer desvio da atitude correta de fornecer-lhe um dinheiro honesto iria, imediatamente, redundar na rápida substituição da moeda infratora por outras. E cada país, individualmente, ao ser privado das várias artimanhas através das quais seus governos são hoje capazes de temporariamente camuflar os efeitos de suas

ações, “protegendo” sua moeda, seria constrangido a manter toleravelmente estável o valor de seu meio circulante. (HAYEK, 2011, p.25-6)

Hayek aponta então para uma possibilidade ainda mais ousada, junto com a liberdade na atividade bancária, também propõe atingir os depósitos bancários sujeitos a cheque, e, portanto, um tipo de dinheiro privadamente emitido. Segue dizendo que

a expansão e a contração das superestruturas nacionais distintas do crédito bancário são atualmente a principal desculpa para a administração nacionalizada do meio-circulante básico. Quanto aos efeitos da adoção desta proposta, por ora direi apenas que, evidentemente, se pretende evitar que autoridades financeiras e monetárias tomem medidas politicamente agradáveis, na medida em que tenham poder de fazê-lo. Essas medidas são, sem exceção, prejudiciais e contrárias aos interesses do país que as adota, embora sejam politicamente inevitáveis como um meio provisório de escapar de sérias dificuldades. Entre as medidas, incluem-se aquelas através das quais os governos podem, com extrema facilidade e rapidez, remover as causas de descontentamento de determinados grupos ou setores, mas que, a longo prazo, sem dúvida, irão perturbar – e finalmente destruir – a ordem do mercado. (HAYEK, 2011, p. 26-7)

Ousadamente se sustenta uma argumentação onde a preferência pelo dinheiro privado mostra-se mais confiável e satisfatória do que as moeda administradas pelo governo que sedem constantemente ao poder de emissão não baseados em virtudes econômicas, mas sim nos vícios:

tentativas ocasionais, por parte de autoridades de cidades comerciais, de fornecer um dinheiro que tivesse ao menos um teor metálico constante, tal como a fundação do Banco de Amsterdam, tiveram sucesso por longos períodos e seu dinheiro foi usado muito além das fronteiras nacionais. Mas, mesmo nesses casos, as autoridades, mais cedo ou mais tarde, abusaram de suas posições quase monopolistas. O Banco de Amsterdam era um agente do estado que as pessoas precisavam usar para alguns fins, e seu dinheiro constituía até uma moeda exclusiva de curso legal para pagamentos acima de uma certa quantia. Não podia, no entanto, ser usada em pequenas transações comuns ou negócios locais fora dos limites da cidade. O mesmo ocorreu, aparentemente, com experimentos semelhantes em Veneza, Gênova, Hamburgo e Nuremberg. (HAYEK, 2011, p. 44)

Mas o que Hayek buscava era a propriamente dita “livre atividade bancária”. Reconhece que seu debate ocorreu de forma sistemática, particularmente na França e Alemanha. O debate, basicamente era se os bancos teriam ou não o direito de emitir notas bancárias resgatáveis na moeda nacional:

As notas bancárias eram muito mais importantes na época do que o até então o pouco disseminado emprego das contas correntes, as quais só vieram a adquirir importância depois de ter sido final e definitivamente negado aos bancos comerciais o direito de emitir notas bancárias. (talvez, em parte, a importância que as contas correntes vieram a ter se deva a esse mesmo motivo). O resultado desse debate resultou no estabelecimento, em todos os países europeus, de um só banco privilegiado pelo governo com o direito de emitir notas (HAYEK, 2011, p. 105)

Estava claro que os governos estavam preferindo lidar com uma só moeda nacional e não várias moedas em competição. O paradigma iniciado pelo Banco Palmas e hoje reproduzido por mais de 140 bancos comunitários no Brasil (INSTITUTO PALMAS & NESOL-USP, 2013), encontra enfim, um respaldo transversal para discutir sua experiência.

Até onde sei, jamais foi contemplada a possibilidade de bancos concorrentes emitirem moedas diferentes. Isto era, é claro, uma consequência da idéia de que somente as notas bancárias resgatáveis em ouro ou prata eram viáveis e, portanto, notas relativas a qualquer outra quantidade do metal precioso que não fosse a quantidade padronizada seriam apenas inconvenientes e não teriam qualquer objetivo prático. Porém, esse antigo e legítimo argumento em prol da liberdade de emissão de notas pelos bancos foi invalidado quando as notas que emitiam passaram a não ser mais resgatáveis em ouro ou prata, por cujo suprimento cada banco emissor era total e individualmente responsável, mas em termos de uma moeda fiduciária legal fornecida por um privilegiado banco central cuja existência, àquela altura, se devia à necessidade de fornecer a moeda corrente necessária para resgatar as notas dos bancos emissores particulares. Esse sistema, totalmente indefensável, foi evitado (pelo menos em relação à emissão de notas, embora não o fosse em relação à emissão de depósitos em cheque) pela proibição de emissão particular de notas. As solicitações por uma livre atividade bancária (isto é, pela livre emissão de notas bancárias) baseavam-se principalmente na alegação de que essa liberdade capacitaria os bancos a fornecerem crédito cada vez mais barato [...] Quero conceder a todos o direito de emitir notas bancárias, para que ninguém mais aceite quaisquer notas bancárias. (HAYEK, 2011, p. 106)

Esta tese não venceu e a centralização do dinheiro nas mãos estatais foi uma tendência hoje praticamente inquestionável e, até, se exige que o governo aumente sua regulação e controle sobre estas instituições. Se houvesse a liberdade, em tese “o inevitável abuso [...] da emissão de uma quantidade de notas que os bancos seriam incapazes de resgatar com suas próprias reservas, acarretaria seu fracasso” (HAYEK, 2011, p. 106).

Talvez as idéias de Hayek (2011) ressurgam ao mesmo tempo consolidando a validade da experiência do Banco Palmas e das moedas sociais, renunciando, talvez, um futuro onde as populações mais pobres possam buscar ferramentas tão antigas quanto a moeda e os bancos, na sua luta por romper com a miséria.

Paradoxalmente a moeda eletrônica utilizável em celular, segundo Joaquim Melo²⁹, representará uma “revolução do dinheiro” no sentido da inclusão dos mais de 48% de brasileiros que estão fora do sistema não possuindo sequer conta em banco. Enfim, chegamos ao fim de uma revisão mínima necessária ao entendimento e proposição de soluções que envolvam o problema da renda, do capital, do juro, da poupança e da moeda, assuntos tão ricos na literatura econômica mas que raramente foram adaptados ao problema dos mais pobres, lacuna que começa a ser preenchida pelo trabalho comunitário sob a liderança de Joaquim Melo Segundo.

29 A REVOLUÇÃO DO DINHEIRO ELETRÔNICO POR MEIO DOS BANCOS COMUNITÁRIOS. São Paulo, 08 abr. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/colunas/2015/04/1612849-a-revolucao-do-dinheiro-eletronico-via-bancos-comunitarios.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

3 ENDOWMENT – FUNDO PATRIMONIAL VINCULADO

Endowments são fundos permanentes, estabelecidos por doações, nos quais apenas os rendimentos de cada período são usados para as causas do fundo; o montante principal das doações permanece intacto e é investido para crescer em longo prazo; os doadores estabelecem dotes para garantir que os seus fins de caridade cumpram-se perpetuamente. (SORRELL, 2016)

O conceito de *Endowment* está ligado a doações vinculadas a determinada causa; normalmente subentende-se a conservação do principal doado. Através de boas práticas de governança e transparência nas atividades, o *Endowment* objetiva a perpetuidade da organização e evita que as suas atividades sejam suspensas em decorrência de uma diminuição de receitas no curto prazo, o que permite que algumas entidades educacionais e filantrópicas sustentem suas atividades por um longo período sem permitir a depreciação do patrimônio (FORD FOUNDATION, 2001). No dicionário da Oxford (2016), *Endowment* é “um rendimento ou forma de propriedade dada ou legada a alguém”.

Em sua maioria, os *Endowments* nascem com a obrigação de preservar perpetuamente o valor doado (chamado de principal), utilizando apenas para sua manutenção e atividades afins os rendimentos resultantes do investimento desse fundo, chamados de parcela livre (FABIANI, 2010).

Parece uma conclusão imediata que, se este modelo está dando tanto certo para estas organizações, também pode dar certo para o indivíduo, sua família, seus projetos e patrimônios para a perpetuidade. Tais estruturas são criadas para dar sustentabilidade financeira a uma organização sem fins lucrativos (FABIANI, 2010).

Os *Endowments* mostraram-se particularmente eficientes nos ambientes acadêmicos, com destaque para as universidades norte-americanas e européias, onde o volume de recursos financeiros de algumas instituições superou o montante de bilhões de dólares (SOTTO-MAIOR, 2011) in (SUEISHI, 2010).

O histórico de sucesso dos *Endowments* ligados a algumas universidades estrangeiras leva à crença da possibilidade de prática semelhante nesta unidade acadêmica, a UFSC (SUEISHI, 2010). Os *Endowments* mais conhecidos no mundo são os de grandes universidades americanas como, por exemplo, os de Harvard, Yale, The University of Texas System, Massachusetts Institute of Technology e Princeton University. Em 2015 seus fundos patrimoniais eram de, respectivamente: US\$ 36,4 bilhões; US\$ 25,5 bilhões; R\$ 24 bilhões e

R\$ 22,7 bilhões (NABUCO, 2015). É justamente nesse sentido que os *Endowments* servem, através de suas características fundamentais ligadas a transparência, profissionalismo e perpetuidade, como instrumento alternativo de captação de recursos. (SUEISHI, 2012). O sucesso do *Endowment* no ambiente acadêmico em todos os países onde ele foi adotado faz conveniente observar que um sistema de rendas perpétuas não depende de uma abundante fonte de recursos disponível, como ocorre no *Statens pensjonsfond*, o conhecido Fundo Soberano da Noruega baseado nas rendas provenientes da exploração petrolífera.

Dada à novidade do tema em nossa literatura, faz-se oportuno distinguir entre os *Endowment*' (Fundos Patrimoniais) e os *Investment*' *Funds* (Fundos de Investimento). Segundo a Instrução CVM N° 555 (2014) "O fundo de investimento é uma comunhão de recursos, constituído sob a forma de condomínio, destinado à aplicação em ativos financeiros": este tem por objetivo ganhos financeiros; de outra forma, os *Endowment*' são instrumentos criados para perenizar a existência e a viabilidade financeira de uma instituição, atividade ou entidade de interesse coletivo, ou seja, não existe a intenção de ganhos financeiros (SOTTO-MAIOR, 2011).

Ainda mais oportuno verifica-se o debate acerca do *Endowment* na medida em que nele, de maneira inédita, é o indivíduo que está sendo tomado como causa, e não entidades jurídicas. O mecanismo essencial do *Endowment* funciona de tal forma que a sua perpetuidade seja consequência necessária do funcionamento do mesmo e, portanto, uma espécie de engenharia financeira impessoal, o que significa que ele não ficará jamais à mercê da irracionalidade dos agentes. Desta forma, compreende-se mais facilmente como o *Endowment* se mostra eficiente não somente em seu resultado, mas também enquanto método. Assim, entende-se o *Endowment* como a aplicação social dos juros compostos, uma engenharia financeira impessoal e biologicamente referenciada (GIANNETTI, 2012).

3.1 ORIGEM DAS POUPANÇAS PERPÉTUAS

Segundo Russell (2006, apud SOTTO-MAIOR, 2011, p. 73), os primeiros *Endowments* no Reino Unido e na América do Norte não foram criados pela doação de dinheiro, mas pela de terras e, portanto, a sua rentabilidade se resumia à renda gerada pela terra. Esta é a origem apresentada para a tradição de gastar somente o rendimento gerado; recursos financeiros líquidos, e nunca o capital principal – os próprios imóveis, que deveriam ser preservados para eternizar o propósito do fundo.

Ainda segundo Chris Russell, com o passar dos anos, a diversificação natural dos ativos dos fundos levou à permissão para investir em títulos, mas uma restrição permanecia: *Endowments* eram proibidos de alienar os seus ativos principais, e deveriam destinar aos beneficiários apenas o seu rendimento, a parcela livre. Este foi o período no qual os *Endowments* eram obrigados a investir exclusivamente em títulos de renda fixa. A única evolução deste modelo foi no pensamento financeiro, pois passou-se a descontar da rentabilidade as taxas de inflação, de modo a preservar o poder de compra do Principal.

Keynes foi responsável pela grande mudança na forma de gerir os investimentos do King's College, em Cambridge, e do Eton College, em Windsor, possibilitando investimentos em renda variável. Na década de 20 os resultados foram impressionantes.

3.2 LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

Nos Estados Unidos: os *Endowments* são beneficiados por incentivos fiscais que criam um ambiente propício para a propagação de uma cultura de doação e instituição de milhares de *Endowments* (FABIANI, 2010). Com o incentivo fiscal relativo ao Imposto Federal sobre Doação e o Imposto Federal sobre Herança possibilitou-se a dedução das doações às fundações ações, das suas respectivas bases de cálculo, o que torna tais doações, portanto, isentas de tributação pelos referidos (SPALDING, 2016).

Os *Endowments* educacionais (“*University Endowments Funds*”) estão expressamente previstos na legislação tributária nos EUA – mais especificamente no Artigo 170(b)(1)(A)(iv) do IRC e são tratados como Charities Públicas. Como regra geral e respeitados determinados requisitos legais impostos pela legislação tributária nos EUA, referidos *University Endowments Funds*, na qualidade de Charities Públicas, qualificam-se para receber doações com até 50% de dedutibilidade – maior teto previsto. Corroborando esse entendimento, o Manual do IRS exemplifica um Fundo *Endowment* destinado para custear a biblioteca de uma universidade estadual como sendo uma *Charitie Pública* de que trata o IRC § 170(b)(1)(A)(iv) acima referido. (SPALDING, 2016)

Rússia: uma lei de 2006 regulamentou a criação de *Endowments* por organizações sem fins lucrativos, ressaltando a importância da gestão transparente desses recursos e sua utilização apenas para boas práticas. Um grande número de fundos foram criados após esta lei e tem gerado resultados profícuos nos campos da educação, saúde, entre outros (*ENDOWMENTS DO BRASIL*, 2011).

França: Entrou em vigor a Lei de Modernização da Economia, em 2008, reconhecendo oficialmente a figura dos *Endowments* como instituto jurídico autônomo, doutrinando os *Endowments* como entidades jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que podem receber e administrar propriedades e direitos de todos os tipos, utilizando a capitalização de renda para a realização de uma obra ou uma missão de interesse geral ou até mesmo redistribuir recursos para ajudar uma organização sem fins lucrativos na execução de seus trabalhos (Sotto-Maior, 2011). Esta lei possibilitou a criação de cerca de 230 *Endowment' Funds* apenas no primeiro ano de sua vigência, fato certamente relacionado aos incentivos fiscais concedidos para os *Endowment' Funds* e para os doadores. Um dos beneficiados foi o conhecido Museu do Louvre, cujos gestores criaram em 2009 um *Endowment Fund* com o propósito de construir um centro de conservação de obras de arte, ampliar suas galerias abertas ao público e renovar suas coleções. (FABIANI, 2010)

República Tcheca: foi aprovada uma lei sobre Fundações e *Endowments*, permitindo que as fundações estabeleçam Fundos Patrimoniais, com o valor mínimo de 500 mil coroas tchecas (cerca de US\$ 15 mil), que deverá subsistir durante toda a existência da Fundação. As fundações que não tenham *Endowments* terão toda a renda de suas propriedades sujeita ao pagamento de impostos sem redução de alíquotas (*ENDOWMENTS DO BRASIL*, 2011).

Índia e China: também possuem legislações semelhantes, sendo que no caso da China trata-se de uma legislação relativamente nova que busca fortalecer a filantropia do país como veículo de desenvolvimento da educação, cultura, meio-ambiente, dentre outras causas relevantes para o desenvolvimento do país (*ENDOWMENTS DO BRASIL*, 2011).

América Latina: relatos na América Latina têm apontado dificuldades para constituição dos *Endowments*. Países como o México, que possuem incentivos fiscais à doação, apresentam cenário mais propício para a criação de Fundos Patrimoniais (*ENDOWMENTS DO BRASIL*, 2011).

3.3 PARADIGMA À ECONOMIA SOLIDÁRIA - PROJETOS DE LEI NO BRASIL

Atualmente a primeira dificuldade para as Organizações da Sociedade Civil que desejam adotar o modelo de *Endowments* no Brasil é a falta de reconhecimento da figura dos *Endowments* como instrumento jurídico específico e autônomo, já que não há legislação específica para regimento desse tipo de Fundo Patrimonial (SOTTO-MAIOR, 2012), apesar de ter entrado em vigor em 23 de janeiro de 2016 a Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, tida como o novo Marco Regulatório do Terceiro Setor.

Por meio da lei foram celebradas novas regras e princípios para a celebração de parcerias, entre as OSCs – Organização da Organizações Civil e o Estado. Por Exemplo:

- i) Planejamento dos órgãos públicos na seleção das entidades, na aplicação dos recursos durante a execução, monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria
- ii) Exigência de chamamento público obrigatório,
- iii) Três anos de existência e experiência prévia das entidades,
- iv) Exigência de ficha limpa tanto para as organizações quanto para os seus dirigentes,
- v) Melhor sistema de prestação de contas dos projetos, diferenciando por volume de recursos e provendo os alicerces necessários para que se faça também o controle de resultados.

A formação do novo Marco Regulatório demandou uma extensa colaboração entre as OSCs, diversas esferas do Governo Federal, que através da Secretaria-Geral da Presidência da República coordenou o GT - Grupo de Trabalho, promovendo audiências públicas, abertura para sugestões e consultas a gestores públicos e especialistas (DORA, 2013).

A contribuição mais significativa para o paradigma da sustentabilidade financeira das entidades se dá pelo reconhecimento no texto da lei, da possibilidade da manutenção de um Fundo Patrimonial pelas Organizações da Sociedade Civil. Trata-se de um primeiro reconhecimento expresso em relação aos *Endowments* (SPALDING, 2016 P.12-13).

É fundamental criar mecanismos que favoreçam a sustentabilidade econômica das OSCs, o que exige ações concretas, incluindo a atuação das OSCs para além da incidência governamental. No caso do fortalecimento da cultura de doação, por exemplo, movimentos de mobilização e resgate da legitimidade das OSCs são igualmente incisivos às alterações normativas no quadro fiscal. (PARTICIPA, 2015)

Sotto-Maior (2011) defende a tese de que os *Endowments* são o caminho para “edificar uma base financeira sólida, capaz de sustentar ou complementar suas atividades com recursos gerados a partir de seu próprio patrimônio”. Desta forma, tornam-nas mais estáveis sob o aspecto financeiro e menos dependentes de captações de recursos do Estado, o que permite a essas entidades se organizarem e crescerem a proporções que antes estavam fora de seus alcances.

Os *Endowments* fazem parte integrante de um novo paradigma no Terceiro Setor, fundamental para a preservação e sustentabilidade de entidades e que, assim, permite projetos de longo-prazo e com caráter estrutural, ou seja, com planejamento (SPALDING, 2016).

Embora seja cedo para avaliar os resultados da nova legislação, certamente trata-se de um importante passo para a profissionalização das entidades do Terceiro Setor no País. Outrossim, há importantes avanços nestes temas dado ao acúmulo de propostas e alternativas que estão em debate público, que poderão se concretizar em um futuro próximo.

Apesar do grande avanço dos *Endowments* enquanto instrumento financeiro de desenvolvimento social mundo afora, ainda não há no Brasil determinação clara sobre as regras de resgates dos fundos patrimoniais. Nos EUA, por força da lei, as fundações privadas aportam anualmente um mínimo de 5% do seu patrimônio com atividades que beneficiem a sociedade como um todo, recebendo como contrapartida incentivos fiscais concedidos pelo governo (FABIANI, 2010).

A longa experiência nos diversos países onde foi adotado evidencia que os *Endowments* podem ter vital importância na busca de uma solução perene para a captação de recursos, buscando estabilidade e autonomia, pontos centrais para concretizar seus objetivos e promover sua manutenção no longo prazo.

Ainda que um marco legal para regulamentar os Fundos esteja no horizonte deste novo paradigma do Terceiro Setor e venha, certamente, a favorecer a disseminação desses Fundos, frisa-se, entretanto, que há possibilidade jurídica de existência de *Endowments* mesmo sem lei específica. (SPALDING, 2016 P.13)

Há diversos projetos de lei em trâmite que buscam suprir as lacunas existentes. Segue um resumo dos principais projetos de legislação.

	Projeto de Lei N° 4643/2012	Projeto de Lei N° 16/2015	Substitutivo ao PL N° 4643/2012
Autor	Deputada Bruna Furlan (PSDB – SP)	Senadora Ana Amélia (PP-RS)	Deputado Paulo Teixeira (PT-SP)
Resumo	Prevê que cada instituição federal de ensino superior pode ter um fundo patrimonial para fomentar a pesquisa.	As instituições de ensino superior poderão instituir fundos patrimoniais vinculados, abrange as instituições privadas e não restringe a um único fundo por instituição de ensino.	Trata-se de uma regulamentação muito ampla e extensa, prevendo importantes alterações institucionais.
Características:	(i) Gestão semelhante à de FI quanto a rentabilidade, segurança e liquidez das aplicações (II) poupança de longo Prazo (III) fonte regular autônoma de financiamento sem interveniência	Poupança de longo prazo, fonte regular e estável de recursos, patrimônio próprio e segregado, formado apenas por dotações próprias e doações	Exigência de práticas de transparência (sobretudo para se adequar à chamada lei anticorrupção) (a ser incluído no CC como art. 69-I).

Fonte: SPALDING, 2016

Apesar dos entraves e da falta de segurança jurídica, existem 28 organizações sem fins lucrativos brasileiras que possuem um fundo patrimonial que sustenta parcial ou integralmente as suas atividades. Esta lista é resultado do trabalho de pesquisa de Erika Spalding (2016) e está nos anexos.

3.4 *ENDOWMENT* DA ESCOLA POLITÉCNICA DA USP - AMIGOS DA POLI

No Brasil, a prática dos *Endowments* voltados ao meio acadêmico ainda é pouco aplicada (SOTTO-MAIOR, 2011), haja vista que temos apenas quatro experiências no Brasil: Associação *Endowment* Direito GV; Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito da USP; Fundo Patrimonial da FEA USP; Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli USP (SPALDING, 2016).

O *Endowments Fund* está previsto no estatuto social da Associação *Endowment* Direito GV conforme o art. 21, parágrafo 1º: “A associação, instituirá um Fundo Patrimonial, parte integrante do patrimônio da associação, composto por ativos permanentes, como vistas a garantir a sustentabilidade da Associação e a perpetuar seu patrimônio e seu objeto social”.

A Escola Politécnica de Engenharia da Universidade de São Paulo, por sua vez, vem adotando o modelo desde 2009 (AMIGOS DA POLI, 2016). Em agosto de 2014 os dois Fundos Patrimoniais da escola politécnica se fundiram e a soma dos patrimônios ultrapassou os seis milhões; o *Endowments* tinha 700 mil e o Amigos da Poli 5,4 milhões. O nome Amigos foi mantido (REDAÇÃO, 2014).

Também no final do ano de 2014 o Fundo Patrimonial Amigos da Poli foi reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, ou OSCIP, título concedido pelo Ministério da Justiça do Brasil (AMIGOS DA POLI b, 2016).

Segundo apresentação do relatório de desempenho de 2014 foram gastos na Escola Politécnica da USP R\$ 450 mil entre 2013 e 2014, o que demonstra que de fato a captação alternativa de recursos já apresenta resultados de sucesso e mostra-se, portanto, uma alternativa no aumento das receitas institucionais da unidade acadêmica.

3.5 O INDIVÍDUO COMO CAUSA

O presente estudo busca relacionar as características necessárias na estruturação de um *Endowment* para o indivíduo como causa. Porém, em termos de resultados correlacionados ao problema de pesquisa, o trabalho vai além, uma vez que grande parte dos assuntos aqui abordados pode ser compatível a outras realidades, como a própria Universidade como um todo, ou diferentes Faculdades, ou até mesmo entidades não educacionais.

O fato de grande parte do tema aqui abordado ser compatível aos outros tipos de instituições dá um caráter de pluralidade à pesquisa realizada

elucidando sua importância e justificativa na medida em que contribui para que esta prática seja difundida no país, preenchendo mesmo que parcialmente a lacuna existente na literatura em relação à implementação desta idéia (SUEISHI, 2012, p. 9).

Esta pesquisa afilia-se perfeitamente à descrição acima. Sueishi (2012) tem em mente a pesquisa no curso Ciências Econômicas da UFSC, mas percebe que o projeto pode ser ampliado para entidades e/ou organizações. Este é o gancho, já que vários problemas podem ser atacados de forma transversa. A superação da desigualdade social no Brasil precisa de uma estratégia.

O *Endowments* estruturado para o indivíduo como causa poderia ser, como um pé de pequi, criado no ato de nascimento do sujeito. Se da soma de todos os seus gastos em consumo pudessem ser desviadas frações infinitesimais para prover seu *Endowment* (árvore) e permitir que o investimento eficiente seja capaz de trabalhar por ele e garantir uma renda perpétua em alguns anos de infinitesimais esforços.

Acredita-se, para tanto, que o caminho alternativo seja o incentivo à sociedade, estimulada pelo poder público, a prover os recursos necessários por meio de doações, patrocínios e até mesmo serviços (SUEISHI, 2010).

Que o problema da escassez possa ser objeto de uma estratégia mais focada para “prover os recursos necessários por meio de doações, patrocínios e até mesmo serviços” (SUEISHI, 2012). O governo exerce neste caso um poder importante mas o ator principal é o empreendedor que desde sempre construiu o país e que mereceria por isso um mecanismo de perpétuo crescimento da poupança pública nacional.

A organização educacional, assim, pode ser vista como um lugar onde residem idéias, valores, normas, rituais e crenças. Sob essa ótica, coloca-se uma organização como um “fenômeno cultural”, que varia de acordo com o estágio de desenvolvimento dessa sociedade, de como nela se desenvolvem e são mantidos os padrões de cultura, ou seja, de como as organizações afetam a realidade social e são conjuntamente construídas (MORGAN, 1996).

O indivíduo é o *locus* por excelência donde se processam “idéias, valores, normas, rituais e crenças” (MORGAN, 1996). É o indivíduo o criador e criatura de toda cultura. Dele e para ele se faz tudo. Ele deve ser tratado como certa institucionalidade e reverência, com o mesmo pragmatismo que se cuida de um ativo. Ao bem estar e à saúde do indivíduo não deveria se impor nenhuma barreira financeira. Nem mesmo o obstáculo educacional, que impede o indivíduo e separar parte de seu consumo em poupança e alocar eficientemente este investimento, nem este obstáculo cruel deveria ser barreira pra garantir que as pessoas

sobrevivam, se alimentem, existam de uma forma diferente desta selva doentia que se tornou as periferias das grandes cidades.

Pelo mesmo raciocínio lógico de Morgan (1996) convêm pensar no indivíduo como uma “organização educacional”, um lócus em si, onde “residem idéias, valores, normas, rituais e crenças”, vale pensar no homem como célula fundamental desta pele social, o qual deve ser protegido como transcendental gerador de valor. O homem é a renda da humanidade.

Segundo Melo Neto (1999), a responsabilidade social é o comprometimento permanente de uma instituição em aderir um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando, simultaneamente, a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, além da comunidade local e da sociedade como um todo.

Para além na teoria, na prática é muito complexo para uma corporação avaliar como melhor retornar à sua responsabilidade social. Segundo Kanitz (2012) o primeiro setor é o governo, que é o responsável pelas questões sociais e o segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com as dificuldades do Estado, o setor privado começou “ajudar” nas questões sociais através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. O terceiro setor, aliás, é o constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público (KANITZ, 2012).

Neste sentido o *Endowments* como estratégia para o enriquecimento perpétuo encaixa-se perfeitamente nos princípios gerais descritos. Considera-se importante também que as organizações filantrópicas de investimento social desenvolvam estruturas mais sustentáveis de captação de recursos, como através dos *Endowments*, por exemplo, para garantir recursos em longo prazo e, assim, um maior impacto para os seus programas e atividades (SOTTO-MAIOR, 2011).

Ainda segundo Sotto-Maior (2011) captar recursos de doações e patrocínios, como forma de sustentabilidade, é uma estratégia bastante avançada em muitos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos. No Brasil, a maior experiência em ações de captações de recursos está concentrada em Organizações do Terceiro Setor (KOTLER e FOX, 1995).

No caso de um indivíduo podemos pensar na captação de recursos iniciais, ou formação primitiva de capital, desde o seu nascimento, como princípio universalizante de que para cada cidadão um *Endowment*, ou ainda, para cada causa um *Endowment*. Esta nova forma de poupança compulsória receberá frações de todas as compras ao longo da vida do sujeito em questão; acumulará e será investida no mercado de financeiro; o resultado da operação poderá ser resgatado mensalmente pela eternidade pois se transmite aos ancestrais, ou seja,

solidariedade entre as gerações. Mas além desta forma de irrigar o patrimônio, também poderá receber contribuições diretas, por exemplo, de pessoas que se interessem em fazer com que suas doações tenham impactos perpétuos para o indivíduo, ou em um caso de herança, ou campanha específica (como no caso de um doente, ou dos Reis Magos³⁰, por exemplo).

“[...] seu conceito pode ser aplicado em benefício de qualquer causa ou entidade” (SOTTO-MAIOR, 2011), ou seja, está atestada a possibilidade, ainda que conceitual, de o *Endowment* ser aplicado ao indivíduo como causa.

O que se percebe é que o patrimônio de um *Endowment* é atrelado à sua causa, ao seu propósito. Rosso (1991) ressalta que a captação de recursos não pode e não deve ser vista como um fim em si mesmo, deve sim, estar vinculado a um propósito e a aspectos motivacionais e subjetivos.

Obviamente, os *Endowments* possuem fins não lucrativos, e deverão responder a algum tipo de necessidade do ser humano ou da sociedade, trazendo credibilidade ao processo na medida em que são percebidos como de natureza estratégica para os fins da organização (FORD FOUNDATION, 2001).

O princípio dos fundos patrimoniais é o de que a instituição desenvolve uma ação de envolvimento com seus patrocinadores e doadores prospectivos, tornando-se merecedora, isto é, tornando-se uma instituição na qual os doadores se realizam ao contribuir, desde que lhes sejam dados a devida estrutura, transparência e oportunidade (KOTLER e FOX, 1995).

O indivíduo é a instituição, o patrocinador e o merecedor dos frutos do seu *Endowment*. Algo que se aproxima muito da epígrafe neologista repetida por Joaquim Melo, o fundador do Banco Palmas, qual seja: Prossumidores³¹.

30 “Os Magos ofereceram três presentes ao menino Jesus: ouro, incenso e mirra, cujo significado e simbolismo espiritual é, juntamente com a própria visitação dos magos, ser um resumo do evangelho e da fé cristã, embora existam outras especulações respeito do significado das dádivas dadas por eles. O ouro pode representar a realeza (além providência divina para sua futura fuga ao Egito, quando Herodes mandaria matar todos os meninos até dois anos de idade de Belém). O incenso pode representar a fé, pois o incenso é usado nos templos para simbolizar a oração que chega a Deus assim como a fumaça sobe ao céu (Salmos 141:2).

31 Prossumidor é um neologismo (originado no inglês prosumer) que provém da junção de produtor + consumidor ou profissional + consumidor

4 A EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS

4.1 CONTEXTO

Os Bancos Comunitários têm se destacado por seus excelentes resultados na gestão de microcrédito para produção e consumo em comunidades carentes. Com uma ousada ação nos últimos anos, conseguiram conquistar reconhecimento do Banco Central do Brasil, que regulou suas atividades de intermediação bancária e, mais impressionantemente, legalizou as suas moedas comunitárias. Seu maior expoente é o Banco Palmas, primeiro Banco Comunitário criado no Brasil, fruto das lutas populares do conjunto habitacional Palmeiras, na periferia de Fortaleza, Ceará. A Palma, moeda comunitária lastreada em Real foi criada com o objetivo de aquecer e acelerar os negócios no bairro. Hoje são centenas de bancos comunitários pelo país num ritmo de expansão que só não é mais acelerado em função do fato de que bancos populares não podem captar poupança (RIBEIRO, 2008).

O Brasil é um terreno interessante para estudar este fenômeno, já que segue sendo um dos países com pior distribuição de renda do mundo. Segundo dados, 0,9% da população concentram 68,49% da riqueza (AVILA, 2014). 20 milhões de pessoas estão na miséria extrema (BRASÍLIA, 2016) e maioria da PEA (População Economicamente Ativa) ganha até cinco salários mínimos. Neste cenário, tecnologias sociais que buscam promover o aumento de renda e de riqueza da população, como os Bancos Comunitários, devem ser observadas com atenção e esperança.

Outro fato relevante é que mais de 50% população não tem acesso ao crédito por falta de cadastro, ou seja, não atende aos pré-requisitos das instituições bancárias como residência fixa, renda, garantias (BARONE; SADER, 2008). Os Bancos Comunitários criaram uma nova e eficiente abordagem no que se refere à sistematização de metodologias que substituem os procedimentos burocráticos bancários para que possa atender ao crédito com uma administração de risco profissional (SIMIONI, 2015).

Cabe ainda caracterizar microfinanças como “a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população de baixa renda, tradicionalmente excluída do Sistema Financeiro tradicional, com utilização de produtos, processos e gestão diferenciados” (SEBRAE, 2005) in (MONZONI, 2006). E, com base no Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, microcrédito é o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno

porte, que utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica (SOARES & SOBRINHO, 2008, p. 23 e 24).

Outro conceito também importante neste contexto são as chamadas Moedas Sociais. O Palmas, moeda criada pela comunidade, foi lastreado inicialmente por um empréstimo de junto ao Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos (Cearah Periferia) na quantia de dois mil reais (R\$2.000,00) (Melo, 2012). Com este valor, realizaram os primeiros empréstimos de até cem reais, separando uma parte para estimular o consumo criando o produto “poder de compra” e outra para estimular pequenos negócios em acordo com as necessidades de consumo local (ibidem).

Mas este não foi o salto de qualidade em relação à proposta original de Muhammad Yunus³². O salto foi a emissão da moeda local, este instrumento financeiro é mais poderoso no que se refere a criar riqueza e com ele gerar valor, pois permite que, aos poucos, com o crescimento da confiança e da credibilidade junto ao público, pudesse progressivamente ocorrer um descolamento entre o lastro direto com paridade Real = Palmas.

Com o progressivo descolamento da paridade, aumenta a velocidade da moeda. O comércio local é incentivado a reduzir o preço em Palmas, ajudando ainda mais a lubrificar o sistema. Em um experimento feito no bairro, uma nota de real lançada no sistema rapidamente fluía para fora da cidade. No mesmo espaço de tempo uma nota de Palmas fazia cinco negócios.

4.2 EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS

Em 1998, quando a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras teve a iniciativa de criar o primeiro banco comunitário do Brasil (MELO, 2008), o Conjunto Palmeiras, na periferia da cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, sendo uma comunidade carente, configurava-se como oportuno local para o surgimento de tal empreendimento de negócio social. Contudo, a situação de pobreza local não era o único indicativo de que a criação de um banco comunitário de microcrédito pudesse vir a ter sucesso: sua importância vital na manutenção e desenvolvimento da base econômica, financeira e comercial no bairro explicava-se na medida em que se verificou que um dos principais motivos para o bairro se manter

³² Conceder microcrédito para quem não tem cadastro criando uma nova metodologia de aprovação que não passe pelo cadastro tradicional, comprovação de renda, residência ou coisas assim, combinado ainda com algum estímulo ao empreendedorismo que desperte a necessidade de pegar empréstimo para ganhar dinheiro

pobre era o fato de que, da maior parte do consumo dos moradores em compras mensais (cerca de R\$ 1,2 milhão de reais para 25 mil pessoas), 80% era gastada fora do bairro (TV BRASIL, 2010), o que torna o problema material mais relacionado ao conceito de fluxo financeiro do que decorrente das condições iniciais ou da acumulação primitiva, conforme entendia Marx. Na análise econômica, o problema evolui da questão de criação da poupança para o problema da formação de poupança, ou de como disciplinar seus fluxos.

A experiência do Banco Palmas demonstra de maneira contundente o que a matemática financeira deduziu cientificamente daquilo que já ensina a própria natureza (GIANNETTI, 2012): a noção de juros é vital para a manutenção de sistemas organizados. Especialmente no sistema capitalista, aquele no qual o dinheiro se torna parte integrante da força produtiva, o montante tende a zero quando não operam os juros compostos sobre o principal. Cabe ao sistema bancário, desde o rudimentar ao mais sofisticado, institucionalizar esta tecnologia. No Conjunto Palmeiras, dada a inexistência de um sistema que organize e otimize o fluxo financeiro gerado no entorno do próprio bairro, fazia-se necessária a criação de um primeiro sistema de crédito que, pelo seu caráter necessariamente inovador, será um crédito *schumpeteriano*; tal é a responsabilidade assumida pelo Banco Palmas: de forma inovadora, criar através da engenharia financeira as condições para o surgimento do primeiro sistema de crédito do bairro, capaz de fomentar o desenvolvimento local, economicamente sustentável e socialmente integrador. A educação financeira toma forma de cidadania, solidariedade comunitária e emancipação sócio-econômica: “o projeto socioeconômico Banco Palmas, em que é a comunidade que controla a economia e não a economia que controla a comunidade” (FRANÇA; SILVA JÚNIOR, 2006, p. 107).

Instituições como o Banco Palmas e outros bancos comunitários são também classificados como OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. A essência dos serviços prestados pelo banco ancora-se na concessão de crédito tanto para a produção como para o consumo. O empréstimo para produção destina-se aos pequenos empreendedores locais para que, com os negócios desenvolvidos a partir do empréstimo fornecido, sejam obtidos benefícios para o bairro: surgem oportunidades para diferentes ramos de atividade comercial, novos empregos são criados, e a nova renda gerada passe a circular mais dentro do bairro do que fora dele. Há uma taxa de juros cobrada, mas ela é inferior à dos bancos convencionais (daí justifica-se o caráter social do crédito). No empréstimo destinado ao consumo, por outro lado, o pagamento feito em até 90 dias é isento de juros, e o sistema de avaliação de crédito é feito de maneira não-ortodoxa: ao invés de requerer carteira de trabalho, comprovação de renda, nome limpo no SPC, SERASA e afins,

etc., o avaliador de crédito consulta a reputação de bom pagador e cidadão responsável por parte do requerente do empréstimo diretamente com seus vizinhos, e o dinheiro emprestado é o da moeda local, Palmas, que só poderá ser gasto dentro do Conjunto Palmeiras, e que ainda propiciará descontos a quem utilizá-la. Todo esse sistema reforça o entendimento de que se trata de uma genuína iniciativa empreendedora de economia solidária.

O caráter auto-sustentável da atividade do Banco Palmas é observado, portanto, a partir de três diferentes prismas: a natureza progressiva dos juros compostos (que sugere uma possibilidade de perpetuidade); o apelo ao senso de integração comunitária e de solidariedade próprios da economia dos negócios sociais e, também; os resultados obtidos pelo banco ao longo dos anos, desde a sua fundação, como se demonstrará mais adiante. Se o primeiro empréstimo concedido ao Banco Palma por uma ONG para o início das suas atividades, no ano de 1998, foi de dois mil reais (R\$ 2.000,00) (Melo, 2012), ao final do mesmo ano o banco já detinha quinze mil reais (R\$ 15.000,00) em carteira e 120 (cento e vinte) cartões de crédito comunitários entregues aos moradores do Conjunto Palmeiras (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. J-16). Tais valores puderam ser alcançados já no primeiro ano de atividade do banco também em virtude de parcerias firmadas com organizações de cooperação internacional, o que indica, ainda, que desde seu início o Banco Palmas tem despontado como iniciativa merecedora de atenção internacional como empreendimento inovador da economia social.

Há também dados que demonstram o impacto do Banco Palmas na própria economia do Conjunto Palmeiras. Um estudo realizado na Universidade Estadual do Ceará com os moradores do bairro no ano de 2008 constatou um aumento na ordem de 40% nas movimentações de comércio em virtude do aumento da quantidade de unidades monetárias em circulação no bairro. O estudo verificou ainda que: 58% dos ingressantes do banco passaram a ser mais respeitadas na comunidade; 83% delas adquiriram maior autoconfiança; 82% elevaram seu senso de responsabilidade; 54% se sentiram mais solidárias; 86% aumentaram sua esperança; 75% ganharam maior estímulo de viver; 95% vêem o Banco Palmas como fator de erradicação da fome, promotor de emprego e renda; e, finalmente; 96% das pessoas entrevistadas classificam o banco como bom (FAUSTINO, 2007).

A evolução tecnológica do fornecimento de microcrédito comunitário realizado pelo Banco Palmas também merece destaque na análise que fazemos do seu desenvolvimento ao longo dos 18 decorridos desde sua fundação. Será apresentada agora uma linha do tempo a partir de dados obtidos no site do Banco Palmas. Esta linha do tempo também servirá de orientação cronológica para o entendimento da evolução das atividades do banco, bem como

das urgências verificadas no bairro a partir do início do funcionamento do sistema de microcrédito.

Em 1998, ano de fundação do banco, foi criado o PALMACARD: simplificadaamente, um cartão de crédito, que possibilitou o consumo dentro do bairro com o dinheiro do crédito fornecido pelo banco. Embora artesanal de certa forma, tal tecnologia inaugurou no Brasil a experiência de um cartão de crédito comunitário. Dificuldades logísticas e operacionais decorrentes da expansão do sistema e também relativas ao risco, como a possibilidade de fraudes, levaram o Banco Palmas, porém, a criar em 2000 o primeiro papel-moeda próprio emitido.

Foi então criado o Palmares, que visava ser utilizado em clubes de trocas do Conjunto Palmeiras, que eram feiras quinzenais realizadas na própria sede do Banco Palmas e destinadas a fortalecer a integração econômica e comunitária entre produtores, ofertadores de serviços e consumidores do bairro. Os Palmares tinham paridade com o Real: havia cédulas de 1; 5; 10 e 50 Palmares, e estas facilitavam a mediação para as trocas realizadas nas feiras. Diferentemente do PALMACARD, no caso dos Palmares seu fim se deveu ao fato de que a cultura das trocas, uma vez apropriada pela comunidade, fez os moradores perceberem que não mais dependiam das feiras para realizá-las, e que poderiam fazê-las em suas próprias casas, quando quisessem. O desinteresse específico pelas feiras também cresceu na medida em que os artigos e serviços oferecidos passaram a se repetir e a atrair, portanto, menos participantes.

Criados posteriormente, os Palmirins surgiram como os equivalentes aos centavos dos Palmares, tendo como função facilitar as trocas entre produtos de baixo valor, muito comuns nas feiras.

Justamente após a população diminuir sua participação nas feiras, mas interessada na manutenção dos benefícios obtidos com a moeda social e comunitária, o Banco Palmas criou em 2002 as Palmas MoMoMo -- MoMoMo vem de Movimento Monetário Mosaico. Enquanto os Palmares eram uma moeda fechada, restrita aos clubes de trocas, as Palmas MoMoMo, por sua vez, foram a primeira moeda aberta a toda a comunidade. Confeccionada na Argentina, a moeda teve grande adesão por parte da comunidade, fortaleceu o consumo local em moeda comunitária, cunhou o termo *Moeda Social Circulante Local* (que veio a ser utilizado posteriormente em outras iniciativas de moeda comunitária) e marcou a permissão, legalização e regulamentação pelo Banco Central do Brasil da circulação de moedas sociais e do funcionamento de bancos comunitários no país. Assim como no caso dos Palmares, o fim

das Palmas MoMoMo ocorreu devido à dificuldade de controle em circunstância de seu próprio crescimento.

Em 2008, outra inovação importante foi desenvolvida pelo Banco Palmas: a Moeda Social Palmas passou a valer como vale-transporte, com a diferença que o foco não eram os meios-de-transporte regulamentados, mas sim os informais, como as topiques que circulavam pelo bairro e contabilizavam diariamente uma quantidade de passageiros superior ao dos meios-de-transporte oficiais. Decorrido algum tempo e com o sucesso da Moeda Palmas Transporte Coletivo, as topiques passaram a circular pelas ruas de toda Fortaleza, chamando atenção para a logo “Aceitamos Palmas”.

O próximo episódio de destaque na evolução do sistema financeiro comunitário se deu na ocasião do Aniversário de 15 anos da fundação do Banco Palmas, em 2013, quando foi criado o selo Palmas 15 anos. Neste caso, a criação da moeda não foi decorrente de uma necessidade causada pela expansão do sistema, que a esta altura já estava bem estruturado e capaz de sustentar o seu próprio crescimento. A principal função do selo Palmas 15 anos, desta vez, foi o de fazer publicidade do conceito do banco comunitário e da moeda social, divulgar o projeto e dar visibilidade à comunidade que o criou. Lateralmente, a nova moeda teve como objetivo aprimorar a segurança do dinheiro com relação a fraudes.

Ainda em 2013, seguindo a linha de priorizar não somente a eficiência econômica do projeto, mas também valorizar a integração comunitária do bairro e os valores de cidadania e responsabilidade social, o Banco Palmas criou em parceria com a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) o Palminhas, uma moeda destinada a desenvolver projetos junto às crianças do Conjunto Palmeiras, especialmente nas áreas cultural e educacional. A educação financeira e empreendedorismo solidário são ensinados em dinâmicas de compra e venda de materiais escolares ao passo que a história da comunidade é contada e a tradição conquistada é, assim, preservada. Devido ao bom resultado com ele obtido, os Palminhas continuam sendo utilizado.

A esta altura o modelo de banco comunitário criado no Conjunto Palmeiras já tinha se disseminado para diversos outros lugares, chegando a mais de três mil unidades na Venezuela já em 2011 (INSTITUTO PALMAS & NESOL-USP, 2013). No mesmo ano de 2013, o Banco Palmas desenvolve em parceria com a prefeitura de Maricá-RJ uma nova moeda social em formato de cartão magnético, a Mumbuca, que foi criada com objetivo de operacionalizar de forma eficiente a bolsa solidária Mumbuca, que também acabara de ser criada para as famílias de baixa renda do município. A experiência acumulada pelo Banco Palmas contribuiu para que o Mumbuca tivesse bons resultados, além de um controle transparente, o

que promove a credibilidade do mecanismo e permite sua expansão. A Mumbuca continua em vigor.

Em 2015 foi implementada a mais recente inovação do Banco Palmas: o E-Dinheiro. A tecnologia consiste numa moeda social eletrônica, integrada aos sistemas dos modernos aparelhos de comunicação, como smartphones, através de aplicativo próprio. Por fomentar a economia local, o E-Dinheiro preserva o caráter de moeda social e, por sua sofisticação tecnológica, alia os conceitos de economia solidária com economia digital, marcando um avanço na modernização de tais sistemas em congruência com a crescente necessidade de tornar o banco comunitário e a moeda social tecnologias sustentáveis, o que, em século XXI, não se consegue sem mecanismos confiáveis que gerem segurança, transparência, praticidade, economia, e também rentabilidade, uma vez que o banco recebe uma taxa de 2% paga pelo comerciante que adotar o sistema para vender seus produtos. No âmbito da educação financeira, o E-Dinheiro contribui na medida em que funciona não somente como ferramenta para pagamentos e compras cotidianas (como um cartão de débito convencional), mas também como plataforma bancária que permite a consulta de extrato, transferências, depósitos e cobranças, integrando e facilitando a vida econômico-financeira do usuário. Atualmente o E-Dinheiro já computou mais de dois mil usuários e 120 comércios cadastrados. “Onde tiver Banco Comunitário lá estará o “E-Dinheiro”, independe de acesso a internet.” (MELO, 2015).

O lançamento do E-Dinheiro ocorreu na esteira de uma seqüência de iniciativas destinadas a elevar o patamar de integração científica e tecnológica do Banco Palmas com o mundo. Apesar das vitoriosas experiências do Banco Palmas no campo da inovação tecnológica -- que o permitem aprimorar a eficiência do seu trabalho em prol de resultados -- como foi feito desde sua fundação através do Palmacard, posteriormente a moeda Palmas (que inaugurou precedente legal com regulamentação pelo Banco Central do Brasil), a própria nova tecnologia para avaliação de crédito, dentre outras --, o ano de 2013 marcou o início do que significaria a chegada de uma nova fase nesta área: o Banco Palmas começou uma colaboração com o *Massachusetts Institute of Technology* – MIT a partir do contato de dois estudantes da universidade que vieram dos Estados Unidos para fazer um estágio no banco. Seguiu-se o convite por parte do CoLab, do MIT e do MIT-Brazil para um ciclo de palestras e apresentações sobre o Banco Palmas no MIT, realizadas por seus representantes. Nesta ocasião foram iniciadas conversas para projetos que se oficializaram em 2015 com a parceria firmada entre o Banco Palmas e o *MIT Community Innovators Lab (CoLab)* (BRYSON, 2015). Outra iniciativa importante na área de tecnologia do banco é o “PalmasLab - Laboratório de Inovação e Pesquisa em Finanças Solidárias”, uma iniciativa do Banco Palmas

através do Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconômica Solidária, que tem por finalidade potencializar e dar escala às Finanças Solidárias através das soluções em tecnologia da informação (TI). Suas principais ações são: Aumentar o acesso aos serviços financeiros, melhorar a gestão dos Bancos Comunitários; Desenvolver uma incubadora de jovens locais para fomento de empreendimentos solidários de TI; além de servir de modelo para políticas públicas futuras. Tem como parceiros *Mahiti Infotech*, organização social que fornece soluções tecnológicas mediante software livre para o desenvolvimento sediada em *Bangalore*, Índia; Universidade de Columbia, em Nova York no planejamento estratégico do laboratório.

4.3 RESTRIÇÕES LEGAIS

Apesar de ter se tornado um *case* de sucesso, o Banco Palmas tem uma limitação causada pelo marco que regula suas atividades, uma vez que não é permitido aos bancos populares captar poupança (MELO, 2010). Isto corresponde a um contra-senso em relação à proposta do banco comunitário, que é justamente democratizar o acesso aos instrumentos financeiros que promovam uma cultura de poupança, crédito e desenvolvimento local.

Igualmente, a própria inexistência de uma legislação específica que regulamente e forneça as diretrizes para as atividades de entidades destinadas a projetos envolvendo economia solidária, como é o caso dos bancos comunitários, não representa senão justamente um ambiente de restrição jurídica para tais tipos de iniciativa, na medida em que uma parte importante de suas atividades são, se não proibidas, também não previstas em lei, o que deixa estas organizações à margem do pleno potencial que elas têm de desenvolver seus projetos.

No ano de 2007 a deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP à época, hoje no PSOL/SP) propôs através do Projeto de Lei Complementar nº 93/02007³³ a criação de um marco legal amparando os bancos comunitários e as moedas sociais. O PLP visa criar o Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias – CONAFIS e dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário – BPDS

Se aprovada, a lei tornará os bancos populares passarão a ser classificados como instituições civis, sem fins lucrativos, com o objetivo de prover serviços financeiros e

33 O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei complementar estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias, em consonância com o art. 192 da Constituição da República; Art. 2º O Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias é constituído por:

I - Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias – CONAFIS.

II - Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário – BPDS.

fomentar a produção popular e solidária além do desenvolvimento socioeconômico das comunidades e poderão, desta forma, captar poupança e depósitos à vista ou a prazo; dentre outras atividades e serviços comuns a instituições bancárias e financeiras³⁴. O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados, onde aguarda parecer na Comissão de Finanças e Tributação.

4.4 MOEDAS SOCIAIS, VÁCUO LEGAL

A história do Banco Palmas, que criou a primeira moeda social no Brasil, é um pouco da história das barreiras a que a moeda social foi submetida, e que começa na miséria e falta de educação, abando pelo Estado e se prolonga no ato do consumo, quando as pessoas são obrigadas a consumirem aquilo que vem de fora, fazendo suas poupanças fluírem para longe do bairro. Não menos democrático é o fato, já citado, de os pobres não poderem formar poupança para aferirem vantagens na manipulação dos excedentes de seu consumo.

As moedas sociais surgiram no âmbito das finanças solidárias com o objetivo de conceder crédito barato a pessoas de baixa renda, estimulando o desenvolvimento econômico e social de comunidades pobres não assistidas pelos bancos convencionais. Após a criação do Banco Palmas e da moeda social homônima, foi formada uma rede de bancos comunitários, que dissemina os conceitos de moeda social e economia solidária em regiões carente do País. O crescimento dessa rede, que passa necessariamente pela geração de *funding* para os bancos comunitários, pode representar o acirramento da competição na oferta de microcrédito para o segmento de baixa renda (FREIRE, 2011).

Moedas sociais referem-se aos meios circulantes criados para promover um processo de inclusão econômica e social nas comunidades e regiões onde o sistema financeiro convencional é pouco atuante. Em razão da vinculação intrínseca desse conceito ao aspecto regional, o termo “moeda local” também é utilizado.

Os bancos de controle estatal têm buscado conciliar a necessidade de geração de lucro com a promoção do desenvolvimento de regiões e comunidades pobres, por meio, por exemplo, de programas associados ao microcrédito produtivo orientado combinado com o

34 Art. 10º Os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário estão autorizados a prestar os seguintes serviços financeiros, nas condições e limites fixados pelo Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias, e mediante expressa autorização do mesmo:

I - Captar depósito a vista; II - Captar depósito a prazo; III - Captar poupança.

apoio a iniciativas de criação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento oferecendo parcerias como correspondente bancário.

Além dos tradicionais bancos privados e estatais, existe uma terceira via, subdividida em dois grupos, que concede empréstimos à população de menor poder aquisitivo. Um desses grupos é formado pelos atores que visam exclusivamente à maximização dos lucros, mediante a cobrança de altas taxas de juros nas operações de crédito oferecidas à população de baixa renda, como é o caso dos agiotas e das financeiras. O outro grupo é formado pelas chamadas operadoras de finanças sociais ou solidárias, cujo principal objetivo não é obter lucro, mas promover o desenvolvimento de grupos, comunidades ou regiões por meio da prestação de serviços financeiros. (FREIRE, 2011)

É no contexto das operadoras de finanças solidárias que surgem as cooperativas de crédito e também as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sendo essas últimas as principais responsáveis pela gestão dos Bancos Comunitários de Desenvolvimentos (BCD) e das moedas sociais.

O Banco Palmas e a moeda social homônima são as grandes referências em termos de economia solidária e desenvolvimento econômico de comunidades carentes por meio da integração ao processo produtivo. Portanto, a história de ambos serve como pano de fundo para o surgimento dos demais bancos comunitários e suas respectivas moedas sociais, que basicamente replicaram o modelo pioneiro.

A história das moedas sociais no Brasil tem início no Conjunto Palmeira, uma comunidade pobre da periferia de Fortaleza, no Ceará. Até meados da década de 1990, não havia a prestação de serviços bancários no bairro, que limitava o acesso ao crédito. Além disso, os indicadores sociais de renda e emprego eram ruins e a comunidade não tinha perspectivas de desenvolvimento.

Foi então que a Associação dos Morados do Conjunto Palmeira (ASMOCONP) realizou um mapeamento e constatou que, considerando os 25 mil moradores da comunidade na época, eram consumidos R\$ 1,2 milhão em compras mensais (alimentos, remédios, produtos de limpeza, roupas, etc.). Desse montante, 80% era gasto em outros bairros. Logo, o problema não era a falta de recursos propriamente dita, mas o fato desses recursos não serem gastos na própria localidade. Ou seja, não havia formação de uma base monetária e, conseqüentemente, não havia estímulos para o desenvolvimento da comunidade. (FREIRE, 2011).

Tendo como objetivo gerar trabalho e renda, a solução encontrada pelos líderes comunitários foi a criação do Banco Palmas, o que ocorreu em 1998. Como *funding* inicial, o banco obteve um empréstimo de R\$ 2.000 reais com a Cearah Periferia, uma ONG local. Dessa forma, foi possível realizar as primeiras operações de crédito com pequenos produtores, comerciantes e consumidores, todos locais.

A nova moeda foi lastreada em reais, considerando o câmbio de R\$ 1 Real equivalente a 1 Palma. Logo, a emissão da moeda social pelo Banco Palmas sempre esteve condicionada à existência do mesmo valor no caixa do banco, o que somente foi possível graças as doações de instituições estrangeiras. Logo, o banco não teve custos por conta dessa captação inicial. Além disso, como objetivo não era auferir lucro, mas sim promover o desenvolvimento da comunidade, inicialmente não havia cobrança de juros nos empréstimos feitos em Palmas, o que aumentou a atratividade e facilitou o estabelecimento da nova moeda. Posteriormente, o Banco Palmas passou a contar também com alguns repasses feitos pelo Governo do Estado, que a essa altura já reconhecia a legitimidade da iniciativa para promover o desenvolvimento do Conjunto Palmares.

A oferta de crédito em Palmas sem cobrança de juros e a possibilidade de conversão plena entre a moeda oficial e a moeda social permitiram a capitalização dos empreendedores da comunidade e também o pagamento de fornecedores externos, que tiveram a opção de fazer a conversão do valor em Reais no Banco Palmas ou colocar o dinheiro novamente em circulação na economia do bairro, por meio do pagamento de produtos oferecidos e serviços prestados por produtores ou comerciantes da comunidade.

Como o aumento das relações comerciais entre o Conjunto Palmeiras e os outros bairros de Fortaleza, a continuidade do desenvolvimento da comunidade dependia de uma “balança comercial” favorável, pois somente o volume de entrada de capital maior do que o volume de saída poderia permitir a contínua evolução da economia local. Portanto, a solução era tornar a Palma mais atrativa do que o Real, pois assim tanto os locais quanto os consumidores de outros bairros comprariam na comunidade.

Para isso, os gestores do Banco Palmas negociaram com a Associação Comercial do Conjunto Palmeiras a concessão de descontos – variando de 5% a 10% dependendo do segmento -, nas compras feitas na moeda social. A partir de então, estavam estabelecidas todas as condições necessárias para a consolidação do primeiro banco comunitário e da primeira moeda social, cuja operação ajudou na integração de uma comunidade pobre ao ciclo de produção e consumo.

4.5 BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DAS MOEDAS SOCIAIS

Na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 20 e 30, por exemplo, destacam-se casos inspirados na teoria relacionada com a oxidação da moeda ao estimular a sua circulação com uma política de juros negativos, trabalhada por Silvio Gesell (BLANC. 1998). Experiências britânicas e francesas, datadas do século XIX, foram reproduzidas nos EUA, foram reproduzidas nos EUA durante a Grande Depressão, quando um milhão de americanos se agrupou em rede de trocas. Raras experiências em moedas sociais, entretanto, duraram mais do que dois a cinco anos, à exceção do caso específico do banco cooperativo WIR da Suíça (Swiss Wirtschaftsring), fundado em 1934 (e existe até hoje), que utiliza além da moeda de curso legal (Franco Suíço), uma moeda interna, o WIR, primeiramente analisada por Tobias Studer (1998), tendo sido sistematicamente mencionada nos estudos de moedas sociais em virtude do efeito anticíclico, em relação à política monetária, que tem sido discutido por James Stodder (2000;2010) in (FREIRE, 2001).

No Brasil o início foi conturbado. A atividade do banco logo no início gerou uma expectativa negativa por parte do Banco Central, que entrou na justiça e por três vezes buscando suspender as atividades do Banco Palmas. O problema maior que tinha na visão de Joaquim Melo, um dos fundadores, era que o Banco Central temia que estivessem em atividades criminosas, como lavando dinheiro e ou, emitindo uma moeda falsa.

Segundo Freire (2011) quando o 20º juizado especial de Fortaleza-CE emitiu decisão sobre o processo n 1.482/03 (T.C.O Nº 336/2003 – 30º D.P) em que enquadrava João Joaquim de Melo Neto Segundo contra a vítima, o Estado, por crime contra o sistema financeiro nacional, não se poderia imaginar que a decisão judicial fosse se tornar um panfleto:

Adoto integralmente as razões de sua excelência, o DD promotor de justiça EMANUEL ROBERTO GIRÃO PINTO. Com efeito, não há, na conduta de JOÃO JOAQUIM, qualquer elemento que possa atrair a incidência das normas do art. 292 do Código Penal, e/ou do art. 44 da Lei das Contravenções Penais.

Suas opções no plano da comunidade são visíveis, e afeiçoam-se intimamente à idéia das necessidades individuais da população de baixa renda, através da concessão de microcrédito. Em última análise, é a própria sociedade buscando caminhos para resolver os seus problemas.

Ao BANCO CENTRAL me parece justo elogiar a postura que posteriormente adotou, no sentido de convidar formalmente JOÃO JOAQUIM DE MELO NETO SEGUNDO para proferir palestra sobre o assunto e relatar sua experiência como ator social. E ao próprio João Joaquim, este Juízo ladeia os que se fizeram presentes à palestra e puderam aplaudi-lo, após excelente exposição. (FREIRE, 2001, p.84-5)

A primeira replicação desse modelo de negócio solidário aconteceu em 2004, com a implantação do Banco PAR e da moeda social homônima, na cidade de Paracuru, também no Ceará. No final de 2006, menos de 10 anos após o surgimento do Banco Palmas, 13 bancos comunitários haviam sido criados. Nesse mesmo ano, foi realizado o I Encontro de Bancos Comunitários do Brasil, dando origem à Rede de Bancos Comunitários. Atualmente, essa rede é responsável pela circulação de mais de 140 moedas sociais (Palma, Santana, Maracanã, Par, Terra, Ita, Semear, Ribeirinho, Sol, Cajueiro, entre outras), sendo que todas foram criadas com a mesma proposta: exercer um papel complementar à moeda oficial no sentido de promover o desenvolvimento de comunidades pobres. Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, até meados de 2015, havia mais de um milhão de pessoas utilizando moedas sociais nessas diversas localidades.

Na prática, o processo de formação de todos os bancos comunitários que atualmente operam no Brasil contou com a assessoria e certificação do Instituto Palmas, uma espécie de braço institucional que assumiu o papel de coordenação e disseminação da tecnologia social. Por meio de uma parceria estabelecida com o Banco do Brasil em 2005, o Banco Palmas passou a gerenciar um fundo de crédito, que repassa um recurso inicial de R\$ 30 mil para cada novo banco comunitário criado. Além disso, o Banco do Brasil também disponibilizou um software ao Banco Palmas, por meio do qual é possível acompanhar as operações da maior parte dos demais bancos comunitários, o que permite a correção de eventuais distorções.

Dessa forma, além de oferecer suporte e realizar a gestão do sistema, o Instituto Palmas utilizou seu reconhecimento institucional para firmar contratos e convênios com o poder público e com os bancos oficiais, captando recursos e integrando tecnologias para viabilizar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Em 2008, o Banco Palmas e a Secretaria Nacional de Economia Solidária solicitaram uma pesquisa à Universidade federal do Ceará. O objetivo era avaliar o impacto que as atividades implementadas pelo Banco Palmas, entre as quais está a adoção de moeda social, havia gerado para o desenvolvimento Conjunto Palmas. Após a realização de entrevistas com os moradores, os resultados obtidos indicam que houve retenção dos recursos dos moradores no próprio bairro. Esse efeito tornou possível a superação do principal obstáculo para o desenvolvimento de comunidade, que era a saída de capital e a dificuldade de formação de poupança interna.

Segundo artigo de autoria de Paul Singer, antigo Secretário Nacional de Economia Solidária e um dos principais incentivadores do Banco Palmas, “a inovação que levou ao

Banco Comunitário foi combinar duas modalidades de finanças sociais ou solidárias: o microcrédito, até então operado exclusivamente com a moeda oficial e o Clube de Troca, operado desde o início com moedas sociais”.

Do ponto de vista dos bancos convencionais, a primeira impressão a respeito das moedas sociais é que se trata de mais uma ameaça de desintermediação bancária, na qual uma solução inovadora assume o lugar dos bancos, restringindo suas áreas de atuação e diminuindo seus lucros.

No entanto, nem todos os segmentos da população despertam os interesses dos bancos. No caso dos bancos de controle estatal, em função da condição de indutores do desenvolvimento social, observa-se uma atuação mais efetiva nos segmentos de baixa renda e em regiões carentes. Já em relação aos bancos privados, apenas recentemente os segmentos de baixa renda passaram a ser considerados sob o ponto de vista negocial. Isso porque o acirramento da competição no mercado bancário já havia saturado os segmentos tradicionais, de maior poder aquisitivo, levando os bancos a encontrarem alternativas para a ampliação da base de clientes e geração de receitas.

Ainda assim, com exceção do Santander³⁵, que acabou herdando uma estratégia já estruturada a partir da integração da atuação social aos objetivos negociais, os outros dois grandes bancos privados suas estratégias estão sendo desenvolvidas dentro de um conceito em que o retorno de imagem ainda prevalece em relação ao aspecto negocial. Em todo caso, até por conta da necessidade cada vez mais premente de explorar novos segmentos ainda não bancarizados, é provável que Itaú e Bradesco aprimorem suas estratégias baseadas, por exemplo, na oferta do microcrédito produtivo orientado e microsseguros.

O Santander deu continuidade às ações de cunho social do ABN Amro Real por meio da Santander Microcrédito, se apropriando do posicionamento construído pela instituição financeira adquirida. Atualmente, a Santander Microcrédito conta com aproximadamente 300 funcionários, atendendo em comunidades de baixa renda espalhadas por 600 municípios de 10 estados brasileiros. A rede de filiais de atendimento está presente no Rio de Janeiro, São Paulo e todos os estados da região nordeste, com exceção do Ceará, não por acaso o estado

35 Conforme a publicação “Um Brasil de Oportunidade – 10 anos de Microcrédito”, lançada pelo Santander, a missão da Santander Microcrédito é “promover a inclusão bancária, contribuir com a geração de emprego e renda, com o fluxo de recursos financeiros no Brasil para uma população que está às margens do sistema financeiros convencional”. Disponível em <http://sustentabilidade.santander.com.br/oquefazemos/productoseservicos/Paginas/Microcredito.aspx>

com maior de presença de moedas sociais, com destaque para a pioneira, citada no Conjunto Palmeira.

A maior operação privada de microcrédito no país tem forte inspiração no Banco Palmas. Nesse sentido, além do mesmo objetivo de promover a inclusão bancária e contribuir para a geração de emprego e renda de comunidades carentes, a Santander Microcrédito tem outros pontos em comum com a proposta dos bancos sociais: direcionamento do crédito para atividades produtivas, a partir da orientação financeira do banco (microcrédito produtivo orientado): geração de um ciclo de desenvolvimento local; agentes de crédito que são moradores das comunidades; e garantias solidárias (aval solidário)³⁶.

De acordo com o Santander, “a iniciativa promove inclusão e educação financeira e, ao mesmo tempo, persegue objetivos comerciais, que permitem à operação se renovar, crescer e gerar renda para mais empreendedores”. Nesse sentido, de acordo com informações divulgadas no Demonstrativo Financeiro, a Santander Microcrédito, que é uma empresa controlada, apurou lucro líquido de R\$ 3,2 milhões em 2013.

O Itaú passou a atuar de forma mais consistente no microcrédito a partir de 2006. Ao final de 2013, o banco registrava uma carteira de microcrédito com volume de R\$ 330 milhões, sendo que a partir de 2010 essa carteira evoluiu mais de 90%. A estratégia do Itaú difere do Santander no que se refere a área de atuação, concentrada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Embora ambos os bancos direcionem as ações de microcrédito para o mesmo público, que basicamente é constituído por comerciantes e prestadores de serviço de pequeno porte, é notável a diferença nos custos das operações de crédito. Enquanto no Santander microcrédito a taxa de juros está mais próxima aos percentuais cobrados pelos bancos públicos e pelos bancos sociais, o Itaú cobra taxas mais altas.

O Bradesco busca justificar seu esforço de inclusão financeira no fato de, historicamente, atuar nos segmentos de menor poder aquisitivo. A expansão de rede de atendimento que ocorreu nos últimos anos ampliou sua presença em cidades localizadas em regiões com grande concentração de pessoas com menor poder aquisitivo e também em comunidades carentes do eixo Rio – São Paulo. Em razão dessa capilaridade em localidades mais pobres, naturalmente o Bradesco tem uma carteira de microcrédito significativa, em agosto de 2013

36 No aval solidário, um pequeno grupo de tomadores do empréstimo assume conjuntamente a responsabilidade pelo pagamento das parcelas. Esse modelo de garantia solidária foi adotado em 98% da carteira de microcrédito do Santander.

registrava R\$ 707 milhões, incluídas operações próprias de repasses. No entanto, em relação ao Microcrédito Produtivo Orientado, o Bradesco ainda não desenvolveu uma estratégia com o nível de elaboração dos concorrentes privados, especialmente em comparação com o Santander. Nesse sentido, em relação ao que o Bradesco chama de “Finanças Sustentáveis”, além do histórico de atendimento aos clientes de menor poder aquisitivo, o Bradesco apenas definiu como uma das metas para o ano de 2013 “aprimorar e expandir a oferta do Microcrédito Produtivo Orientado, por intermédio de estrutura própria e também por repasses para instituições de microfinanças (Oscip e cooperativas)” (BRADESCO, 2012). Em relação as operações realizadas com estrutura própria, a abrangência ficou restrita a cidade de São Paulo. Nesses casos, o empreendedor (formal ou informal) recebe a visita de um representante do Banco, ocasião em que realiza a avaliação sobre o negócio do cliente e suas reais necessidades. Em linha com sua estratégia de atuação, o Bradesco também oferece seguros populares, direcionados às necessidades dos segmentos de baixa renda. Até meados de 2012, o produto Primeira Proteção Bradesco, cuja comercialização inicial foi realizada em 2010 nas comunidades de Heliópolis (SP) e Rocinha (RJ), vendeu 1,9 milhão de contratos, representando 27% da carteira de seguros individuais da Bradesco Vida e Previdência. Para 2013, foi estipulada a meta de crescimento de 20% em seguros populares (BRADESCO, 2014).

Dessa forma, a questão das moedas sociais somente poderia configurar uma ameaça real aos bancos convencionais caso houvesse uma ampla disseminação de seu uso, o que dependeria fundamentalmente da geração de *funding* para os bancos comunitários. Como a legislação atual não prevê a captação de poupança pelos bancos comunitários, o risco é que os bancos oficiais sejam designados a assumir a responsabilidade de fazer repasses subsidiados a essas instituições de economia solidária.

É fato que a iniciativa Banco Palmas, especialmente a criação da moeda local, ajudou a promover o desenvolvimento do Conjunto Palmeira. No entanto, também é inegável que a idéia somente ganhou força suficiente para disseminar o movimento e criar uma rede de bancos comunitários a partir da realização de captações a juros baixos nos bancos oficiais, o que gerou recursos que ficaram sob a gestão do Instituto Palmas.

Logo, se o *funding* dos bancos comunitários não tivesse sido turbinado pelos bancos estatais, fica a dúvida se o Conjunto Palmeiras teria se desenvolvido na mesma intensidade. Além disso, teria sido muito mais difícil formar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, já que a constituição de cada novo banco demanda em torno de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) como *funding* inicial, de acordo com dados do próprio Instituto Palmas.

Portanto, caso houvesse disseminação dos bancos comunitários e das moedas sociais, os bancos em geral perderiam mercado nas operações de crédito para o seguimento de baixa renda. No entanto, no caso dos bancos de controle estatal, além desse primeiro impacto, ainda haveria o risco de participar diretamente do processo, fazendo repasses a juros baixos para capitalizar os bancos comunitários.

Outra frente em defesa dos bancos comunitários e das moedas sociais é a criação de um marco legal, materializado pelo Projeto de Lei Complementar nº 93/02007, da deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP), cujo texto estabelece a criação do Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias – CONAFIS e dos Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário – BPDS.

O Projeto de Lei prevê que os bancos populares serão constituídos como instituições civis, sem fins lucrativos, com o objetivo de prover serviços financeiros e fomentar a produção popular e solidária além do desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

Dessa forma, de acordo com o texto, os bancos populares poderão captar poupança e depósitos à vista ou a prazo até o limite de 25 salários mínimos; operar títulos de capitalização; administrar carteiras de investimentos voltadas às iniciativas econômicas populares e solidárias; efetuar e receber pagamentos e dar quitação; administrar cartões de crédito comunitários; realizar empréstimos e financiamentos; fazer transações de seguros, entre outras atividades.

O texto segue em tramitação na Câmara dos Deputados, onde aguarda parecer na Comissão de Finanças e Tributação. De qualquer forma, sendo fundadas na liberdade de associação e na liberdade de contratar, as moedas sociais podem ser convenientemente organizadas sob as categorias do direito das obrigações e do direito dos contratos (Lei 10.406, de 2002) e podem se estruturadas de formas simultaneamente compatíveis com a política monetária sob a responsabilidade do Banco Central (art. 164 da CRFB), a regulamentação bancária (art. 192 da CRFB; Lei 4.595, de 1964), as normas do sistema de pagamentos brasileiros (Lei 10.214, de 2001) e as políticas públicas direcionadas à concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º da CRFB) (FREIRE, 2011).

Nas palavras de Joaquim Melo, antigamente eles tinham pouca grana e muita liberdade. Depois passaram a ter bastante grana e pouca liberdade. Agora eles querer ter menos grana e mais liberdade, porque a atividade como correspondente bancário, da BB, da CEF e do BNDES, tornou-os prisioneiros de metas com pouca margem de manobra.

Sem dúvida o ponto crucial é a formação de *funding*. Como o Banco Palmas e os demais bancos comunitários estão proibidos de captar poupança, então a imensa capacidade que teria de organizar e disciplinar a poupança da comunidade fica a mercê do desprojeto.

5 FIDELIZAÇÃO COMO INOVAÇÃO PRÓ-POUPANÇA DE LONGO PRAZO

Neste capítulo será apresentada uma proposta de inovação para o Banco Palmas no sentido de contornar o problema da proibição de captar depósito a vista, a prazo e captar poupança, particularmente de longo prazo. A inovação buscada vai no sentido de criar condições para a formação de *funding* para o Banco Palmas por meio de um programa de fidelização dos clientes.

5.1 O PARADOXO DE JOAQUIM – POUPANÇA: COMO FORMAR SEM CAPTAR?

Os meios para formação de poupança de longo prazo não podem ser impedidos pelo governo, já que disso depende em boa parte, a saúde financeira das instituições. Seria desejoso, ou deveria ser, que empresas e pessoas físicas também, é claro, formassem poupança voluntária, mas nem sempre isso é possível.

Ainda mais desejoso seria que os bancos comunitários pudessem captar poupança e operar neste sentido. Entretanto, a morosidade estatal não parece ter grandes motivações para agir em favor do avanço da legislação para os Bancos Comunitários. Também o Banco Central visa coibir a operação de captação de poupança, justamente.

De tal forma este é o paradoxo de Joaquim. Se o Banco Palmas não constituir *funding* sua liberdade para inovar fica comprometida pela tarefa extenuante de correspondente bancário. Aparentemente o problema sério para o Banco Central é o Banco Comunitário captar depósito à vista e administrarem empréstimos.

A solução proposta para o paradoxo de Joaquim é a fidelização de clientes e a administração dos recursos por meio do sistema de *Endowment Fund* para administrar perpetuamente os recursos, bem como construir uma perspectiva de poupança de longo prazo. Neste caso, uma inovação que surge para se confundir e ressignificar a idéia de fidelização.

A idéia funcionará assim: de todo gasto em consumo efetuado pelos clientes do Banco Palmas em E-Dinheiro, seguramente registrado e controlado, de forma que seja possível discriminar quem gastou, quanto, quando e onde gastou, 0,5% será desviado para uma conta *Endowment Fund* em favor do indivíduo (sem custos para ele). Hoje o Banco Palmas cobra dois por cento, como taxa de administração, na conversão do E-Dinheiro pelo Real, que em

geral ocorre quando um produtor precisa comprar tecnologia ou produtos que o bairro não fornece em moeda circulante solidária, o E-Dinheiro.

O Banco Palmas já planeja hoje devolver 0,5% em crédito para os consumidores, como uma boa prática solidária, para aumentar as vantagens do público. Porém, mais conveniente do que consumir a destruição da moeda pelo consumo individual, mesmo que com algum impacto do multiplicador do consumo, seria ainda mais interessante formar com o 0,5% do agregado total de usuários do consumo dos clientes do E-Dinheiro, um *Endowment Fund*, um fundo social perpétuo, em benefício destes indivíduos.

Este dinheiro que entra no *Endowment Fund* nunca mais poderá ser consumido. Ele é para ser perpetuamente reinvestido, na perspectiva de gerar uma renda perpétua ao beneficiário titular (depois de uma maturação) e ao mesmo tempo alavancar as atividades do Banco Palmas, inicialmente bem vagarosamente mas acelerando e ganhando força com os anos e décadas.

Para acelerar o efeito da riqueza distribuída é proposto um mecanismo para alternar o principal do *Endowment Fund* com a emissão de créditos do E-Dinheiro para o consumo sem taxas de juros, lastreados nos contratos de crédito operados pelo *Endowment Fund* para o setor produtivo do bairro. Desta maneira, será possível ao banco gerar crédito barato associado à produção futura, bem como crédito para o consumo, sem taxa de juros, incentivando enormemente o desenvolvimento econômico no sentido Schumpeteriano da palavra.

Funcionará assim:

(1) O cliente “A” do Banco Palmas inseriu R\$ 200,00 (duzentos reais) de créditos do E-Dinheiro em seu celular, com os quais (2) paga uma dívida de R\$ 210,5 (duzentos e dez reais e cinquenta centavos), (3) com cinco por cento de desconto em E-Dinheiro, ao produtor “B”. (4) 0,5%, ou R\$ 1,00 (um real) vai diretamente para o *Endowment Fund*, administrado pelo Banco Palmas para ser investido perpetuamente em favor do indivíduo “A” como causa. Isso seria uma conta à parte, discriminada automaticamente, na mesma hora, no seu celular na conta *Endowment Fund* (ou árvore de dinheiro, um nome mais adequado ao marketing e ao entendimento), em que será possível acompanhar automaticamente que todo gasto corresponderia a uma fração de 0,5% indo para a poupança voluntariamente criada, o *Endowment Fund* que o Banco Palmas cordialmente presenteia seus clientes, buscando em longo prazo permitir-lhes uma renda perpétua.

Este 0,5% nunca mais poderá ser sacado pelo cliente (embora seja administrado em seu usufruto) nem consumido pelo Banco Palmas. Este capital constituirá uma poupança perpétua de cada usuário, como um projeto de fidelização dos clientes, mas também como incentivo para que as pessoas formem sua poupança voluntária e um motivo para que não abandonem a comunidade. Com estes valores o Banco Palmas garante que terá futuramente sempre montantes crescentes de recursos para disponibilizar ao público.

O próximo passo é, mediante uma manobra financeira, alternar seu efeito primeiro emprestando (5) este R\$ 1,00 (um real) ao setor produtivo do bairro, digamos a 1% ao mês. Com um contrato futuro de R\$ 1,01 (um real e um centavo) em 30 dias, aos quais o Banco Palmas emprestou para gerar uma combinação que não existiria, criando valor, portanto, lastreando o título de dívida em alguma atividade produtiva do bairro.

De posse do contrato de empréstimo que o Banco Palmas receberá em 30 dias, o Banco decide então, fazer um segundo lastro, agora em cima deste contrato futuro, coloca à disposição do público consumidor, (6) créditos no valor de 1,01 E-Dinheiro (uma unidade e um centavo de E-Dinheiro). Esta operação está totalmente coberta e em larga escala seus riscos podem ser melhor equacionados. No caso mais remoto do E-Dinheiro voltar rápido ao Banco Palmas (o que seria semelhante à uma corrida aos bancos), cobrando uma cobertura que ainda não se deu, o Banco Palmas pode cobrir o valor por hora se houver disponibilidade em caixa, ou simplesmente informar a indisponibilidade, forçando o agente ao mercado secundário ou esperar a completude do ciclo.

Em 30 dias o Banco Palmas receberá (7) R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos), correspondentes aos empréstimos realizados. Existirá ainda, uma obrigação de (8) 1,01 (uma unidade e um centavo de E-Dinheiro) circulando no bairro, realizando negócios em velocidade acelerada, pulando de celular em celular, antes que uma proporção marginal efetivamente menor converta o E-Dinheiro em Real.

Com R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos) em mãos, seguindo as regras da perpetuidade crescente, obriga-se o Banco Palmas a retornar (9) R\$ 1,01 (um real e um centavo, no mínimo) ao *Endowment Fund* do indivíduo "A". Considerando um único ciclo econômico dobrou-se o efeito de um valor monetário após seu empréstimo em virtude da decisão de manter um valor principal em constante investimento e com ele lastrear crédito correspondente em E-Dinheiro.

Ainda não há escala para (10) saques mensais, já que o (11) montante do tempo 1 precisa ser maior que o montante do tempo 0, para que a perpetuidade se mantenha crescente. Ou teria para que esperar para que seu efeito gere um saque superior ao lucro mensal. O ideal é

que tenha um período de maturidade, como tem a árvore de pequi (10 anos) ou qualquer investimento mais estruturado. Uma árvore financeira não tem limite pra crescer, mas se os juros do processo são constantemente sacados o valor poupado permanecerá constante não havendo formação de poupança neste caso.

O processo recomeça a cada mês (ou período) com ganhos proporcionados pelos juros, e também por uma reserva técnica que se acumula em função das moedas virtuais emitidas e não reconvertidas posteriormente em Real. É o multiplicador monetário funcionando de uma forma um pouco diferente dos bancos em geral, já que o aumento da velocidade de circulação em E-Dinheiro aumenta as reservas em Real do Banco.

Isso exigiria, inclusive, a própria criação do *Endowment Fund* do Banco Palmas, para administrar os *Endowment Fund* dos indivíduos, permitindo que outras instituições e pessoas possam inclusive, doar para que o processo econômico do Banco Palmas se acelere e esta contribuição tenha efeito perpétuo em relação aos objetivos da organização.

Resumindo:

- (1) O cliente “A” carrega R\$ 200,00 (duzentos reais) de créditos do E-Dinheiro;
- (2) paga, com 5% de desconto, uma correspondente dívida de R\$ 210,5 (duzentos e dez reais e cinquenta centavos);
- (3) 0,5%, ou R\$ 1,00 (um real) vai para o *Endowment Fund* indivíduo A;
- (4) este R\$ 1,00 (um real) é emprestado ao setor produtivo do bairro, a 1% ao mês;
- (5) são emitidos créditos no valor de uma unidade e um centavo de E-Dinheiro - lastreado no contrato de empréstimo (4);
- (6) Em trinta dias o Banco receberá R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos), correspondentes aos empréstimos realizados;
- (7) Existirá ainda, uma obrigação flutuante, não efetiva, de 1,01 (uma unidade e um centavo de E-Dinheiro) circulando no bairro, com esperança matemática de que para cada unidade monetária de E-Dinheiro, será resgatado uma proporção menor que R\$ 1,00 (um real).
- (9) R\$ 1,01 (um real e um centavo, no mínimo) é retornado ao *Endowment Fund* do indivíduo “A” para ser novamente investido.
- (10) ainda não há escala para saques mensais, é preciso negociar uma maturação.
- (11) O montante do tempo 1 precisa ser maior que o montante do tempo 0, para que a perpetuidade se mantenha crescente.

5.2 INVESTIGANDO UMA FÓRMULA DA PERPETUIDADE ALTERNADA

Retomando o exemplo da seção anterior. Hoje o Banco Palmas cobra 2% (dois por cento) no câmbio da moeda social (seja em E-Dinheiro – moeda eletrônica, seja Palmas – papel moeda que já está caindo no desuso sem emissões desde novembro/2015). 0,5% o Banco planeja devolver ao público usuário do banco. Estuda-se uma idéia alternativa de criar com este valor, ao invés de devolver uma soma irrisória para o indivíduo, formar com ele um *Endowment Fund* (Sistema de Renda Perpétua), amplificando o valor por meio da emissão de créditos do E-Dinheiro lastreados nos contratos de empréstimos da moeda Real acumulada no *Endowment Fund*.

Funcionará assim:

- 1) O cidadão “A” consumiu duzentos créditos em E-Dinheiro (duzentos reais);
- 2) R\$ 1,00 (um real), que é 0,5% de R\$ 200,00 (duzentos reais), vai para a conta *Endowment* do sujeito “A”;
- 3) Este R\$ 1,00 (um real) nunca mais será consumido, ele é para trabalhar para o sujeito “A” construindo sua poupança de longo prazo. Ele será, portanto, emprestado ao setor produtivo do bairro a, digamos, 1% ao mês.
- 4) O Banco Palmas recebe um contrato valendo R\$ 1,01 (um real e um centavo) em 30 dias. Com base neste contrato, lastreia a emissão de uma unidade e um centavo de crédito do E-Dinheiro, que serão disponibilizados para o consumo (sem juros).
- 5) Ao final do período o Banco recebe R\$ 2,02 (um real e um centavo referente ao E-Dinheiro e um real e um centavo referente ao real emprestado).
- 6) Deduz-se taxa de administração, risco, imposto, inflação e outros custos que possam entrar no circuito.
- 7) Tem-se então o valor final no período dobrado pela emissão e acrescido de juros também dobrados. Aqui decorrem duas opções:
 - 7.1 Sacar parte dos lucros se for possível manter o montante do tempo 1 maior que o montante do tempo 0 ($M_{t1} > M_{t0}$).
 - 7.2 Manter o valor para acelerar uma maturação futura permitindo saques maiores.
- 8) Recomeça o processo acrescido dos valores referentes aos novos consumos

Simplificando, podemos escrever:

$$M_{t1} = 2M_{t0}(1+j)(1-c) > M_{t0}$$

Onde o montante do tempo um (M_{t1}) é o resultado de duas vezes (efeito da emissão de E-Dinheiro lastrada em real) o montante do tempo zero (M_{t0}), multiplicado por um mais a taxa de juros (j). Tudo isso multiplicado por um menos o total a ser subtraído do custo percentual final “ c ” (taxa de administração + risco + inflação + imposto). Duas condições se impõem: que $j > c$ e que $M_{t1} > M_{t0}$.

Como as parcelas mensais são crescentes, podemos acrescentar na taxa de juros esta taxa de crescimento da parcela mensal, digamos de 1% também, o que fará a taxa total ser de 2%.

A fórmula da perpetuidade (SECURATO, 2009, p. 42-3) é simplesmente que o valor presente de uma série póstepicada perpétua é igual ao valor do pagamento mensal dividido pela taxa de juros.

5.3 APLICANDO AO INDIVÍDUO

Nas condições em que uma pessoa precisaria de uma renda de R\$ 219,60³⁷ (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos) para estar fora da linha da pobreza deduzimos que, a uma taxa de juros de 1% por cento ao mês, então este *Endowment Fund* precisaria de R\$ 21.960 (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais) investidos para proporcionar uma renda perpétua de R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos), desconsiderando a taxa de crescimento das parcelas mensais.

$$VP = 21.960/0,01 = 219,60$$

Este indivíduo consumindo R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos) por mês gerará ao *Endowment Fund* um correspondente aproximado de R\$ 1,10 (um real e dez centavos), que se aplicados a 1% de juros compostos reais ao mês (desprezada inflação), com depósitos regulares no mesmo valor, levará em torno de 531 meses, ou 44 anos para chegar a este montante pra gerar saques perpétuos no valor da linha da pobreza. O que não parece nada promissor, mas é preciso lembrar que esta é uma aproximação bruta, mesmo não

37 Uma nova linha de pobreza estabelecida pelo Banco Mundial, de US\$ 1,90 (cerca de R\$ 7,32) por dia, é maior do que a divulgada anteriormente. Antes, quando se levava em conta linha de pobreza anterior, de renda de US\$ 1,25 (cerca de R\$ 4,81 no cotação atual) por dia, o declínio da pobreza extrema no Brasil no período havia sido de 59%, passando de 10,2% em 2001 para 4,2% em 2013. (BBC BRASIL, 2015)

descontando inflação nem aplicando crescimento aos depósitos mensais, ou seja, os valores estão sendo calculados no limite menor de suas possibilidades.

Pela fórmula da perpetuidade crescente chegamos ao mesmo valor, a que corretamente se adequaria ao caso, temos que:

$$VP = S / (R-G)$$

onde

VP = Valor da Perpetuidade

S = Saque mensal

R = taxa de redesconto

G = taxa de crescimento

Então teríamos que para um saque (S) perpétuo e crescente no valor de R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos), com uma taxa de Redesconto (R) igual a 2% (dois por cento) e um crescimento (G) de 1% (1% real) segue que:

$$VP = 219,60 / (0,02 - 0,01) = R\$ 21.960$$

Ou seja, se supormos que o individuo “A” está na linha de pobreza e que seu consumo é de R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais) no seu *Endowment Fund* obterá um acréscimo de R\$ 1,10 (um real e dez centavos) correspondente a 0,5% de seu consumo ao mês.

Este valor mensal de depósito, aplicado a 1% de juros reais e compostos levaria 531,8 meses, ou 44,3 anos para alcançar os R\$ 21.960,00 (vinte e um mil, novecentos e sessenta reais) – *ceteris paribus*.

Obviamente estes valores devem ser melhorados em função do crescimento real da renda, do consumo, e também de campanhas específicas de doação para acelerar a eficiência contida na taxa de crescimento. Também este *Endowment Fund* deve ter solidariedade entre as gerações, ou seja, hereditariedade, passar de pai para filho, permitindo uma conexão perpétua destes valores com o crescimento real.

5.4 APLICANDO AO BANCO PALMAS

Do ponto de vista do Banco Palmas, segundo seu Balancete Contábil (anexo) referente ao primeiro quadrimestre de 2016 dos R\$ 1.323.767,47 (um milhão trezentos e vinte e três mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e sete centavos) operados no total, especificamente em E-Dinheiro que gerou tarifas para o Banco em maio, obteve-se um total

de R\$ 73.703,26³⁸ (setenta e três mil setecentos e três reais e vinte e seis centavos), sendo resgatados R\$ 10.635,86 (dez mil seiscentos e trinta e cinco reais e oitenta e seis centavos) o que gerou, corrigidos, um total de R\$ 63,107.12 (sessenta e três mil, cento e sete reais e doze centavos).

Se tirarmos 0,5% deste valor teremos R\$ 339,71³⁹ (trezentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos). É um valor extremamente baixo para a constituição de um *funding*, mas com ele sendo operado com a alternância da emissão de créditos e o constante reinvestimento com um crescimento real de 2% (dois por cento), teríamos em 120 meses (10 anos) o total de R\$ 169.183,50 (cento e sessenta e nove mil, cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos), causando um impacto dobrado pela emissão e multiplicado pela velocidade de circulação da moeda. Para o Banco Palmas é preciso imaginar o efeito deste processo em 50 anos, ou seja, R\$ 2.504.831.756,65 (dois bilhões, quinhentos e quatro milhões, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), e sobre 100 anos, por exemplo, algo perto de 362.146.774.704.549,00 (trezentos e sessenta e dois trilhões, cento e quarenta e seis bilhões, setecentos e setenta e quatro milhões, setecentos e quatro mil e quinhentos e quarenta e nove reais), isso imaginando a hipótese irreal de depósitos regulares de R\$ 339,71 (trezentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos)⁴⁰.

38 anexo: “Operações que geraram taxas/tarifa para o Palmas – maio”

39 o valor exato de 0,5% seria R\$ 315,53 (trezentos e quinze reais e cinquenta e três centavos), porém, existe um acréscimo referente as operações de crédito de celular via E-Dinheiro, que gera uma arrecadação maior, de 1,9876%, causando uma arrecadação de R\$ 232,73 (duzentos e trinta e dois reais e setenta e três centavos) para um consumo de R\$ 11.709,00 (onze mil setecentos e nove reais), elevando o valor geral de R\$ 315,53 (trezentos e quinze com cinquenta e três centavos) para R\$ 339, 71 (trezentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos) – ver anexo.

40 Metodologia da Aplicação com Depósitos Regulares, disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirMetodologiaAplicacaoDepositosRegulares.do?method=exibirMetodologiaAplicacaoDepositosRegulares>

7 CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi investigar por meio de uma revisão bibliográfica se os mecanismos do *Endowment Fund* poderiam obter êxito se aplicado ao Banco Palmas. Para tal, estabeleceram-se os objetivos específicos como caminho para chegar a uma conclusão segura.

O primeiro objetivo específico de realizar uma revisão bibliográfica sobre a questão da renda, poupança e moeda, o que foi atingido mediante o estudo do discurso e da lógica de algumas das principais correntes de pensamento econômico, repisando os conhecimentos de vários autores sobre a questão.

O segundo objetivo específico era descrever as características típicas da estrutura denominada *Endowment Fund*, o que também foi alcançado em um capítulo específico, onde ficou demonstrado que tais estruturas são ideais para projetos que não visam lucros e buscam atingir uma perpetuidade financeira.

O terceiro objetivo específico era descrever a experiência e características do Banco Palmas, tema de um capítulo também que abordou história, restrições legais, desafios, perspectivas futura.

Por fim, a proposta de uma inovação combinando um programa de fidelização dos clientes, o *Endowment Fund* e a emissão de créditos do E-Dinheiro no Banco Palmas. O que também alcançamos por meio do estudo dos balancetes contábeis (ver anexos) e que encerram o capítulo anterior.

Ficou claro para o estudo que com um esforço mínimo de R\$ 1,10 (um real e dez centavos por mês), correspondente a 0,5% do consumo de uma pessoa na linha da pobreza, seriam necessários aproximadamente 44,3 anos para que a pessoa pudesse começar a fazer saques perpétuos no valor da linha da miséria. Ficou claro também que este efeito pode ser ampliado se houver alternância com a emissão de E-Dinheiro gerando uma poupança de longo prazo com perspectivas de no médio prazo gerar uma renda perpétua, que no longo prazo passará as próximas gerações, gerando a expectativa que a próxima geração não esteja mais na linha da miséria e com uma renda perpétua e crescente. Quanto mais gerações considerarmos, maior será o impacto social de tal operação.

Do ponto de vista do Banco Palmas, restou claro que o Banco pode se beneficiar de tal tecnologia por várias formas transversais, que a formação de *funding* é plenamente possível mesmo com valores mensais pequenos. Que a boa administração do banco deve se beneficiar

da velocidade da moeda E-Dinheiro, ou seja, a quantidade de negócios que ela gera antes de voltar para o Banco, para administrar estes valores, alocando de forma eficiente, fomentando o crescimento econômico no bairro.

Além do mais, um *Endowment Fund* se prepara para a oportunidade de receber contribuições e doações nacionais e internacionais de órgãos e agências que buscam justamente este modelo de práticas perpétuas e socialmente responsáveis e solidárias. O *funding* e os resultados almejados pelo Banco Palmas podem ganhar um atalho com esta tecnologia, uma inovação deste tipo, que garante que, sem mais esforços (a não ser o de consumir em moeda social local) a próxima geração de alguém que hoje se encontra na linha da pobreza, estará fora dela e com uma renda perpétua garantida, já que o tempo de maturação na linha da pobreza apresentou-se próximo de 44,3 anos.

Fica a necessidade de estudos suplementares para desenvolvimento de uma fórmula mais precisa que consiga combinar todas as variantes do processo pra entender com maior clareza as trajetórias possíveis da acumulação no *Endowment Fund* também criando regras sustentáveis no trato da questão da maturidade para iniciar os saques mensais. De qualquer modo, a viabilidade está clara, o importante é começar rápido, porque no caso de pequenos valores, o efeito do tempo é muito importante, então começar o mais rápido possível é a recomendação deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ADAM SMITH (Ed.). **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. 1 v. Tradução: Luiz João Baraúna
- AMIGOS DA POLI, b. **O Amigos da Poli foi reconhecido como OSCIP**: Novidade. 2016. Disponível em: <www.amigosdapoli.com.br/novidades/interna/o-amigos-da-poli-foi-reconhecido-como-oscip#sthash.apohVe0j.dpuf>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- AMIGOS DA POLI. **O Fundo**: Institucional. 2016. Disponível em: <<http://www.amigosdapoli.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- AVILA, Róber ITURRIET. **Os limites atuais da distribuição de renda e riqueza no Brasil: Os 0,9% mais ricos do País detêm entre 59,90% e 68,49% da riqueza, sendo as principais fontes de acumulação de riqueza os fluxos de renda e heranças**. 2014. Disponível em: . Acesso em: 01 dez. 2015.
- Banco Palmas. Direção de Vicente Nunes. Produção de Liliana Lavoratti. Brasília: Tv Brasil, 2010. Son., color. **Entrevista com Joaquim Melo**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gG_IJBnEDW0>. Acesso em: 01 dez. 2016.
- BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil**: evolução e perspectivas. 2008. Disponível em: . Acesso em: 01 dez 2015.
- BINSWANGER, Hans Christoph. **Dinheiro e magia**:: uma crítica da economia moderna à luz do Fausto de Goethe. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 213 p. Prefácio e posfácio "Fausto e a tragédia do desenvolvimento brasileiro" por Gustavo H.B. Franco.
- BRADESCO, Assessoria de Imprensa. **Relatório de sustentabilidade**. 2012. Disponível em: <<http://cebds.org/wp-content/uploads/2014/02/Relatório-Bradesco-2012.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- BRADESCO, Assessoria de Imprensa. **Relatório de sustentabilidade**. 2014. Disponível em: <<https://www.bradeskori.com.br/site/conteudo/informacoes-financeiras/relatorios-sustentabilidade.aspx?secaoId=723>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- BRASIL. Portal de Finanças. Ibge (Ed.). **Inflação registrada pelo IPCA/IBGE 2015**: Acumulado dos últimos 12 meses. 2015. Disponível em: <http://www.portaldefinancas.com/ipca_ibge.htm>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- BRASIL. Projeto de Lei Complementar nº 93/2007, de 02 de agosto de 2007. **Estabelece A Criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e Dá Outras Providências**. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C1C46FDB5758BA71EF284519BB632688.proposicoesWeb2?codteor=487167&filename=PLP+93/2007>. Acesso em: 28 jun. 2016.
- BRASIL. Secretaria Geral. Governo do BRASIL. **Fundos Patrimoniais Vinculados**: Proposta de Projeto de Lei. 2014. Disponível em: <<http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/fundos-patrimoniais>>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- BRASIL. **Resultados do Censo IBGE 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- BRASÍLIA. Agência Senado. Senado Federal (Ed.). **Brasil ainda tem 20 milhões de pessoas em pobreza extrema** em 2016. Disponível em: . Acesso em: 01 fev. 2016.
- BRYSON, Alyssa. **MIT CoLab launches partnership with Banco Palmas**. 2015. MIT CoLab. Disponível em: <<http://news.mit.edu/2015/mit-colab-launches-banco-palmas-partnership-0324>>. Acesso em: 24 mar. 2015.
- CALDEIRA, Jorge. **A história do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009. 334 p.

CALDEIRA, Jorge. O fiado dos pobres. In: CALDEIRA, Jorge. **A história do Brasil com empreendedores**. São Paulo: Mameluco, 2009. Cap. 7. p. 241-253.

CALDEIRA, Jorge. **O banqueiro do sertão**: Padre Guilherme Pompeu de Almeida. São Paulo: Mameluco Produções Artísticas, 2006. 1030 p. 2 v.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de; PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. **Economia monetária e financeira: teoria e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Cap. 22. p. 317-319.

CORRÊA, Alessandra. **Com nova metodologia, pobreza no Brasil tem queda mais acentuada**, diz Banco Mundial. 2015. De Winston-Salem (EUA). Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151009_reducao_pobreza_banco_mundial_ac_lgb>. Acesso em: 26 jun. 2016.

DANTAS, Fernando. **O Brasil pensado pelo prisma da baixa poupança**. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/fernando-dantas/o-brasil-pensado-pelo-prisma-da-baixa-poupanca/>>. Acesso em: 21 jun. 2016

DORA, Denise; PANNUNZIO, Eduardo. **Em busca da ousadia**: comentários sobre o anteprojeto de lei apresentado pelo grupo de trabalho “marco regulatório das organizações da sociedade civil”. São Paulo: Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada - Fgv Direito Sp, 2013. 46 p. 2 v. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/iniciativas/mrosc/estudos-e-pesquisas/fgv-cenario>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?: Paul Singer. Brasília, 01 maio 2004. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF8C1B8E5087/prog_desenvolvimentocomunidade_sobre.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ENDOWMENTS DO BRASIL. **Endowment**: [s. L.], 2011. 39 slides, color.

ENGELS, Friederich. **Anti-Dühring**. 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/cap21.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

FISHER, Irving. Teoria do juro: Determinada pela impaciência por gastar renda e pela oportunidade de investila. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. 356 p. (Os economistas).

FORD FOUNDATION. **A Primer for Endowment Grantmakers**. 2001, disponível em: http://www.fordfound.org/pdfs/library/primer_for_grantmakers.pdf. Acesso: 28/03/2012.

FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro – o caso do Banco Palmas**. In: FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho et al. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. 2001. 374 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Estado e Constituição, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GENTIL, Dominique; FOURNIER, Yves. **¿Pueden los campesinos ser banqueros?: Experiencias de ahorro y crédito**. Manáguá: Biblioteca Asocam, 2004. 252 p. Colaboração de François Doligez. Disponível em: <<http://www.asocam.org/biblioteca/items/show/1677>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã**: ensaio sobre a natureza dos juros. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 201 p.

GLOBO NATUREZA (Mato Grosso) (Ed.). **Aldeia Kuikuro, no Xingu, desenvolve plantação de pequi há séculos:** Engenheiro florestal estima que região tenha 14 mil pés da árvore. Índios da etnia falam língua da família caribe, herança de antepassados. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/01/aldeia-Kuikuro-no-tingu-desenvolve-plantacao-de-pequi-ha-seculos.html>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Victor Civita, 1996. 328 p. (Os economistas).

LIETAER, Bernard. **El futuro del dinero:** Como crear nueva riqueza, trabajo e un mundo más sensato. Buenos Aires: Longseller/errear, 2005. 512 p.

LISBOA, Armando de Melo; FAUSTINO, Andrea Viana. **Trocas solidárias, moeda e espiritualidade.** 2007. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=339&Itemid=18>. Acesso em: 26 jun. 2016.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

MÁXIMO, Wellton. **Número de brasileiros na extrema pobreza aumenta pela primeira vez em dez anos.** 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2014/11/numero-de-brasileiros-na-extrema-pobreza-aumenta-pela-primeira-vez-em-dez>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MELO, J. **Entrevista sobre o Banco Palmas.** Direção de Vicente Nunes. Produção de Liliana Lavoratti. Brasília: Tv Brasil, 2010. Son., color. Disponível em: . Acesso em: 01 dez. 2016.

MILANEZ, Felipe. **"Brasília não escuta a gente", diz chefe do povo Kuikuro:** Em Paris para a abertura da exposição Gênesis, de Sebastião Salgado, Afukaká Kuikuro defende os indígenas e critica o ataque aos seus direitos no Congresso. 2013. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-milanez/brasilia-nao-escuta-a-gente-diz-chefe-do-povo-Kuikuro-593.html>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

MINIKOVSKY, Cléverson Israel. **Heráclito versus Parmênides:** história da filosofia. 2009. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=QeGrBRYReoAC&pg=PA20&dq=panta+rei+heráclito&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjDkIKn6tLNAhVCSyYKHfW0BgwQ6AEIHjAA#v=onepage&q=panta%20rei%20heráclito&f=false>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

NESOL-USP - Núcleo de Economia Solidária. **Banco Palmas 15 anos:** resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013.p.180 v.1 Inclui bibliografia.

O CRUZEIRO. **Notícias do Banco da Providência.** Rio de Janeiro, 1960. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/02041960/020460_9.htm>. Acesso em: 29 jun. 2016.

OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de Aguiar. **A (r)evolução das Moedas Sociais:** Do Palmacard ao E-dinheiro.. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/moedas-TRANSIÇÃO-versão-final.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

PALESTRA: Banco Comunitário - **V Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira.** Direção de Bacen/br. Intérpretes: João Joaquim de Melo Neto Segundo. Brasília, 2013. (13 min.), son., color. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2016.

PARTICIPA (Ed.). **Lei 13.019/14.** 2015. Disponível em: <<http://www.participa.br/osc/paginas/lei-13.01914>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

PASSANEZI, Paula Meyer Soares. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros.** Revista de Economia Contemporânea, [s.l.], v. 12, n. 1, p.1-2, 2008. FapUNIFESP (SciELO). DOI: 10.1590/s1415-98482008000100007.

PORTUGAL, Fruga. **As origens do sistema monetário actual**. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wP3ezMbr_QA>. Acesso em: 26 jun. 2016.

POUPANÇA e investimento em uma sociedade não-monetária. In: CARVALHO, Francisco J. Cardim de et al. **Economia monetária e financeira:: teoria e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. Cap. 22. p. 317-319.

REDAÇÃO. USP. **Fundos patrimoniais da Poli anunciam fusão**. 2014. [Http://www5.usp.br/50277/Fundos-patrimoniais-da-poli-anunciam-fusao](http://www5.usp.br/50277/Fundos-patrimoniais-da-poli-anunciam-fusao). Disponível em: <<http://www5.usp.br/50277/Funds-patrimoniais-da-poli-anunciam-fusao>>. Acesso em: 25 jun. 2016.

RIBEIRO, Cynthia. **Joaquim de Melo**. 2008. Entrevista. Disponível em: <<http://www.responsabilidadesocial.com/entrevista/joaquim-de-melo/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

SCHULDT, Jürgen. **Dineros alternativos para el desarrollo local**. Lima: Centro de Investigacion de La Universidad del Pacífico, 1997. 384 p.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **História da análise econômica**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964. 467 p.

SHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Victor Civita, 1997. 238 p. (Os economistas). Tradução Maria Silva Possas.

SEBRAE, 2005; Monzoni Neto, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo / Mario Prestes Monzoni Neto. - 2006. f. 195

SECURATO, José Roberto. **Cálculo financeiros das tesourarias**: bancos e empresas. 4. ed. São Paulo: Saint Paul, 2009. 432 p.

SEGUNDO, Joaquim de Mello Neto. **Viva a favela: os pobres assumem seu próprio destino**. Fortaleza: Ideias e Letras, 2010. 185 p.

SIMIONI, Jéssica Cristina. **Negócios sociais como inovação para a redução da pobreza**. 2015. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158281/Monografia da Jessica Simioni.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/158281/Monografia%20da%20Jessica%20Simioni.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 01 fev. 2016.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO, Abelardo Duarte de.. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito** – Brasília : BCB, 2008. 202 p.

SOTTO-MAIOR, Felipe Linetzky. **Endowments no Brasil**: a importação de uma estratégia de sustentabilidade. Revista Jus NAVIGANDI, Teresina, p.1-4, 23 fev. 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20918>>. Acesso em: 17 abr. 2015.

SPALDING, Erika. **Os fundos patrimoniais endowment no Brasil**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Ciências Jurídicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Cap. 9. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16554/dissertação_erika_spalding_vfinal1.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 jun. 2016.

SUEISHI, Rafael Menezes. **Os requisitos necessários para implantação de um ENDOWMENT no curso de economia da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2012. 77 f. Monografia

TV BRASIL, 2010:: **Entrevista com João Joaquim de Melo Neto**. Direção de Luiz Carlos Azedo. Brasília:. 3 (32 min.), son., color. Aos 4 min da 3ª parte. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gG_IJBnEDW0>. Acesso em: 21 jun. 2016. (**?duvida nesta citação?**)

VIANA, Djavan Caetano. **Imposto**. Rio de Janeiro: Luanda Records, 2007. 1 partitura (1 p.). Violão.

XINGU Pequi. Direção de Erica Oliveira. Itatiba, Sp: **Programa box cultural**, 2009. (3 min.), son., color. Narração **ROBERTO** Oliveira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oK28-_dVZGk>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ZOLA, Emilé. **O Germinal**. 2. ed. [s.i.]: Martin Claret, 2006. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/literature/portuguese/zola_germinal.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.

ANEXOS

ANEXO 1

LISTA DOS ENDOWMENTS NO BRASIL

Nome	Local	Área de atuação
Brazil Foundation	Rio de Janeiro - RJ	Assistência social
C. A. XI de Agosto Faculdade de Direito da	São Paulo - SP	Educação (ensino superior)
Ass. <i>Endowment</i> Direito GV	São Paulo - SP	Educação (ensino superior)
Fundação Abrinq	São Paulo - SP	Educação, proteção à
Fundação Amazonas Sustentável	Manaus - AM	Assistência social e meio Ambiente
Fundação Bradesco	Osasco - SP	Educação
Fundação Carlos Chagas	São Paulo - SP	Educação
Fundação Gerações	Porto Alegre - RS	Desenvolvimento do 3o setor
Fundação Itaú Social	São Paulo - SP	Educação
Fundação Lemann	São Paulo - SP	Educação
Fundação Lucia e Pelerson Penido (FLUPP)	São Paulo - SP	Educação
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	São Paulo - SP	Assistência social, educação e saúde
Fundação O Boticário de Preservação da	Curitiba - PR	Meio ambiente
Fundação Orquestra Sinfônica do Estado de	São Paulo - SP	Assistência social, cultura e
Fundação Romi	São Paulo - SP	Educação e cultura
Fundação Stickel	Santa Bárbara d'Oeste –	Artes
Fundação Tide de Azevedo Setúbal	São Paulo - SP	Educação e desenvolvimento
Baobá – Fund para a Equidade Racial	Recife - PE	Equidade racial
Fundo Brasil de Direitos Humanos	São Paulo - SP	Direitos humanos
Fundo Ângela Borba de Recursos para	Rio de Janeiro - RJ	Direitos das mulheres
Associação Fundo Patrimonial Amigos da Poli	São Paulo-SP	Educação (ensino superior)
Fundação Fundo Patrimonial da FEA USP	São Paulo-SP	Educação (ensino superior)
Fundação Banco do Brasil	Brasília -DF	Desenvolvimento sustentável
Instituto Alana	São Paulo-SP	Educação e ações voltadas à infância
Instituto Ayrton Senna	São Paulo-SP	Educação
Instituto Natura	São Paulo-SP	Educação
Instituto Unibanco	São Paulo-SP	Educação
Liga Solidária	São Paulo-SP	Assistência social e educação

ANEXO 2

Informações Operacionais

Jan a Mai 2016	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Nº de Operações	44	38	34	33	39
Valor Total Emprestado	75,300	61,650	71,100	48,700	66,100
N de Clientes Ativos	227	254	265	282	298
Saldo Contábil da Carteira de Microcrédito (total)	381,168	391,464	408,931	394,765	406,052
% inadimplência > 30 dias	4.37%	4.83%	2.97%	3.99%	6.40%
Total					

Perfil do Crédito	Quantidade	Valor
Até R\$ 1 mil	59	33,700
De R\$ 1001 a 3 mil	82	114,400
De R\$ 3001 a 5 mil	29	50,650
Acima de R\$ 5 mil	18	124,100
Comércio	144	267,550
Serviço	22	28,700
Produção	22	26,600
Aval	13	19,900
Grupo Solidário	28	25,400
Individual	147	277,550
Capital de Giro	100.00%	
Pessoa Física	100.00%	

Gênero	Quantidade
Feminino	142
Masculino	46

ANEXO 3

Balço Patrimonial		Pág.: 1 de 1
Empresa: INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA - CNPJ: 21.590.044/0001-99		Fortes Contábil
Conta	Descrição	31/12/2015
1	*** Ativo ***	50.283,51 D
1.01	Ativo Circulante	50.283,51 D
1.01.01	Disponibilidades	41.283,51 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	0,09 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	0,09 D
1.01.01.01.01.0002	Caixa dos Associados Banco Palmas	0,09 D
1.01.01.02	Bancos	41.283,42 D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	41.283,42 D
1.01.01.02.01.0001	Caixa Econômica Ag: 2558 C/C: 3831-2 (Projeto)	27.098,93 D
1.01.01.02.01.0002	Caixa Econômica Ag: 2558 C/C: 3651-4 Adm	14.184,49 D
1.01.05	Créditos	9.000,00 D
1.01.05.01	Créditos com Terceiros	9.000,00 D
1.01.05.01.01	Adiantamentos a Fomecedores	9.000,00 D
1.01.05.01.01.0002	Luiz Emandes da Silva Ribeiro	4.000,00 D
1.01.05.01.01.0003	Francisca Adriana Clemente de Lima	5.000,00 D
2	*** Passivo ***	50.283,51 C
2.01	Passivo Circulante	49.892,85 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	49.892,85 C
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	304,76 C
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	209,52 C
2.01.01.03.01.0017	INSS a Recolher s/ Autônomos	209,52 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	95,24 C
2.01.01.03.03.0021	ISS a Recolher s/ Autônomos	95,24 C
2.01.01.04	Obrigações com Terceiros	13.793,72 C
2.01.01.04.01	Obrigações com Associados	7.074,56 C
2.01.01.04.01.0001	Carga	44.909,09 C
2.01.01.04.01.0002	(-) Resgate	37.834,53 D
2.01.01.04.02	Valores Recebidos em Custódia	6.719,16 C
2.01.01.04.02.0001	Banco Bem	2.254,61 C
2.01.01.04.02.0002	Banco Tupinambá	26,00 C
2.01.01.04.02.0003	Banco Paju	9,90 C
2.01.01.04.02.0004	Banco Conquista	3.000,00 C
2.01.01.04.02.0005	Banco do Preventório	97,00 C
2.01.01.04.02.0006	Banco Esmeralda	149,98 C
2.01.01.04.02.0007	Banco Santa Maria	1.181,67 C
2.01.01.20	Credores por Gestão de Convênios	35.794,17 C
2.01.01.20.01	Projeto Social	35.794,17 C
2.01.01.20.01.0001	Recursos Recebidos	63.158,00 C
2.01.01.20.01.0002	(-) Recursos Aplicados	27.363,83 D
2.08	Patrimônio Social	390,86 C
2.08.07	Outras Contas	390,86 C
2.08.07.01	Outras Contas	390,86 C
2.08.07.01.01	Superávits Acumulados	390,86 C
2.08.07.01.01.0001	Superávits Acumulados	390,86 C

ANEXO 4

Balancete Contábil

Pág.: 1 de 3

Empresa: INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA - CNPJ: 21.590.044/0001-99
 Período: 01/01/2016 a 30/04/2016; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos

Fontes Contábil

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1	--- Ativo ---	50.283,51 D	757.425,30	539.253,37	268.455,44 D
1.01	Ativo Circulante	50.283,51 D	757.425,30	539.253,37	268.455,44 D
1.01.01	Disponibilidades	41.283,51 D	743.450,65	516.971,22	267.762,94 D
1.01.01.01	Numerários em Espécie	0,09 D	111.827,26	78.002,78	33.824,57 D
1.01.01.01.01	Caixa Geral	0,09 D	111.827,26	78.002,78	33.824,57 D
1.01.01.01.01.0002	Caixa dos Associados Banco Palmas	0,09 D	63.158,09	60.334,38	2.823,80 D
1.01.01.01.01.0004	Conta Transitória	0,00	33.813,03	17.500,00	16.313,03 D
1.01.01.01.01.0005	Conta Transitória ADM	0,00	14.856,14	168,40	14.687,74 D
1.01.01.02	Bancos	41.283,42 D	631.623,39	438.968,44	233.938,37 D
1.01.01.02.01	Contas Correntes	41.283,42 D	631.623,39	438.968,44	233.938,37 D
1.01.01.02.01.0001	Caixa Econômica Ag: 2558 C/C: 3631-2 (Proje	27.098,93 D	307.456,00	104.103,90	230.451,03 D
1.01.01.02.01.0002	Caixa Econômica Ag: 2558 C/C: 3651-4 Adm	14.184,49 D	324.167,39	334.864,54	3.487,34 D
1.01.05	Créditos	9.000,00 D	13.974,65	22.282,15	692,50 D
1.01.05.01	Créditos com Terceiros	9.000,00 D	13.974,65	22.282,15	692,50 D
1.01.05.01.01	Adiantamentos a Fomecedores	9.000,00 D	13.974,65	22.282,15	692,50 D
1.01.05.01.01.0002	Lutz Ermandes da Silva Ribello	4.000,00 D	4.000,00	8.000,00	0,00
1.01.05.01.01.0003	Francisca Adriana Clemente de Lima	5.000,00 D	5.500,00	10.500,00	0,00
1.01.05.01.01.0004	Asa Sul Indústria e Comércio De Malhas	0,00	1.888,05	1.888,05	0,00
1.01.05.01.01.0005	Antônio Valdízio Cosme Sa Silva	0,00	604,80	604,80	0,00
1.01.05.01.01.0006	Madeiraira Ceara	0,00	526,00	526,00	0,00
1.01.05.01.01.0007	Sodine - Soc. Dist. Do NE Ltda	0,00	37,80	37,80	0,00
1.01.05.01.01.0008	Cintaco e Dias Contabilidade S/S Ltda	0,00	617,50	617,50	0,00
1.01.05.01.01.0009	Elizabeth Faustino do Nascimento EPP	0,00	146,00	51,00	96,00 D
1.01.05.01.01.0011	Núcleo de Informação e Coordenação do Pont	0,00	57,00	57,00	0,00
1.01.05.01.01.0012	Jorge A S Machado - ME (Arte Service)	0,00	40,00	0,00	40,00 D
1.01.05.01.01.0014	J A Comércio Combustíveis Ltda	0,00	20,00	0,00	20,00 D
1.01.05.01.01.0015	Leonidas Lima de Almeida (Leo Lima Publicid	0,00	100,00	0,00	100,00 D
1.01.05.01.01.0016	Hotel Escola Dorotéias	0,00	167,50	0,00	167,50 D
1.01.05.01.01.0017	A e A Comunicação Visual Ltda	0,00	270,00	0,00	270,00 D
2	--- Passivo ---	50.283,51 C	564.440,07	782.407,22	268.250,66 C
2.01	Passivo Circulante	49.892,65 C	277.758,91	495.726,06	267.889,80 C
2.01.01	Obrigações de Curto Prazo	49.892,65 C	174.107,21	145.312,06	21.097,50 C
2.01.01.01	Fomecedores	0,00	54.710,99	54.710,99	0,00
2.01.01.01.01	Fomecedores Nacionais	0,00	54.710,99	54.710,99	0,00
2.01.01.01.01.0002	Lutz Ermandes da Silva Ribello	0,00	8.000,00	8.000,00	0,00
2.01.01.01.01.0003	Francisca Adriana Clemente de Lima	0,00	10.500,00	10.500,00	0,00
2.01.01.01.01.0004	Asa Sul Indústria e Comércio De Malhas	0,00	2.232,05	2.232,05	0,00
2.01.01.01.01.0005	Comercial Holanda Material De Construção Lt	0,00	121,00	121,00	0,00
2.01.01.01.01.0006	Maria Do Carmo Clemente Da Silva	0,00	32,54	32,54	0,00
2.01.01.01.01.0007	Madeiraira Paraiso Ltda ME	0,00	105,00	105,00	0,00
2.01.01.01.01.0008	Madeiraira Ceara	0,00	526,00	526,00	0,00
2.01.01.01.01.0009	Dricos Móveis E Eletro Ltda	0,00	1.699,00	1.699,00	0,00
2.01.01.01.01.0010	Sodine - Soc. Dist. Do NE Ltda	0,00	37,80	37,80	0,00
2.01.01.01.01.0011	Teco Indústria E Comércio De Computadore	0,00	9.435,00	9.435,00	0,00
2.01.01.01.01.0012	Hotel Escola Dorotéias	0,00	536,50	536,50	0,00
2.01.01.01.01.0013	Elizabeth Faustino do Nascimento EPP	0,00	51,00	51,00	0,00
2.01.01.01.01.0014	Pora Produções Comunicação e Cultura Digitz	0,00	7.700,00	7.700,00	0,00
2.01.01.01.01.0015	Cintaco e Dias Contabilidade S/S Ltda	0,00	6.880,00	6.880,00	0,00
2.01.01.01.01.0016	Servotplas Indústria e Comércio Ltda Me	0,00	43,50	43,50	0,00
2.01.01.01.01.0017	Núcleo de Informação e Coordenação do Pont	0,00	57,00	57,00	0,00
2.01.01.01.01.0018	Ideal Soluções Tecnológicas Ltda Me	0,00	3.471,60	3.471,60	0,00
2.01.01.01.01.0019	Verani Medeiros Guimarães	0,00	1.740,00	1.740,00	0,00
2.01.01.01.01.0020	Organização Com. Nogueira Agular Eirell - Mu	0,00	700,00	700,00	0,00
2.01.01.01.01.0021	Marcia Maria Silva Dutra	0,00	843,00	843,00	0,00
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais	304,76 C	3.383,80	3.845,70	766,66 C

Continua...

Balancete Contábil

Pág.: 2 de 3

Empresa: INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA - CNPJ: 21.590.044/0001-99
 Período: 01/01/2016 a 30/04/2016; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos

Fontes Contábil

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.01.01.03.01	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	209,52 C	3.363,80	3.693,80	519,52 C
2.01.01.03.01.0016	Autônomos a Pagar	0,00	2.752,00	2.752,00	0,00
2.01.01.03.01.0017	INSS a Recolher s/ Autônomos	209,52 C	631,80	941,80	519,52 C
2.01.01.03.03	Obrigações Fiscais	95,24 C	0,00	151,90	247,14 C
2.01.01.03.03.0021	ISS a Recolher s/ Autônomos	95,24 C	0,00	151,90	247,14 C
2.01.01.04	Obrigações com Terceiros	13.793,72 C	52.854,42	59.391,54	20.330,84 C
2.01.01.04.01	Obrigações com Associados	7.074,56 C	42.325,31	46.462,34	11.211,59 C
2.01.01.04.01.0001	Carga	44.909,09 C	0,00	46.446,34	91.355,43 C
2.01.01.04.01.0002	(-) Resgate	37.834,53 D	42.325,31	16,00	80.143,84 D
2.01.01.04.02	Valores Recebidos em Custódia	6.719,16 C	10.529,11	12.929,20	9.119,25 C
2.01.01.04.02.0001	Banco Bem	2.254,61 C	6.006,70	2.996,50	755,59 D
2.01.01.04.02.0002	Banco Tupinambá	26,00 C	930,70	390,30	514,40 D
2.01.01.04.02.0003	Banco Paju	9,90 C	0,00	0,00	9,90 C
2.01.01.04.02.0004	Banco Conquista	3.000,00 C	3.000,00	0,00	0,00
2.01.01.04.02.0005	Banco do Preventório	97,00 C	0,00	0,00	97,00 C
2.01.01.04.02.0006	Banco Esmeralda	149,98 C	0,00	0,00	149,98 C
2.01.01.04.02.0007	Banco Santa Maria	1.181,67 C	0,00	0,00	1.181,67 C
2.01.01.04.02.0008	Banco Itapoá	0,00	0,00	260,50	260,50 C
2.01.01.04.02.0009	Banco Liberdade	0,00	0,00	2.387,00	2.387,00 C
2.01.01.04.02.0010	Banco União Sampaio	0,00	0,00	419,00	419,00 C
2.01.01.04.02.0011	Banco Abraço	0,00	0,00	1.373,65	1.373,65 C
2.01.01.04.02.0012	Banco Verde Vida	0,00	0,00	12,00	12,00 C
2.01.01.04.02.0013	Banco Puã	0,00	0,00	15,30	15,30 C
2.01.01.04.02.0014	APJ Banciisa	0,00	492,71	4.597,20	4.104,49 C
2.01.01.04.02.0015	Banco Paraíso	0,00	99,00	0,00	99,00 D
2.01.01.04.02.0016	Banco Auto Gestão	0,00	0,00	185,00	185,00 C
2.01.01.04.02.0017	Banco Passarela	0,00	0,00	292,75	292,75 C
2.01.01.20	Credores por Gestão de Convênios	35.794,17 C	63.158,00	27.363,83	0,00
2.01.01.20.01	Projeto Social	35.794,17 C	63.158,00	27.363,83	0,00
2.01.01.20.01.0001	Recursos Recebidos	63.158,00 C	63.158,00	0,00	0,00
2.01.01.20.01.0002	(-) Recursos Aplicados	27.363,83 D	0,00	27.363,83	0,00
2.01.02	Credores por Gestão de Convênios	0,00	103.651,70	350.414,00	246.762,30 C
2.01.02.01	Projeto Social	0,00	103.651,70	350.414,00	246.762,30 C
2.01.02.01.01	Recursos Recebidos	0,00	0,00	349.032,00	349.032,00 C
2.01.02.01.01.0001	Doações e Subvenções	0,00	0,00	349.032,00	349.032,00 C
2.01.02.01.02	(-) Recursos Aplicados	0,00	103.651,70	1.382,00	102.269,70 D
2.01.02.01.02.0001	Serviços Prestados por Pessoa Física	0,00	24.285,84	0,00	24.285,84 D
2.01.02.01.02.0002	Despesa com cartório	0,00	1.059,40	0,00	1.059,40 D
2.01.02.01.02.0003	Material de Uso e Consumo	0,00	3.028,54	0,00	3.028,54 D
2.01.02.01.02.0004	Despesas Bancárias	0,00	242,35	0,00	242,35 D
2.01.02.01.02.0005	Bolsa de Alunos Consultores	0,00	20.900,00	0,00	20.900,00 D
2.01.02.01.02.0006	Alimentação do Trabalhador	0,00	3.458,24	0,00	3.458,24 D
2.01.02.01.02.0007	Serviços Prestados Por Pessoa Jurídica	0,00	18.272,50	0,00	18.272,50 D
2.01.02.01.02.0008	Material de Expediente	0,00	37,80	0,00	37,80 D
2.01.02.01.02.0009	Suporte em TI	0,00	5.200,00	0,00	5.200,00 D
2.01.02.01.02.0010	Bens de Natureza Permanente Deduzido com	0,00	12.906,60	0,00	12.906,60 D
2.01.02.01.02.0011	Serviços Gráficos	0,00	94,50	0,00	94,50 D
2.01.02.01.02.0012	Coméios e Malotes	0,00	58,50	0,00	58,50 D
2.01.02.01.02.0013	Despesas com Diárias, Viagens e Ajuda de Cr	0,00	917,03	0,00	917,03 D
2.01.02.01.02.0014	Fardamento	0,00	688,05	0,00	688,05 D
2.01.02.01.02.0015	Manutenção e Hospedagem de Sites	0,00	57,00	0,00	57,00 D
2.01.02.01.02.0016	Bens de Natureza Permanente	0,00	1.699,00	0,00	1.699,00 D
2.01.02.01.02.0017	Manut Conservação e Limpeza	0,00	136,73	0,00	136,73 D
2.01.02.01.02.0018	Aluguel de Equipamentos	0,00	1.740,00	0,00	1.740,00 D
2.01.02.01.02.0019	Assessoria Contábil	0,00	6.880,00	0,00	6.880,00 D

Continua...

Balancete Contábil

Pag.: 3 de 3

Empresa: INSTITUTO BANCO DA PERIFERIA - CNPJ: 21.590.044/0001-99
 Período: 01/01/2016 a 30/04/2016; Estabelecimento(s): Todos; Centro(s) de Resultados: Todos

Fontes Contábil

Conta	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.01.02.01.02.0020	INSS Previdência	0,00	607,62	0,00	607,62 D
2.01.02.01.02.0021	Outras Despesas Operacionais	0,00	1.382,00	1.382,00	0,00
2.03	Passivo não Circulante	0,00	286.681,16	286.681,16	0,00
2.03.01	Obrigações de Longo Prazo	0,00	286.681,16	286.681,16	0,00
2.03.01.15	Créditos de Pessoas Ligadas Físicas/Jurídicas	0,00	286.681,16	286.681,16	0,00
2.03.01.15.01	Créditos de Pessoas Físicas Ligadas	0,00	807,16	807,16	0,00
2.03.01.15.01.0001	Créditos de Pessoas Físicas Ligadas	0,00	807,16	807,16	0,00
2.03.01.15.02	Créditos de Pessoas Jurídicas Ligadas	0,00	285.874,00	285.874,00	0,00
2.03.01.15.02.0001	Créditos de Pessoas Jurídicas Ligadas	0,00	285.874,00	285.874,00	0,00
2.08	Patrimônio Social	390,86 C	0,00	0,00	390,86 C
2.08.07	Outras Contas	390,86 C	0,00	0,00	390,86 C
2.08.07.01	Outras Contas	390,86 C	0,00	0,00	390,86 C
2.08.07.01.01	Superávits Acumulados	390,86 C	0,00	0,00	390,86 C
2.08.07.01.01.0001	Superávits Acumulados	390,86 C	0,00	0,00	390,86 C
4	Superávit/Déficit Líquido do Período	0,00	203,10	407,88	204,78 C
4.01	Resultado Operacional	0,00	203,10	407,88	204,78 C
4.01.01	Receita Operacional Líquida	0,00	0,00	407,88	407,88 C
4.01.01.01	Receita Bruta	0,00	0,00	407,88	407,88 C
4.01.01.01.02	Receita de Prestação dos Serviços	0,00	0,00	407,88	407,88 C
4.01.01.01.02.0006	Administração Contas de Associados	0,00	0,00	407,88	407,88 C
4.01.09	Outras Despesas Operacionais	0,00	203,10	0,00	203,10 D
4.01.09.01	Outras Despesas Operacionais	0,00	203,10	0,00	203,10 D
4.01.09.01.01	Outras Despesas Operacionais	0,00	203,10	0,00	203,10 D
4.01.09.01.01.0009	Despesas Bancárias	0,00	203,10	0,00	203,10 D
5	Contas de Compensação	0,00	1.699,00	1.699,00	0,00
5.01	Contas de Compensação Ativa	0,00	1.699,00	0,00	1.699,00 D
5.01.01	Bens em poder de terceiros	0,00	1.699,00	0,00	1.699,00 D
5.01.01.01	Imobilizado Projetos	0,00	1.699,00	0,00	1.699,00 D
5.01.01.01.01	Projeto Social	0,00	1.699,00	0,00	1.699,00 D
5.01.01.01.01.0001	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	0,00	1.699,00	0,00	1.699,00 D
5.02	Contas de Compensação Passiva	0,00	0,00	1.699,00	1.699,00 C
5.02.01	Bens em poder de terceiros	0,00	0,00	1.699,00	1.699,00 C
5.02.01.01	Imobilizado Projetos	0,00	0,00	1.699,00	1.699,00 C
5.02.01.01.01	Projeto Social	0,00	0,00	1.699,00	1.699,00 C
5.02.01.01.01.0001	Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	0,00	0,00	1.699,00	1.699,00 C
		0,00	1.323.767,47	1.323.767,47	0,00

Fim

ANEXO 6

OPERAÇÕES QUE GERARAM TAXAS/TARIFAS PARA O PALMAS – MAIO		
CLIENTE	VALOR OPERAÇÃO	VALOR TAXA
CENTRAL PALMAS DE COMERCIALIZAÇÃO	R\$ 40.00	R\$ 0.20
SAYMON	R\$ 198.00	R\$ 0.99
ANTONIO ROBSON	R\$ 10.00	R\$ 0.05
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 7.50	R\$ 0.08
ELIANE ELAS	R\$ 300.00	R\$ 1.50
SEGUROPALMAS	R\$ 295.00	R\$ 1.48
ELIANE ELAS	R\$ 50.00	R\$ 0.25
ANTONIO ROBSON	R\$ 25.00	R\$ 0.13
MARCOS SARRES	R\$ 10.00	R\$ 0.08
VANESSA AYRA NUNES SOARES	R\$ 30.00	R\$ 0.15
ELIANE ELAS	R\$ 570.00	R\$ 2.85
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 15.00	R\$ 0.15
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 5.00	R\$ 0.05
VANESSA AYRA NUNES SOARES	R\$ 20.00	R\$ 0.10
KATIANA OLIVEIRA BEZERRA	R\$ 2.38	R\$ 0.01
ELIANE ELAS	R\$ 100.00	R\$ 0.50
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 500.00	R\$ 5.00
ELIANE ELAS	R\$ 20.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
MARCOS SARRES	R\$ 10.00	R\$ 0.08
MILENA	R\$ 100.00	R\$ 0.50
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 10.00	R\$ 0.10
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 90.00	R\$ 0.90
SEGUROPALMAS	R\$ 10.00	R\$ 0.05
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 17.50	R\$ 0.18
ELIANE ELAS	R\$ 7.00	R\$ 0.07
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 441.00	R\$ 4.41
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 8.82	R\$ 0.09
ELIANE ELAS	R\$ 85.00	R\$ 0.43
MILENA	R\$ 50.00	R\$ 0.25
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 7.00	R\$ 0.07
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
ELIANE ELAS	R\$ 3.00	R\$ 0.03
ELIANE ELAS	R\$ 34.00	R\$ 0.17

ASIER ANSORENA	R\$ 200.00	R\$ 1.00
RAIMUNDA JULIA PEREIRA DE BARROS	R\$ 325.38	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 100.00	R\$ 0.50
PEDRO PEREIRA MIGUEL	R\$ 544.50	R\$ 2.73
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
ELIANE ELAS	R\$ 20.00	R\$ 0.20
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 70.00	R\$ 0.70
ELIANE ELAS	R\$ 100.00	R\$ 0.50
ELIANE ELAS	R\$ 24.00	R\$ 0.24
SEGUROPALMAS	R\$ 431.64	R\$ 2.16
HÉRCULES DE SOUZA CUSTÓDIO	R\$ 752.00	R\$ 3.76
JOSE BRUNO DOS SANTOS	R\$ 732.00	R\$ 3.66
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 12.50	R\$ 0.13
ELIANE ELAS	R\$ 2.50	R\$ 0.03
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
BANCO PALMAS	R\$ 49.00	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 70.00	R\$ 0.35
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
MARCOS SARRES	R\$ 12.56	R\$ 0.10
MARCOS SARRES	R\$ 20.00	R\$ 0.15
EMERSON RICARDO SANTA BRIGIDA BARBOSA	R\$ 6.00	R\$ 0.06
EMERSON RICARDO SANTA BRIGIDA BARBOSA	R\$ 7.50	R\$ 0.08
BANCO PALMAS	R\$ 607.00	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 2,002.00	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 49.00	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
BANCO PALMAS	R\$ 740.27	R\$ 1.25
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 30.00	R\$ 0.30
ELIANE ELAS	R\$ 24.00	R\$ 0.24
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
PATRICIA LIMA FREIRE	R\$ 445.00	R\$ 2.23
ELIANE ELAS	R\$ 38.00	R\$ 0.19
ANA CLEBIA RODRIGUES DE MELO	R\$ 5.00	R\$ 0.05
ELIANE ELAS	R\$ 2.00	R\$ 0.02
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10

BANCO PALMAS	R\$ 3,106.43	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
BANCO PALMAS	R\$ 2,048.43	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
CLECIA COSTA	R\$ 220.00	R\$ 1.10
KATIANA OLIVEIRA BEZERRA	R\$ 200.00	R\$ 1.00
MARIA LUCILENE DA SILVA	R\$ 198.00	R\$ 0.99
VERA LUCIA DO NASCIMENTO GOMES DA SILVA	R\$ 200.00	R\$ 1.00
ELIANE ELAS	R\$ 62.00	R\$ 0.31
EMERSON RICARDO SANTA BRIGIDA BARBOSA	R\$ 5.50	R\$ 0.06
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 100.00	R\$ 0.50
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
BANCO PALMAS	R\$ 3,600.00	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,487.50	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 719.92	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
CICERO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS	R\$ 200.00	R\$ 1.00
BANCO PALMAS	R\$ 1,821.17	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 50.00	R\$ 0.25
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
BANCO PALMAS	R\$ 861.94	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 30.00	R\$ 0.30
BANCO PALMAS	R\$ 1,159.24	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
MARCIA MARIA SILVA DUTRA	R\$ 160.00	R\$ 0.80
ELIANE ELAS	R\$ 16.00	R\$ 0.16
CICERO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS	R\$ 600.00	R\$ 3.00
ELIANE ELAS	R\$ 150.00	R\$ 0.75
EMERSON RICARDO SANTA BRIGIDA BARBOSA	R\$ 2.00	R\$ 0.02
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 50.00	R\$ 0.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,697.10	R\$ 1.25
RAIMUNDA LEMOS	R\$ 500.00	R\$ 2.50
CICERO AUGUSTO SILVA DOS SANTOS	R\$ 100.00	R\$ 0.50
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
SEGUROPALMAS	R\$ 315.00	R\$ 1.58
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10

ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
ELIANE ELAS	R\$ 50.00	R\$ 0.50
ELIANE ELAS	R\$ 32.00	R\$ 0.32
VANESSA AYRA NUNES SOARES	R\$ 37.60	R\$ 0.19
BANCO PALMAS	R\$ 500.00	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,666.00	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
ANGELINE FREIRE DE SOUZA	R\$ 30.00	R\$ 0.15
ANGELINE FREIRE DE SOUZA	R\$ 30.00	R\$ 0.15
MARCOS SARRES	R\$ 1.00	R\$ 0.01
BANCO PALMAS	R\$ 777.73	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 517.20	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 46.47	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 161.80	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 828.92	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 2,205.30	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,347.19	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,103.66	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,427.62	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,537.77	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 20.50	R\$ 0.21
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
ELIANE ELAS	R\$ 30.00	R\$ 0.30
ELIANE ELAS	R\$ 30.00	R\$ 0.15
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
RAIMUNDO DE OLIVEIRA SILVA	R\$ 110.00	R\$ 1.10
ANTONIA ELIANE RODRIGUES LINO	R\$ 180.00	R\$ 0.90
ELIANE ELAS	R\$ 8.00	R\$ 0.08
ELIANE ELAS	R\$ 30.00	R\$ 0.30
BANCO PALMAS	R\$ 824.82	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 774.55	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 820.00	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 712.99	R\$ 1.25
ELIANE ELAS	R\$ 10.00	R\$ 0.10
BANCO PALMAS	R\$ 3,361.09	R\$ 1.25
BANCO PALMAS	R\$ 1,492.63	R\$ 1.25
JAQUELINE SILVA DUTRA	R\$ 100.00	R\$ 0.50
USUÁRIOS PALMAS	R\$ 11,709.00	R\$ 232.73
TOTAL	R\$ 63,107.12	R\$ 339.71
TOTAL DE CARGAS	R\$ 73,703.26	
TOTAL DE RESGATES	R\$ 10,635.86	